

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS**

**FACULDADE DE LETRAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS LITERÁRIOS**

**MICHELLE EVANGELINA FONSECA DE CAMPOS**

*O CASTELO* DE FRANZ KAFKA: UMA LEITURA SOB A PERSPECTIVA  
MICROFÍSICA DO PODER

**BELO HORIZONTE  
2017**

MICHELLE EVANGELINA FONSECA DE CAMPOS

*O CASTELO* DE FRANZ KAFKA: UMA LEITURA SOB A PERSPECTIVA  
MICROFÍSICA DO PODER

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Literários da Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Estudo Literários.

Área de Concentração: Literaturas Modernas e Contemporâneas

Orientador: Prof. Dr. Georg Otte

BELO HORIZONTE

2017

*Dedico este trabalho aos meus pais.*

## AGRADECIMENTOS

Agradeço ao professor Georg Otte, meu orientador, por ter aceitado o desafio, pelas horas de escuta, espera, contribuições precisas e produtivas.

À CAPES, que me permitiu ter dedicação a este estudo.

Aos professores Marco Antônio Sousa Alves e Gustavo Silveira Ribeiro, examinadores da banca, pelo acolhimento deste texto, pelo aceite do convite à participação e pelo olhar que poderão compartilhar ao longo defesa.

À amiga, professora, sereia, organizadora de mentes e de textos, Paula Carolina Betereli pela ajuda imensurável.

À professora Vera Casa Nova, pelo estímulo e incentivo.

Aos meus pais, pelo amor, apoio e estímulo inabaláveis.

Ao Flávio, pelo amor, crença, estímulo e apoio ao que há de melhor em mim, e por ter suportado as ausências.

Aos meus familiares, em especial ao meu irmão Nelson, pela confiança generosa e entusiasta, e a viabilização, por anos, dos meus estudos do idioma alemão; à minha irmã Fátima, desde a época do Geraldo Vandré, da encenação da corujinha da Arca de Noé, das idas às óperas, das tintas e livros de presente, das comunicações importantes por cartas escritas, pelo estímulo à *poiesis*, pelo acompanhamento e cobranças em relação à minha formação ao longo da vida; ao Zé, pelo exemplo e incentivos.

À Kátia Penido, amiga-irmã de coração-professora, que, da forma mais leve e companheira, ajuda, estimula e acalenta meu desenvolvimento como pessoa e como profissional desde a minha infância.

Ao amigo Luiz Henrique Coelho pelo ânimo e humor diário iniciados por *La Paloma*, por ser conterrâneo, companheiro nas estranhezas e, com isso, ter tornado o processo mais leve.

Aos amigos Sebastião Miguel, fonte de amor, riso e sossego e exemplo de gosto pelo trabalho; ao Henrique Segall, pelo exemplo de rigor em pesquisa, pela generosidade e doçura com que contribuiu em suas leituras e conversas sobre este trabalho; ao Mozart Fazito, pelo

incentivo, leitura e acompanhamento dos primeiros passos na escrita dos projeto; ao Gustavo Braga, pela confiança e apoio.

Ao maestro Otávio Serpa por ter me levado, através do canto, à paixão pela língua alemã; aos professores de alemão que mais gostei (em ordem alfabética): Júlio Matias, Lívio Viggiano, Renate Molz e Susi Schünemann.

Ao Dabdab, a Salomé e ao Anselmo por serem doçura, presença e cura.

## RESUMO

O presente trabalho consiste em um esforço de aproximação entre as relações de poder identificadas no romance *O castelo*, de Franz Kafka, e a perspectiva microfísica de poder apresentada por Michel Foucault. Segundo essa perspectiva, os indivíduos não são alvos inertes, sobre os quais são exercidos poderes advindos de um centro que os detém e os exerce com exclusividade, sem que esses indivíduos ofereçam possibilidade de resistência. Em *O castelo*, as lutas do protagonista não se restringem a ir contra a insanidade burocrática de um Estado totalitário, nem se dão, em sua maior parte, contra as ações dos órgãos oficiais do governo. A perspectiva microfísica propõe uma abordagem segundo a qual o poder é um efeito das relações de forças; ele não é algo passível de posse e não se exerce sem resistência; é difuso e anônimo em toda a sociedade. As ações da comunidade funcionam no sentido de dominação que operam através da ligação dos indivíduos à sua própria identidade de modo coercitivo, objetivando-os, fazendo deles, sujeitos. Assim, este trabalho pretende abordar o aspecto segundo o qual não somente os procedimentos oficiais oprimem o protagonista e o impedem de obter êxito em seus objetivos, mas também abordar as articulações dos moradores da aldeia e como isso se dá no tempo e no espaço.

Palavras-chave: Franz Kafka; Michel Foucault; microfísica do poder.

## **ABSTRACT**

The present work consists of an attempt to approach the links between power relations found in the novel *The Castle*, by Franz Kafka, and the microphysics of power perspective, presented by Michel Foucault. According to this view, individuals are not inert targets subject to power that comes from a center that exclusively holds and wields it, without offering the possibility of resistance. In *The Castle*, the protagonist's struggles are not limited to being against the insane bureaucracy of a totalitarian state, and, most of times, they are not against official government agencies. The microphysics perspective proposes an approach according to which power is an effect generated by force relations; it is not susceptible of being owned and it is not wielded without facing resistance, it is anonymous and dispersed among society. The villagers' deeds coercively work towards a domination that functions through the individual's relation to their own identity, objectifying them and making them subject. Thus, this work intends to address the aspect whereby the protagonist is oppressed not only by official procedures that prevent him of succeeding in its goals, but also by the community members and how this aspect takes place in time and space.

Keywords: Franz Kafka; Michel Foucault; microphysics of power.

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	8
UMA NOTA .....	11
OS PODERES .....	15
A PERSPECTIVA DE K. ....	27
SUJEITO .....	36
ESPAÇO E TEMPO .....	51
CONCLUSÃO.....	69
REFERÊNCIAS .....	72

## INTRODUÇÃO

Quando K., o protagonista do romance *O castelo* de Franz Kafka, chega à aldeia do conde Westwest, ele acredita que sua convocação para trabalhar como agrimensor lhe garante os direitos de um contratado pelo castelo. Nos dias seguintes, diante da demora de um despacho oficial sobre onde e como deve trabalhar, além da explícita indisposição dos moradores em ajudá-lo, instaura-se um clima que é interpretado por K. como de luta (KAFKA, 2008, p.10, 70). O agrimensor envolve-se intimamente com Frieda, uma moça da aldeia que, supostamente, em razão deste envolvimento, perde sua relação política e amorosa com Klamm, um senhor do castelo e contratante de K. Os esforços do agrimensor, que, em um primeiro momento, intentavam resolver sua questão de trabalho e estadia na aldeia, progressivamente, direcionam-se para tentar falar com Klamm sobre sua intenção de casar-se com Frieda. As tentativas de encontrar-se com Klamm, o fato de K. ser um estrangeiro e o desconhecimento das regras e acordos tácitos que regulam as relações na aldeia o levam a infringir algumas dessas regras, além de questioná-las. Assim, K. transita pelos espaços da aldeia e se relaciona com as pessoas de modo diverso do costumeiro dos moradores da aldeia, gerando animosidades contra ele. Suas atitudes são percebidas como uma ameaça à ordem estabelecida, o que talvez justifique a estigmatização a que ele é submetido, sendo esta um modo de classificá-lo para determinar-lhe um lugar dentro de tal ordem. O agrimensor percebe, gradativamente, tal ordem através de seus contatos com os moradores, sendo mais frequente com Frieda, com dois ajudantes a ele designados pelo castelo, com a dona do albergue local, com o professor da escola, com um mensageiro chamado Barnabás e sua família. Em suas tentativas de ir ao castelo ou de falar com Klamm, K. encontra-se ou conversa, eventualmente, com alguns secretários do castelo, subcastelões, o prefeito e sua esposa, alunos da escola e outros moradores da aldeia.

As tentativas do agrimensor de chegar ao castelo ou falar com Klamm são interpretadas pelos moradores da aldeia como aspirações pretensiosas que só um estrangeiro pode ter, visto que, mesmo para a maioria deles, o acesso ao castelo e às autoridades não é algo permitido e trivial. Após alguns dias, K. percebe que aquilo que o impede de chegar ao castelo ou de falar com Klamm não são obstáculos objetivos, como a distância ou a falta de autorização oficial por parte do castelo. Quem oferece resistência ao êxito das empreitadas de K. são os moradores. Ainda que algumas ordens (*die Befehle*) provenham do castelo, é nas ações dos

moradores que a Ordem (*die Ordnung*) que rege a aldeia se realiza. Como os moradores atribuem suas ações às ordens das autoridades, logo, atribuem também às autoridades a ordem (*die Ordnung*) estabelecida na aldeia. No entanto, as ordens do castelo são, em sua maioria, ambíguas, inverificáveis e incoerentes entre si e muito reduzidas em relação ao todo das ações dos moradores. Sendo assim, a partir da análise das ações dos moradores, das autoridades que se apresentam na aldeia e de K., pretende-se mostrar como as relações sociais estabelecidas na aldeia engendram e atualizam relações de poder.

Para tratar do tipo de poder identificado, recorre-se ao que Michel Foucault chamou de abordagem do poder sob uma perspectiva microfísica, os micropoderes. Os micropoderes são aqueles exercidos no cotidiano, é a instância mais corpórea e prática e menos idealizada e sistematizada à maneira jurídica do poder (FOUCAULT, 2014, p.283). Em um capítulo de *Microfísica do poder*, intitulado Poder-corpo, há uma entrevista para a revista francesa *Quel corps*, na qual Foucault foi questionado se o fato de ele privilegiar as relações de poder no cotidiano não implicaria negligenciar os aparelhos de Estado, ao que o filósofo responde:

(...) uma das primeiras coisas a compreender é que o poder não está localizado no aparelho de Estado e que nada mudará na sociedade se os mecanismos de poder que funcionam fora, abaixo, ao lado dos aparelhos de Estado a um nível muito mais elementar, cotidiano, não forem modificados (FOUCAULT, 2014, p.240).

Essa perspectiva desloca e dissemina entre todos os indivíduos a responsabilidade pela condução do contexto político em que vivem, seja para mantê-lo ou transformá-lo. Além disso, a perspectiva microfísica proposta pelo filósofo não implica prescindir do Estado, ou das autoridades instituídas, mas não restringir a elas o poder e a responsabilidade de constituição de um contexto social. Sendo assim, diante da ausência corpórea das autoridades, descritas como “remotas e invisíveis”, e a conseqüente impossibilidade de verificabilidade das falas e gestos a elas atribuídas, depreende-se a pertinência da escolha da perspectiva microfísica para a análise de *O castelo*. O universo apresentado pelo romance é deliberadamente desorientador, as imprecisões, as aparentes irregularidades e as incoerências criadas visam impossibilitar, ao protagonista e ao leitor, o estabelecimento de algum saber seguro sobre as personagens, o tempo ou o espaço na aldeia e no castelo do conde Westwest. A aldeia é a única instância acessível a K. e ao leitor, via narração em estilo indireto livre. O não saber instaura um não poder criado pela obscurecência do contexto. O embate do leitor com o romance é análogo ao de K. com a aldeia, com Klamm e com o castelo. As relações de poder que se realizam como efeito das relações cotidianas em todos os níveis da hierarquia

social, neste romance, efetivam-se na fluidez e imprecisão da permanente reconfiguração do espaço, tempo e sujeitos.

## UMA NOTA

Franz Kafka teria escrito *Das Schloß* (*O castelo*) entre o fim de fevereiro e o começo de setembro de 1922, em língua alemã, tendo o livro sido publicado postumamente, apenas no ano de 1926, pela editora de Kurt Wolff. Tanto a publicação póstuma como outras narrativas do autor foram traduzidas para o tcheco pela escritora Milena Jesenká. O romance é interrompido no meio de uma frase à página 495, conforme a edição crítica, e é narrado em estilo indireto livre. Carone define o narrador, nesta obra, como insciente, identificado à fragmentação do sujeito moderno. Diante da dificuldade de concepção ou apreensão de qualquer totalidade, restam ao narrador apenas fragmentos, encerrando, assim, a possibilidade de ser um agente esclarecedor dentro da diegese do romance. Tal distanciamento, ratificado pelo narrador, pode ser identificado a um desejo do autor de apresentar ao leitor uma linguagem protocolar, burocrática e despersonalizada. Assim, o nivelamento da linguagem parece atender a um desejo de uniformização, através da supressão das características pessoais a universais, dado que não apresenta marcações que diferenciem, através do discurso, características que individualizem cada um dos personagens como, por exemplo, um secretário do castelo, uma criança, um camponês e o prefeito — exceto apenas por uma fala do professor, em francês, a qual tinha o objetivo de excluir os alunos de determinada parte de uma conversa (KAFKA, 2008, p.16).

Kafka optou por escrever *O castelo* em Hochdeutsch, e não em ídiche ou em tcheco. Sendo um judeu de Praga, tal opção configura-se como uma postura política nomeada pelo próprio autor como literatura menor. Em carta a Brod, em junho de 1921, Kafka define seu trabalho como uma literatura feita por uma minoria em uma língua hegemônica, o que indicia, ao mesmo tempo, o desejo de ampliação do alcance e a marginalidade das línguas tcheca e ídiche como minoritárias. Por sua vez, implica na desterritorialização da língua, na ligação do individual no imediato-político e no agenciamento coletivo da enunciação (GUATTARI; DELEUZE, 2014, p.35, 26, 37).

Modesto Carone, um dos principais tradutores de Kafka no Brasil, cita algumas obras das quais pode-se identificar ecos em *O Castelo*, de Kafka: *O castelo: tremor e terror*, de Kierkgaard; *A educação sentimental*, de Flaubert; *As afinidades eletivas*, de Goethe; *A divina comédia*, de Dante (CARONE, 2009, p.59). Entretanto, identificar todas as possíveis origens dos ecos de obras em *O castelo* não parece ser tarefa fácil. O tradutor comenta igualmente a

respeito da extensão da fortuna crítica do autor que, já em 1980, ultrapassava 10 mil títulos entre livros e artigos de porte (CARONE, 2008, p. 354).

Carone também comenta a respeito das diferenças entre as diversas edições da obra, que se deram em virtude das adversidades que ameaçaram o espólio. A sobrevivência dos manuscritos, dispersos em cadernos e folhas soltas, deu-se graças à desobediência do amigo e testamenteiro Max Brod, a quem Kafka havia incumbido de queimar os manuscritos após sua morte. Quando as tropas nazistas ocuparam Praga, em março de 1939, Brod fugiu levando consigo o espólio para Tel Aviv. Em 1956, sob ameaça de guerra no Oriente Médio, a maior parte dos manuscritos, incluindo o de *O castelo*, foi enviada para a Suíça. Por sua vez, em 1961, eles foram remetidos para Bodleian Library de Oxford, na Inglaterra. Max Brod morreu em 1968 e deixou o espólio, incluindo inéditos, para sua secretária Esther Hoffe, morta em 2007. Após sua morte, as filhas venderam parte do espólio em leilões. Em 2015, um tribunal israelense rejeitou a apelação de posse dos manuscritos por Eva Hoffe, a única herdeira viva de Esther, e cedeu a coleção à biblioteca nacional de Israel, conforme desejo de Max Brod. Parte dos originais está em posse do Arquivo Alemão de Literatura em Marbach.

Dentre as vicissitudes que cercam a concretude de *O castelo*, é fundamental considerar aquelas ligadas às diferentes versões. Em resumo, a cronologia da obra impressa é a seguinte:

— 1ª edição: publicada por Max Brod, na editora Kurt Wolff de Munique, em 1926. Brod afirmou que nesta edição deixou de lado várias passagens e o desfecho do romance.

— 2ª edição: publicada por Max Brod e Heinz Politzer, pela editora Schocken de Berlim, em 1935. O texto contém numerosas variantes em relação à primeira edição, foram colocados os títulos dos capítulos.

— 3ª edição: publicada por Max Brod, na editora Schocken de Nova York, em 1946. Esta edição contém o trecho final do romance.

— 1ª edição autorizada (*Lizenzausgabe*): publicada por Max Brod, pela editora S. Fischer de Frankfurt a. M., em 1951. É idêntica às edições de 1935 e 1946.

— 2ª edição autorizada (*Lizenzausgabe*): publicada por Max Brod, pela editora S. Fischer de Frankfurt a. M., em 1960. Texto idêntico ao da 1ª edição autorizada de 1951.

— A última edição significativa de *O castelo* é a chamada edição crítica (*kritische Ausgabe*), de Malcolm Pasley, elaborada a partir dos manuscritos de Oxford. Ela incorpora as passagens riscadas, decifra outras e integra os apêndices, num total aproximado de 250 linhas. Alguns capítulos, como o primeiro, assumem parte do seguinte (CARONE, 2008, p.256).

As implicações políticas, territoriais e linguísticas que circunscrevem o destino — ou o que há de permanente — desses manuscritos foram tema de estudo de Deleuze e Guattari. A ligação do individual no imediato-político, segunda característica da literatura menor, denota o fato de que tudo escrito nessa perspectiva é político. Escrever em uma língua hegemônica, estando na posição de estrangeiro, revela-se como um artifício ideológico de sentido duplo: beneficiar-se do que há de instituído na língua hegemônica e ter seu discurso perspectivado por ter feito tal opção. Como se a voz do estrangeiro jamais pudesse representar algo do universal humano. O agenciamento coletivo na enunciação é a potencialidade de dessubjetivação do autor e do narrador, de enunciar algo coletivo, desindividualmente. Segundo Deleuze e Guattari,

a letra K não designa mais um narrador nem um personagem, mas um agenciamento tanto mais maquínico, um agenciamento tanto mais coletivo quanto mais o indivíduo se encontra a ele ligado em sua solidão (é apenas com relação a esse sujeito que o individual seria separável do coletivo e o conduziria a sua própria tarefa) (2014, p.38).

O que há no coletivo que só pode ser encontrado através da imersão no particular, ou o que só permanece através de suas mutações, manifesta-se também na obra por meio da existência das diversas edições e da profusão de diferentes vertentes interpretativas. Em *Contra a interpretação*, Sontag (2004, p.4) identifica ao menos três grandes linhas de interpretação — a teológica, a sociológica e a psicanalítica — as quais, por sua vez, foram citadas e acrescidas por Deirdre (1987, p.60): as retoricistas, as semióticas, as estruturalistas, as fenomenológicas, as subjetivistas, as hermenêuticas e as da estética da recepção.

As muitas vertentes interpretativas de *O castelo* são, na compreensão de Gagnebin, suscitadas pela primeira grande biografia de Kafka, escrita por Brod em 1937.

Ressalto a importância desse livro porque ele fornece a base de muitos comentários posteriores, mesmo que fundamentalmente críticos, como os de Günther Anders, de Walter Benjamin ou de Adorno, proporcionando-lhes o substrato onipresente, mesmo que não citado de maneira explícita. (GAGNEBIN, 2015, p.4).

Dentre as repercussões da biografia de Brod, nas reflexões posteriores sobre a obra de Kafka, a autora ressalta a importância da crítica realizada por Benjamin em carta a Scholem, de 12 de junho de 1938. Segundo Gagnebin, Benjamin “assinala a impossibilidade de qualquer interpretação totalizante, seja teológica, seja político marxista, da literatura inaugurada pela obra de Kafka” (2015, p.8).

Anteriormente, em 1934, Benjamin já havia expressado sua discordância não apenas em relação à vertente interpretativa teológica, mas também à psicanalítica. De acordo com Carone, para Benjamin, os opressores que esmagam K. não poderiam ser identificados a uma divindade, mas sim às autoridades da burocracia vigente. Tal ideia foi compartilhada por Günther Anders, em *Kafka: pró e contra* (2007), segundo o qual Kafka seria um realista, em um “mundo do poder total e totalitariamente institucionalizado” (CARONE, 2009, p.64).

Nesse sentido, é necessário ressaltar a participação de Benjamin na Escola de Frankfurt, da qual também participaram dois membros pouco conhecidos: Georg Rusche e Otto Kirschheimer. Estes publicaram, em 1939, *Punição e estrutura social* (2004), obra fundamental tanto para os estudos de direito penal quanto para o presente trabalho, no que diz respeito à formação do sujeito moderno. Foucault expressou a importância dos pressupostos da obra dos frankfurtianos em *Vigiar e punir* (2010, p.27), obra na qual o autor disserta sobre o interesse governamental na vigilância e controle dos sujeitos, no espaço e no tempo, e também sobre as relações entre discurso e verdade, sob a forma de interrogatórios, por exemplo. As ideias positivistas de objetivação, de clareza, de quantificação, de ordem e de classificação, aplicadas ao campo social, resultaram nos fundamentos das tecnologias de controle. Em *A dialética do esclarecimento* (1985), vê-se a ligação entre o controle social, o positivismo e a particularização do sujeito moderno:

Mas isso, mais uma vez, é levado em conta pelo pensamento esclarecido: aparentemente, o próprio sujeito transcendental do conhecimento acaba por ser suprimido como a última reminiscência da subjetividade e é substituído pelo trabalho tanto mais suave dos mecanismos automáticos de controle. (...) O positivismo — que afinal não recuou nem mesmo diante do pensamento, essa quimera tecida pelo cérebro no sentido mais liberal do termo — eliminou a última instância intermediária entre a ação individual e a norma social. (ADORNO; HORKHEIMER, 1985, p.41)

O ideário burguês esclarecido necessitava de fundamentos não deterministas e dogmáticos, contrários aos estamentos do absolutismo monárquico desde o feudalismo. Para isso, ele desenvolveu conceitos médico-jurídicos da ortopedia social no século XVIII. Na literatura, a possibilidade do aperfeiçoamento humano enunciou-se no *Bildungsroman*,<sup>1</sup> o que reforça as imbricações, entre os cenários políticos e o literário, estabelecidas, no que concerne ao controle social, bem como a extensão deste último às demais instâncias.

## OS PODERES

A aldeia do conde Westwest é o ambiente no qual as situações descritas são, ainda que em graus diferentes, tratadas a partir das implicações que têm para a vida social, tornando o poder político o foco da narrativa. Sendo assim, é preciso observar quem são os agentes e os representantes do poder, ou melhor, a diferença entre os meios pelos quais tal poder é legitimado de onde é produzido, efetivado.

A ideia de poder, de um modo geral, designa a capacidade de deliberação sobre o outro, de governo ou de condução de um ou uns sobre outros, o que, em um sentido mais profundo, equivale a produzir um efeito no outro.

Diferentemente do que ocorre em *O processo* (1997), no qual a narrativa é centrada no poder, organizado sob forma jurídica, em *O castelo* o poder é apresentado sob a perspectiva dos seguintes tipos de relações: i. cotidianas, não formalizadas; ii. institucionalizadas;<sup>2</sup> iii. oficializadas por órgãos governamentais.

No romance *O processo* (1997), o protagonista e bancário Joseph K. é preso, julgado e condenado juridicamente sem saber que crime cometeu. O romance se desenvolve à medida que o protagonista se envolve nos procedimentos jurídicos que, mesmo sem os conhecer com precisão, regulam seu viver. Pode-se afirmar que *O processo* (1997) apresenta o poder de ação dos opressores, enquanto que *O castelo* apresenta o poder dos oprimidos, o que significa

---

<sup>1</sup> “Sob o aspecto morfológico, é relativamente fácil a compreensão do termo *Bildungsroman*. Por um processo de justaposição, unem-se dois radicais — (*Bildung* — formação — e *Roman* — romance) que correspondem a dois conceitos fundadores do patrimônio das instituições burguesas. Cada um dos dois termos, entretanto, encontra-se atrelado a um complexo entrelaçamento de significados, apreensíveis apenas por meio de uma investigação de caráter diacrônico. *Bildung* e *Roman* são dois termos que entraram para o vocabulário acadêmico na segunda metade do século XVIII. A formação do jovem de família burguesa, seu desejo de aperfeiçoamento como indivíduo, mas também como classe, coincidem historicamente com a ‘cidadania’ do gênero romance” (MAAS, 2000, p.13).

<sup>2</sup> “Geralmente se chama instituição todo comportamento mais ou menos coercitivo, aprendido. Tudo que em uma sociedade funciona como sistema de coerção, sem ser um enunciado, ou seja, todo o social não discursivo é a instituição” (FOUCAULT, 2014, p.368).

dizer que os segundos não estão na condição de submissão passiva, ainda que estejam em servidão voluntária (isso será abordado mais profundamente ao longo da dissertação). Se em *O processo* a proeminente e minuciosa organização jurídica não deixa dúvidas acerca do contexto moderno na narrativa, em *O castelo* tal localização histórica não é tão definida.

A estrutura citadina e alguns dos títulos dos cargos são marcos temporais que permitiriam identificar, em *O castelo*, traços de uma monarquia feudal da baixa Idade Média. No entanto, tal identificação restrita a esse período não se confirma dado que o poder político não é legitimado pelo poder religioso.<sup>3</sup> Embora haja menção a uma igreja, não é possível encontrar nada no romance que diga respeito a um representante ou a um ritual religioso, nem clamor a Deus, fala ou pensamento sobre fé.

Pode-se dizer que as ações e as falas das personagens descritas restringem-se a assuntos de ordem pública, mesmo quando se tratam de cenas domésticas. Os personagens representam papéis sociais com nomes próprios. Mesmo quando citados em suas relações de parentesco ou conjugais, tais nomes são mencionados para situá-los no contexto social da aldeia. Assim, embora o foco temático do romance incida sobre aspectos impessoais do prosaísmo cotidiano — e sendo os referentes religiosos pormenores quase supérfluos à estrutura da narrativa, conforme já citado —, leituras teológicas de *O castelo* persistiram por longo tempo. Tal vertente teve em Max Brod, amigo, editor e testamentário de Kafka, seu precursor. A leitura teológica feita por Brod ressoa, por exemplo, em Carpeaux (2011), o qual tangencia a obra conferindo às autoridades atribuições divinas, e em Camus (2013), que identifica as atitudes de K. como uma metódica busca pelo eterno, descrevendo em termos de graça e de merecimento a busca do agrimensor, acreditando ser o desejo de pertencimento à aldeia, na verdade, um desejo de adentrar o reino do divino e de encontrar Deus. Tais leituras encontram poucos indícios textuais no romance em questão. Descartada, portanto, a leitura teológica, resta, talvez, buscar a legitimação do poder político no âmbito jurídico.

A profusão de petições, de processos e de trâmites entre as autoridades descritas, sobretudo como ocupação de secretários e de servidores, bem como da responsabilidade de armazenamento do prefeito, permite considerá-los como importantes para o sistema de regulação e de controle social e, por consequência, de legitimação do modo de governo

---

<sup>3</sup> “Certamente a maior parte dos autores medievais subordinam o poder temporal dos príncipes, se não diretamente à autoridade espiritual da Igreja, ao menos a uma finalidade cristã” (SENELART, 2006, p.22).

vigente na aldeia.<sup>4</sup> Tal importância é indiciada, mas não corporificada. Na diegese do romance, os advogados nunca estão presentes na aldeia, o que leva à seguinte questão: quem realiza o controle social, ou seja, quem de fato efetiva as relações de poder que permitem sustentar, sob certa ordem, a vida coletiva na aldeia? Ainda que não haja presença de um representante jurídico na aldeia, o fato de o poder jurídico, enquanto mera estrutura, legitimar o poder político nos domínios do conde permite identificar o modo político que vigora na aldeia como de natureza moderna. Isso porque só a partir do século XVIII a reforma jurídica, enquanto parte das mudanças iluministas, tornou possível ao Direito tornar-se regulador do poder monárquico.<sup>5</sup> Apesar da importância do âmbito jurídico para legitimação do modo de governo, na aldeia, não é um processo, um inquérito ou qualquer outro tipo de ato judicial o tema central da narrativa. Não é sob a perspectiva jurídica que as relações de poder se realizam, e nisso reside a diferença fundamental entre a presença jurídica nos romances *O castelo* e *O processo*, conforme mencionado anteriormente. Cabe, portanto, identificar as instâncias condutoras e organizadoras da vida na aldeia, a fim de determinar qual tipo de poder é privilegiadamente apresentado em *O castelo*.

Em termos de representantes do poder, há os que os moradores chamam de “as autoridades”, devidamente dispostas segundo suas hierarquias e distinções.

- a) O conde e os advogados pertencem a uma categoria específica de autoridade: aquelas que, embora citadas pelos moradores da aldeia, nunca se apresentam ao longo da diegese do romance. O conde chama-se Westwest. Já os advogados, não são nomeados individualmente. Tais autoridades máximas, aparentemente, não têm voz no romance, considerando que não há indícios de nenhuma fala atribuída ou enunciada.

---

<sup>4</sup> “Embora a teoria do direito, da Idade Média em diante, tenha essencialmente o papel de fixar a legitimidade do poder, isto é, o maior problema em torno do qual se organiza toda a teoria do direito é o da soberania” (FOUCAULT, 2014, p.281). No entanto, no feudalismo, o poder jurídico não era soberano ao rei. As menções à regulação social oficial no romance são referidas como de responsabilidade jurídica. Como não há, na aldeia, qualquer menção que sugira que o poder do conde pudesse se impor acima da lei dos advogados, supõe-se que o contexto seja moderno e que o poder do rei, ou do conde, esteja submetido ao ordenamento jurídico. Ainda citando Foucault: “É a pedido do poder real, em seu proveito e para servir-lhe de instrumento ou justificação que o edifício jurídico das nossas sociedades foi elaborado” (FOUCAULT, 2014, p. 280) e “Na perspectiva do governo, a lei não é certamente o instrumento principal (...)” (FOUCAULT, 2014, p. 418).

<sup>5</sup> Michel Foucault explicita como no período do Esclarecimento o poder jurídico passou a regular e a limitar o poder do rei. A proeminência jurídica na aldeia do conde é um indicativo de governo moderno no romance. “Finalmente, é ainda esta teoria da soberania, reativada a partir do Direito Romano, que encontramos, no século XVIII, em Rousseau e seus contemporâneos, desempenhando um quarto papel: trata-se agora de construir um modelo alternativo contra as monarquias administrativas, autoritárias ou absolutas, o das democracias parlamentares. E este mesmo papel que ela desempenha no momento da Revolução Francesa” (FOUCAULT, 2014, p.290).

- b) Outra autoridade importante é Klamm, o contratante do agrimensor K. Além de possuir nome próprio, supostamente se apresenta pessoalmente na diegese do romance. Klamm é um personagem indicial: há cartas, voz, aparência e amantes atribuídas a ele, além de pessoas da aldeia que afirmam tê-lo visto, embora as descrições colhidas nos relatos não coincidam entre si.<sup>6</sup>
- c) Há ainda as autoridades cujos nomes e rostos são conhecidos, como é o caso de Sortini e Sordini. Apesar da possível confusão entre as respectivas identidades, por serem quase homônimos, tais personagens são diferenciados pelo comportamento e frequência com que visitam a aldeia (KAFKA, 2008, p.215).
- d) Há também uma classe de secretários que, embora provenha do castelo, é hierarquicamente menos importante, justamente por executar serviços na aldeia com muita frequência. Esses secretários são conhecidos pessoalmente pelos moradores e, eventualmente, pernoitam na Hospedaria dos Senhores, como é o caso de Momus, o secretário de Klamm, Bürgel, Erlanger e Brunswick.

Dadas essas diferenciações, é possível traçar uma relação entre a posição que cada autoridade ocupa na hierarquia administrativa e seu grau de visibilidade na aldeia. Quanto mais alto o posto, menos visível é a autoridade aos olhos dos moradores. Quanto maior o poder atribuído, menos visível e, portanto, menor a verificabilidade da existência verídica da autoridade na diegese do romance. Sendo assim, a relação entre poder e ver engendra, por sua vez, uma relação entre poder e saber.

É Gardena, a dona do albergue, quem primeiro revela a K. algo sobre a gestão da visibilidade que vigora na aldeia:

Foi com sofrimento que ouvi dizer que Frieda o deixou olhar pelo buraco da porta; quando ela fez isso já estava seduzida pelo senhor. Diga-me como é que pôde suportar a visão de Klamm? Não precisa me responder, sei que a suportou muito bem. O senhor não é capaz de ver realmente Klamm, não é arrogância da minha parte, pois eu mesma não sou capaz. Klamm deve falar com o senhor, mas ele não fala nem com pessoas da aldeia, nunca até agora ele falou com alguém da aldeia. A grande distinção de Frieda, uma distinção que será o meu orgulho até o fim, é o fato de que ele costumava pelo menos chamar o nome de Frieda e ela podia conversar com ele à vontade, tendo recebido a permissão de usar o buraco da porta; mas falar ele também não falou com ela. E o fato de que às vezes ele chamava Frieda não deve ter o significado que se gosta de atribuir a isso, ele simplesmente chamava o nome de Frieda — quem conhece suas intenções? Que Frieda naturalmente fosse correndo, era problema dela; que ela fosse admitida sem protesto, era bondade de Klamm; mas

---

<sup>6</sup> Não se pode ignorar a possibilidade de que Klamm, o conde e os advogados sejam, todos, meras instâncias indiciais, considerando invisibilidade hipotética do primeiro, ou a absoluta dos seguintes.

que ele a tivesse por acaso chamado, isso não se pode afirmar (KAFKA, 2008, p.61).<sup>7</sup>

Gardena demonstra a relação existente entre o poder atribuído a Klamm e a incapacidade de visualização dele, que por sua vez se estende à impossibilidade de diálogo com ele. Em outra passagem do texto, ela pede a K. que não pronuncie o nome de Klamm, apenas o chame de “ele”, ou qualquer outra coisa (KAFKA, 2008, p.101), como se a insensibilidade de K. fosse tanta que o agrimensor não seria digno nem sequer de pronunciar o nome da citada autoridade. Não fica claro, na fala de Gardena, a que tipo de “sensibilidade” ela se refere, mas é possível supor, a respeito de suas afirmações, que a autorização de ver é dada conforme a quantidade de poder que cada indivíduo, supostamente, produz. Em todo caso, é dessa forma que a dona do albergue, além de atualizar a vileza de K., nega a ele o “acesso” à única certeza que os moradores da aldeia têm acerca de Klamm: seu nome.

Após algum tempo, K. realiza que o imbricamento entre visibilidade e poder na aldeia se manifesta de maneiras distintas, seja para os moradores da aldeia, seja para as autoridades do castelo. Supostamente, os moradores da aldeia não têm permissão, nem capacidade para “ver realmente” (KAFKA, 2008, p.61) as autoridades hierarquicamente superiores. Mas também tais autoridades, supostamente, não suportam ver os moradores da aldeia. A diferença hierárquica é expressa pelos termos usados, a saber: permissão e capacidade de suportar. Entretanto, a situação dada resulta em uma única ação: a interdição à visão.

Pode-se observar que a fala de Gardena sobre a interdição do olhar para Klamm colabora para que a identidade dele esteja sempre envolta em uma aura de cerimoniosa superioridade, infável presença e controversa acessibilidade. A oração “suportar a visão de Klamm” (KAFKA, 2008, p.61) insinua que ele, de alguma forma, pertença ao inalcançável ou ininteligível para os moradores da aldeia, como se ele pertencesse a uma realidade outra, sobre-humana. A perspectiva da dona do albergue pode ser entendida como a de uma pessoa

---

<sup>7</sup> “Mit Schmerz habe ich gehört, daß Frieda Sie hat durchs Guckloch schauen lassen, schon als sie das tat, war sie von Ihnen verführt. Sagen Sie doch, wie haben Sie überhaupt Klamms Anblick ertragen? Sie müssen nicht antworten, ich weiß es, Sie haben ihn sehr gut ertragen. Sie sind ja gar nicht imstande, Klamm wirklich zu sehen, das ist nicht Überhebung meinerseits, denn ich selbst bin es auch nicht imstande. Klamm soll mit Ihnen sprechen, aber er spricht doch nicht einmal mit Leuten aus dem Dorf, noch niemals hat er selbst mit jemandem [94] aus dem Dorf gesprochen. Es war ja die große Auszeichnung Friedas, eine Auszeichnung, die mein Stolz sein wird bis an mein Ende, daß er wenigstens Friedas Namen zu rufen pflegte und daß sie zu ihm sprechen konnte nach Belieben und die Erlaubnis des Gucklochs bekam, gesprochen aber hat er auch mit ihr nicht. Und daß er Frieda manchmal rief, muß gar nicht die Bedeutung haben, die man dem gerne zusprechen möchte, er rief einfach den Namen Frieda - wer kennt seine Absichten? — daß Frieda natürlich eilends kam, war ihre Sache, und daß sie ohne Widerspruch zu ihm zugelassen wurde, war Klamms Güte, aber daß er sie geradezu gerufen hätte, kann man nicht behaupten” (KAFKA, 1994, p.63-64).

simples que acatou como se fossem naturais, e não sociais, as diferenças que a separam das autoridades públicas instituídas. É possível fazer uma leitura acerca da inacessibilidade de Klamm, enquanto construída pelas falas e atitudes dos moradores da aldeia em relação a ele, podendo tal interdição advir da crença positiva dos moradores em uma aura de divindade que irradiaria de um suposto governante e que, por sua vez, refletiria nas autoridades mais próximas a este. Tal possibilidade torna-se mais provável ainda desde que a visão de Gardena não seja tomada enquanto um caso isolado no contexto da aldeia. Há ainda os casos do prefeito, do professor e da família de Barnabás, para citar alguns exemplos. Isso leva a crer que a interdição à visão e a ausência das autoridades mais importantes, incluindo aquelas cujos nomes nunca são citados, justificam a definição do próprio narrador: tratam-se de “senhores remotos e invisíveis” (KAFKA, 2008, p.70).

Pode-se extrair da diegese do romance que Gardena e Frieda, por terem sido amantes de Klamm, tiveram maior grau de acesso a ele (KAFKA, 2008, p.47, 95). Entretanto, sobre isso, o narrador lança dúvida (KAFKA, 2008, p.324). De qualquer forma, as relações amorosas entre Frieda, ou Gardena, e Klamm parecem incompatíveis com as tantas interdições que o cercam. Portanto, mesmo para Gardena e Frieda, que tiveram com Klamm — uma das autoridades remotas e invisíveis que mencionadas anteriormente — relações mais íntimas, ele permanece sendo um poder sem rosto e, salvo as raras exceções, anônimo.

Dado que as autoridades são “remotas e invisíveis”, elas dependem de outras pessoas para colocar em prática suas determinações. Nesse caso, é possível recorrer a uma análise do poder “de cima para baixo”, ou seja, das determinações das autoridades enquanto únicas detentoras de poder, por caber a elas a execução de julgar e punir quem descumprir suas determinações, exercendo, assim, o poder sobre a população passiva, destituída de autonomia. Essa seria a perspectiva jurídica do poder, a lei que diz “não” (FOUCAULT, 2014, p.44). As autoridades são descritas como responsáveis por manter uma ordem rigorosa e exemplar em tudo (KAFKA, 2008, p.107-108), com “controle extremamente preciso” (KAFKA, 2008, p.73) e hierarquizado em instâncias (KAFKA, 2008, p.79).

Entretanto, acredita-se ser mais adequado assumir justamente a perspectiva contrária: “de baixo para cima”. Isso significa que análise se dá partir das ações dos moradores da aldeia, não só como executores das ordenanças das autoridades, mas, além disso, principalmente como o modo como agem configura o contexto em que vivem. Em *O castelo*, não é possível às autoridades já citadas estarem em todos os lugares e exercerem todas as funções

necessárias à manutenção das leis e da ordem. Portanto, faz parte da hipótese do presente trabalho identificar os moradores da aldeia como participantes ativos nas relações de poder. Poder microfísico é o nome que Michel Foucault deu a essa perspectiva de distribuição do poder:

Ora, o estudo desta microfísica supõe que o poder nela exercido não seja concebido como uma propriedade, mas como uma estratégia, que seus efeitos de dominação não sejam atribuídos a uma “apropriação”, mas a disposições, a manobras, a táticas, a técnicas, a funcionamentos; que se desvende nele antes uma rede de relações sempre tensas, sempre em atividade, que um privilégio que se pudesse deter; que lhe seja dado como modelo antes a batalha perpétua que o contrato que faz uma cessão ou a conquista que se apodera de um domínio. Temos em suma que admitir que esse poder se exerce mais que se possui, que não é o “privilégio” adquirido ou conservado da classe dominante, mas o efeito de conjunto de suas posições estratégicas — efeito manifestado e às vezes reconduzido pela posição dos que são dominados. Esse poder, por outro lado, não se aplica pura e simplesmente como uma obrigação ou uma proibição, aos que “não têm”; ele os investe, passa por eles e através deles; apoia-se neles, do mesmo modo que eles, em sua luta contra esse poder, apoiam-se por sua vez nos pontos em que ele os alcança. O que significa que essas relações aprofundam-se dentro da sociedade, que não se localizam nas relações do Estado com os cidadãos ou na fronteira das classes e que não se contentam em reproduzir ao nível dos indivíduos, dos corpos, dos gestos e dos comportamentos, a forma geral da lei ou do governo. (FOUCAULT, 2010, p.29)

Ao descrever a perspectiva microfísica, Foucault a identificou como um modo de governo organizado e posto em prática no período moderno, a partir do século XVII (2010, p. 134), e fê-la coincidir com a responsabilidade individual na constituição das relações de poder e de governo. Partindo dessa óptica, foca-se na participação dos moradores da aldeia como elos ativos nas relações de poder exercidas em rede, enquanto que o poder em si se constitui como um efeito das relações entre quaisquer indivíduos, portanto difuso na comunidade, e não uma propriedade e um privilégio do castelo e das autoridades.

O fato de o poder microfísico ser exercido em rede não significa que não há diferentes intensidades de poder — para se referir a isso, Foucault usa o termo “ápices”.<sup>8</sup> Assim, tanto o castelo quanto as instâncias jurídicas poderiam ser considerados enquanto ápices de intensidade de poder. Entretanto, é importante frisar que tais ápices não seriam “fontes” ou “princípios de onde o poder derivaria”. Ainda segundo Foucault:

É preciso fazer uma distinção. É evidente que, em um dispositivo como um exército ou uma oficina, ou um outro tipo de instituição, a rede do poder possui uma forma piramidal. Existe, portanto, um ápice; mas, mesmo em um caso tão simples como este, este “ápice” não é a “fonte” ou o “princípio” de onde todo o poder derivaria como de um foco luminoso (esta é a imagem que a monarquia faz dela própria). O ápice e os elementos inferiores da hierarquia estão em uma relação de apoio e de

---

<sup>8</sup> Termo original em francês “somet”, extraído da versão francesa do texto “O olho do poder” („L'oeil du pouvoir“).

condicionamento recíprocos; eles se “sustentam” (o poder, “chantagem” mútua e indefinida) (FOUCAULT, 2010, p.335).

Um bom exemplo dessas diferenças de concentração de poder, em *O castelo*, seria o momento em que o narrador se refere às intervenções de Schwarzer em favor de K:

Só por meio dele [Schwarzer] tinha sido possível, pelo menos um pouco, aquilo que K. nunca alcançou sozinho, nem teria ousado fazê-lo, o que também, por outro lado, a autoridade dificilmente teria admitido, ou seja, que ele desde o início a havia encarado sem rodeio, com fraqueza e olho no olho, na medida, evidentemente, em que isso era possível. Porém foi um péssimo presente que, na verdade, poupou a K. muita mentira e subterfúgio, mas também o tornou quase sem defesa; de qualquer maneira o prejudicou na luta e poderia, em relação a isso, desesperá-lo, caso não estivesse em condições de dizer que a diferença de forças entre a autoridade e ele era tão monstruosa que toda mentira e esperteza de que teria sido capaz não poderia atenuar essencialmente a diferença em seu favor, e sim precisaria permanecer relativamente imperceptível (KAFKA, 2008, p.192).<sup>9</sup>

É possível notar que, neste trecho, o auxílio de Schwarzer, em certa medida, também o atrapalhava diante do fato que as intensidades de poder — de K., de Schwarzer, do castelo e de tantas outras mais em exercício na aldeia — eram de diferentes proporções, o que dificultava em muito a convergência de valores.

Pode-se encontrar outros diversos contextos que demonstram e exemplificam as diferenças de intensidade entre os poderes microfísicos exercidos na aldeia e o modo como eles se relacionam. Para se referir à participação do professor no contexto político da aldeia, K. utiliza o termo “elo” [*Glied*]:

— Não sabia que tinha sido descortês — disse K. enquanto se enxugava. — Mas é verdade que estava pensando em outras coisas além das boas maneiras, pois se tratava de minha existência, que está ameaçada por um *sistema* administrativo ultrajante, cujos pormenores não preciso expor ao senhor, já que o senhor mesmo é um *elo* ativo dessa autoridade (KAFKA, 2008, p.106, grifos meus).<sup>10</sup>

---

<sup>9</sup> „Nur dadurch war etwas möglich geworden, was K. allein niemals erreicht, nie zu erreichen gewagt hätte und was auch ihrerseits die Behörde kaum je zugegeben hätte, daß er nämlich von allem Anfang an ohne Winkelzüge offen, Aug in Aug der Behörde entgegentrat, soweit dies bei ihr überhaupt möglich war. Aber das war ein schlimmes Geschenk, es ersparte zwar K. viel Lügen und Heimlichtuerei, aber es machte ihn auch fast wehrlos, benachteiligte ihn jedenfalls im Kampf und hätte ihn im Hinblick darauf verzweifelt machen können, wenn er sich nicht hätte sagen müssen, daß der Machtunterschied zwischen der Behörde und ihm so ungeheuerlich war, daß alle Lüge und List, deren er fähig gewesen wäre (...)“ (KAFKA, 1994, p.203).

<sup>10</sup> „Daß ich unhöflich gewesen wäre, weiß ich nicht,“ sagte K., während er sich abtrocknete, „daß ich aber an anderes zu denken hatte als an feines Benehmen, ist richtig, denn es handelte sich um meine Existenz, die bedroht ist durch eine schmachvolle amtliche Wirtschaft, deren Einzelheiten ich Ihnen nicht darlegen muß, da Sie selbst ein tätiges Glied dieser Behörde sind“ (KAFKA, 1994, p.112).

Observa-se que K. entende a sociedade como sistema [*die Wirtschaft*],<sup>11</sup> no qual o professor tem um papel ativo. Outra personagem que explicita o poder microfísico na aldeia é Pepi. Ao discorrer sobre o modo de agir de Frieda, oferece um exemplo através do qual pode-se observar o funcionamento das relações de poder em rede na aldeia:

Mas ela, Frieda, essa aranha, possui relações que ninguém conhece. (...) No entanto, se por acaso fala algo, não o faz francamente; cochicha para o hóspede, inclinando-se sobre ele de tal modo que na mesa vizinha aguçam os ouvidos. O que ela diz é provavelmente irrelevante, mas nem sempre; ela mantém ligações, sustenta umas através das outras e se a maioria malogra — quem se preocuparia o tempo todo com Frieda? —, aqui e ali uma funciona. Começou então a utilizar essas ligações; (...) (KAFKA, 2008, p. 337).<sup>12</sup>

Em outro momento, mais uma vez a ideia de rede, ou teia, é evocada por Pepi para descrever o modo de relacionar de Frieda.

Não era possível imaginar de outro modo o que pudera mover Frieda a renunciar a seu posto; ela ficava sentada junto ao balcão como a aranha na *teia*, tinha por toda parte os fios que só ela conhecia; teria sido completamente impossível removê-la contra sua vontade (KAFKA, 2008, p.337, grifo meu).<sup>13</sup>

Apesar do que se pode supor pelo tom recriminador de Pepi, o modo de ação de Frieda não é um caso isolado na aldeia. Inclusive, a razão de Pepi almejar o posto de Frieda, no balcão do Albergue da Ponte, consiste exatamente no fato de que se trata de um lugar privilegiado para se estabelecer relações com servidores do castelo (KAFKA, 2008, p.329). O balcão de bebidas é o lugar onde se está, continuamente, exposta à inspeção dos olhares alheios, mas é também de onde ela pode vigiar insuspeitamente ou inofensivamente, protegida pela subalternidade de seu cargo em comparação aos outros que ali estão. Outro exemplo é Olga que, por mais de dois anos, vai à Hospedaria dos Senhores para se envolver intimamente com servidores do castelo, na esperança de conseguir influências prometidas que possam dar a seu pai a absolvição desejada por um crime que não existiu, mas pelo qual toda a família de Olga foi punida pelos moradores da aldeia. Tal culpa, uma vez atribuída, lhe tirou o emprego, a saúde e a sanidade:

---

<sup>11</sup> De acordo com o dicionário *Langenscheidt*, a tradução para *Wirtschaft*, em contexto político, seria governo (HOEPNER; KOLLERT, 2001, p.1196). Entretanto, Modesto Carone, que verteu a obra para o português brasileiro, optou por traduzir o termo, no contexto citado, como “sistema”. Em outros momentos do romance, os termos administração e governo, também relacionados no verbete, foram privilegiados.

<sup>12</sup> “Aber sie hat, diese Spinne, Verbindungen, von denen niemand weiß. (...) Wenn sie aber einmal etwas sagt, dann nicht offen, dann flüstert sie es dem Gast zu, bückt sich hinab, dass man am Nachbartisch die Ohren spitzt. Was sie sagt, ist ja wahrscheinlich belanglos, aber doch nicht immer, Verbindungen hat sie, stützt die einen durch die andern und mißlingen die meisten- wer würde sich dauernd um Frieda kümmern? – hält hie und da doch eine fest. Diese Verbindungen begann sie jetzt auszunützen“ (KAFKA, 1994, p.364).

<sup>13</sup> “Es ist sonst nichts anderes ausdenkbar, was Frieda hätte bewegen Können, ihren Posten aufzugeben, sie sass dort im Ausschank wie die Spinne im Netz, hätte überall ihre Fäden, die nur sie kannte” (KAFKA, 1994, p.348).

Mas o que eu consegui na Hospedaria dos Senhores é uma certa ligação com o castelo; não me despreze, K., se eu disser que não me arrependo do que fiz. Que grande ligação com o castelo pode ser essa, é uma coisa que você talvez possa imaginar. E tem razão, pois não se trata de uma grande ligação. (...) Não só através dos próprios criados mantenho relação com o castelo, mas espero que seja também o caso de que — quem sabe — alguém lá em cima observe a mim e ao que faço; a administração da grande criadagem é sem dúvida uma parte extremamente importante e séria do trabalho das autoridades; que esse alguém, portanto, que me observa assim, chegue a um juízo mais brando a meu respeito do que outros; que ele porventura reconheça que eu, mesmo de uma maneira lamentável, luto também por nossa família e dou seguimento aos esforços de meu pai (KAFKA, 2008, p.251).<sup>14</sup>

A partir dessas passagens, pode-se aferir como na aldeia do conde as relações são funcionalizadas e estabelecidas de acordo com o que elas podem oferecer, em termos de influências junto à central administrativa. Mesmo a relação amorosa entre os professores Schwarzer e Gisa é descrita como uma relação hierarquizada, na qual ela se impunha regulando disciplinarmente o comportamento dele:

Era um amor sério, taciturno, o que os unia; o tom era dado por Gisa, cujo temperamento pesado às vezes se tornava selvagem e rompia todas as fronteiras, mas que não toleraria nunca coisa semelhante em outros, numa outra ocasião; conseqüentemente até o vivaz Schwarzer tinha de se submeter, andar devagar, falar devagar, silenciar muito, mas por tudo isso se via que era regidamente recompensado pela presença simples e tranquila de Gisa. No entanto ela talvez não o amasse absolutamente (...) (KAFKA, 2008, p.189).<sup>15</sup>

As menções a algum envolvimento afetivo são raras. Além da relação supracitada entre os professores, há apenas a relação de K. e Frieda, cujo amor também é posto sob suspeita pela dona do albergue. As personagens, de forma geral, se encontram subjugadas a seus postos. Isso torna tais relações meramente superficiais. A esse respeito, Günter Anders comenta:

Não, eles [os personagens de Kafka] não são abstrações humanizadas; representam, antes, seres humanos abstratos. Entendemos, aqui, a palavra “abstrato” no seu sentido originário de *abs-trahere*: as pessoas que Kafka faz entrarem em cena são arrancadas da plenitude da existência humana. Muitas, de fato, não são outra coisa senão funções: um homem é mensageiro e nada mais que isso; uma mulher é “uma boa relação” e nada mais que isso (ANDERS, 2007, p.62).

---

<sup>14</sup> “Was ich aber doch im Herrenhof erreicht habe, ist eine gewisse Verbindungen mit dem Schloß; verachtet mich nicht, wenn ich sage, daß ich das was ich getan habe, nicht bereue. Was mag das für eine große Verbindung mit dem Schlosse sein, wirst Du Dir vielleicht denken, Und Du hast recht, eine große Verbindung ist es nicht. (...) Nicht nur durch die Diener selbst habe ich eine Verbindung mit dem Schloß, sondern vielleicht und hoffentlich auch noch so, daß jemand, der von oben mich und was ich tue beobachtet — und die Verwaltung der großen Dienerscgt ist freilich ein äußerst wichtiger und sorgenvoller Teil der behördlichen Arbeit — daß dann derjenige der mich so beobachtet, vielleicht zu einem milderem Urteil über mich Kommt, als andere, daß er vielleicht erkennt daß ich, in einer jämmerliche Art zwar, doch auch für unsere Familie Kämpfe und die Bemühungen des Vaters fortsetze“ (KAFKA, 1994, p.269-270).

<sup>15</sup> „Es war eine schweigsame Liebe, welche die zwei verband, den Ton gab eben Gisa an, deren schwerfälliges Wesen zwar manchmal, wild geworden, alle Grenzen durchbrach, die aber etwas Ähnliches bei andern zu anderer Zeit niemals geduldet hätte, so mußte sich auch der lebhafteste Schwarzer fügen, langsam gehn, langsam sprechen, viel schweigen, aber er wurde für alles, das sah man, reichlich belohnt durch Gisas einfache stille Gegenwart. Dabei liebte ihn Gisa vielleicht gar nicht (...)“ (KAFKA, 1994, p.200).

Anders prossegue comentando que a funcionalização não é uma invenção do autor tcheco. Seu modelo mais próprio seria a realidade moderna. Entretanto, a visão de Kafka teria sido profética, dado que tal funcionalidade ainda não estava em seu apogeu na época em que a obra foi escrita. Ao inserir na literatura uma realidade social já instaurada na sociedade do século XIX, mas que até então não havia ganho representação no campo literário, Kafka não pactuou com a fraude dos romances realistas médios do século XIX que minimizavam as profissões dos personagens e, desse modo, davam a entender que o ser humano, “propriamente dito”, era o homem fora de sua profissão” (ANDERS, 2007, p.62):

Hoje em dia, essa funcionalização de personagens romanescos tem um sentido francamente profético, pois agora o desenvolvimento atingiu o clímax horripilante no qual quem não tem função definida não é mais digno de ter realidade — sendo, portanto, considerado nulo e aniquilável (ANDERS, 2007, p.62).

Partindo dessa perspectiva, pode-se afirmar que todos na aldeia acreditam conhecer K. pelo simples fato de saberem que ele é o agrimensor. Ele, entretanto, sendo estrangeiro, não conhece e não sabe nada de ninguém a princípio. Em determinado momento, o narrador relata que não faltam pessoas que conhecem K. e esse é um dos principais obstáculos para a realização de seus desejos (KAFKA, 2008, p.290). Para os moradores da aldeia, compreender que K. é o agrimensor é informação suficiente para que eles saibam como se relacionar com ele (KAFKA, 2008, p.19). No entanto, ao que parece, às autoridades é necessário obter mais informações sobre K. Em função disso, ele é frequentemente convocado e submetido a responder interrogatórios a respeito de suas intenções e de seu comportamento na aldeia. Os interrogatórios são apenas uma dentre outras estratégias utilizadas pelas autoridades para adquirir conhecimento mais profundo e completo e, conseqüentemente, aumentar seu poder sobre K.<sup>16</sup>

Conforme afirmado anteriormente, a análise é incidida sobre os moradores da aldeia, o que dizem e a maneira como agem em relação ao que chamam de “as autoridades”. Nesse sentido, é curioso notar a presença do vocabulário jurídico nos títulos dos capítulos dezoito e dezenove, respectivamente, “A punição de Amália” e “Caminhos de petição”. Tais títulos são usados para designar uma série de eventos — infrações, julgamentos, punições —, os quais

---

<sup>16</sup> “A forma jurídico-política do inquérito é correlata ao desenvolvimento do Estado e à lenta aparição, nos séculos XII e XIII, de um novo tipo de poder político no elemento do feudalismo. A prova era um tipo de poder/saber de característica essencialmente ritual. O inquérito é um tipo de poder/saber essencialmente administrativo. E é este modelo que, à medida em que se desenvolviam as estruturas do Estado, impôs ao saber a forma do conhecimento: a de um sujeito soberano tendo uma função de universalidade e um objeto de conhecimento que deve ser reconhecível por todos como sendo sempre dado” (FOUCAULT, 2014, p.195).

são inteiramente executados pelos moradores da aldeia, sem qualquer mediação jurídica e formalização escrita. Embora os moradores estejam sempre se referindo às autoridades e aos processos jurídicos formais, os eventos narrados nos capítulos supracitados dizem respeito às regras infringidas, julgadas e punidas pelos próprios moradores — “a extremidade menos jurídica de seu exercício” (FOUCAULT, 2014, p.283) —, e não por uma instância jurídica. Assim, percebe-se como o poder microfísico não prescinde, nem exclui o poder jurídico, mas, pelo contrário, o complementa. Torna-se premente, então, identificar como se dão tais relações de poder microfísico na diegese do romance. O poder jurídico se dá na escrita do código penal, espacializado na concretude arquitetônica dos fóruns, dos presídios e das delegacias, corporificado nos advogados, nos juízes e nos promotores, de forma ritualizada, em um modo discursivo específico. Quando se trata de poder microfísico (ou seja, enquanto efeito de relações não institucionalizadas), deve-se ter em conta que este se dá em qualquer lugar, sob as mais diversas formas, não estando restrito a espaços, tempos, discursos e modos de agir explícitos, específicos e ritualizados, o que torna mais difícil a sua “identificação”. Embora difuso e informal, diferente do poder jurídico, o poder microfísico não prescinde do poder jurídico, mas acontece de forma paralela. Essa relação entre o poder jurídico formal e o poder microfísico fica clara em *O castelo*, especialmente quando se observa que os moradores da aldeia de fato põem em prática as interdições e permissões (as quais, supostamente, partem de ordens superiores), bem como os acordos tácitos de convivência, porém de forma que eles — conscientemente ou não disso — tenham margem para atualizar, endossar, transformar ou até mesmo transgredir tais ordens vigentes.

Dessa forma, pode-se observar que, em *O castelo*, quando as relações de poder não se efetuem nas instâncias jurídicas sob as formas supracitadas, elas se dão enquanto efeito das relações sociais. Assim, cada relação social engendra uma relação de poder e, assim, busca-se identificar como tais relações materializam-se no modo como as personagens se relacionam, criam e/ou mantêm noções de espaço, de tempo e de individualidade na diegese do romance. Os poderes produzidos, enquanto efeitos das relações sociais, não podem ser entendidos como algo que tenha existência *per se* e sobre os quais seja possível estabelecer propriedade.<sup>17</sup>

---

<sup>17</sup> “Ora, o estudo desta microfísica supõe que o poder nela exercido não seja concebido como uma propriedade, mas como uma estratégia, que seus efeitos de dominação não sejam atribuídos a uma ‘apropriação’, mas a disposições, a manobras, a táticas, a técnicas, a funcionamentos; que se desvende nele antes uma rede de relações sempre tensas, sempre em atividade, que um privilégio que se pudesse deter; que lhe seja dado como modelo antes a batalha perpétua que o contrato que faz uma cessão ou a conquista que se apodera de um domínio. Temos em suma que admitir que esse poder se exerce mais que se possui, que não é o ‘privilégio’ adquirido ou conservado da classe dominante, mas o efeito de conjunto de suas posições estratégicas — efeito manifestado e às vezes reconduzido pela posição dos que são dominados. Esse poder, por outro lado, não se aplica pura e

Portanto, investiga-se como as referências de espaço, de tempo e de individualidade se materializam e se corporificam, ou seja, como sofrem e manifestam os efeitos das relações de poder.

[O poder] não é algo que se possa dividir entre aqueles que o possuem e o detêm exclusivamente e aqueles que não o possuem e lhe são submetidos. O poder deve ser analisado como algo que circula, ou melhor, como algo que só funciona em cadeia. Nunca está localizado aqui ou ali, nunca está nas mãos de alguns, nunca é apropriado como uma riqueza ou um bem. O poder funciona e se exerce em rede. Nas suas malhas os indivíduos não só circulam, mas estão sempre em posição de exercer este poder e de sofrer sua ação; nunca são o alvo inerte ou consentido do poder, são sempre centros de transmissão (FOUCAULT, 2014, p.284).

Entende-se que, no período moderno, o Estado corporifique uma organização complexa, profunda e difusa na vida social de modo que, para o cidadão comum, o todo determinante seja de difícil compreensão. Se se toma como exemplo a *mise en abyme* de espaços, procedimentos e funções burocráticas, pode-se vislumbrar um distanciamento suficientemente obscuro, interpondo-se entre a compreensão do todo e o cidadão comum, tal complexidade está presente em *O castelo*, conforme já citado, pois nem sempre é possível identificar a intervenção das autoridades. Pode-se dizer que, na aldeia do conde, ocorre a realização do ideal sonhado pelas ideologias que forjaram o modo moderno de Estado: um olhar vigilante que gerencia tanto os assuntos relativos à coletividade quanto se faz presente com a mesma intensidade, e nos mínimos detalhes, na vida cada indivíduo. O tempo é regulado pela administração, acelerando ou atrasando as deliberações de permissões, de autorizações e de designações, controlando a vida na aldeia e no castelo, gerindo, sutilmente e estrategicamente, todos os indivíduos. A profundidade e a sutileza com que a vida na aldeia é gerida incute em K. — um homem que não se encaixa no comportamento obediente que ele identifica nos moradores da aldeia — uma espécie de conforto pernicioso. Essa manifestação será exposta, mais precisamente, no tópico seguinte.

## **A PERSPECTIVA DE K.**

Em sua chegada à aldeia, K. acredita que sua convocação como agrimensor lhe garantiria os direitos de um designado pelo castelo. No entanto, nos dias seguintes, diante da demora de um despacho oficial sobre onde e como deveria trabalhar, além da explícita indisposição dos

---

simplesmente como uma obrigação ou uma proibição, aos que ‘não têm’; ele os investe, passa por eles e através deles; apoia-se neles, do mesmo modo que eles, em sua luta contra esse poder, apoiam-se por sua vez nos pontos em que ele os alcança. O que significa que essas relações se aprofundam dentro da sociedade, que não se localizam nas relações do Estado com os cidadãos ou na fronteira das classes e que não se contentam em reproduzir ao nível dos indivíduos, dos corpos, dos gestos e dos comportamentos, a forma geral da lei ou do governo” (FOUCAULT, 2010, p.29).

moradores em ajudá-lo, K. percebe a animosidade quase geral dos moradores da aldeia para com ele, e instaura-se um clima de luta.

K., o castelo e os moradores engajam-se em uma aparentemente involuntária relação de forças, visto que o comportamento de K., considerado imprevisível e afrontador, gera tensão e, conseqüentemente, reações por parte dos demais. Frequentemente, os moradores impacientam-se com as diferenças de comportamento e de pensamento que K., como um estrangeiro, apresenta. A prova disso é a recorrência com que K. é “lembrado”, que apenas sua condição de estrangeiro, dita em tom depreciativo, justifica suas atitudes, insinuando a impertinência destas. Da relação com os moradores, pode-se deduzir que ele, por desconhecimento, está sempre infringindo regras que desconhece. Do ponto de vista dos moradores da aldeia, as atitudes de K. são interpretadas como arrogantes, desrespeitosas, ou irritantemente ingênuas. Em um raro momento em que demonstra mais compreensão do que intolerância à figura do agrimensor, a dona do albergue diz a K.: “Quando me esforço muito posso penetrar nos seus pensamentos, senhor agrimensor, pensamentos que aqui não fazem sentido, mas que talvez sejam válidos no país estrangeiro do qual o senhor vem” (KAFKA, 2008, p.99). A impertinência de K. em relação à aldeia é sempre evocada e, portanto, atualizada na fala dos moradores. Do ponto de vista deles, K. é um “fora”, que circula inadvertidamente dentro dos domínios do conde. O que se pode deduzir das falas e ações de K. é que, na sua própria opinião, o fato de ele ser ou não um estrangeiro não interferiria nas possibilidades de êxito de suas ações.

Conforme já mencionado anteriormente, K. expressa para o professor a ideia segundo a qual ele próprio tanto quanto os moradores da aldeia e as autoridades são elos em uma rede, sendo a contribuição individual fundamental para a vigência e a constituição do contexto em que vivem, podendo assim mantê-lo ou modificá-lo. K., ao tratar o professor como “elo ativo dessa autoridade”, não o faz para se situar fora de tal rede, ou sugerir que existam elos inativos. K. é incisivo ao ressaltar para o professor a assertividade de sua atitude para com o prefeito, que lhe era mais urgente por ocasião do encontro do que um floreio diplomático na relação entre os dois. De fato, essa fala de K. com o professor é, assim como foi com o prefeito, um enfrentamento e uma forma de se posicionar na rede. Assim, K. também o faz na ocasião em que comenta com Olga que “a reverência diante da autoridade é inata em vocês, continuará a ser incutida durante a vida toda das formas mais variadas e por todos os lados; até vocês ajudam nisso como podem” (KAFKA, 2008, p.210). Desse modo, K. expõe o efeito de poder produzido pelos elos nas redes de relações. Para auxiliar na exposição do que se

depreende da perspectiva de K., acerca das relações de poder na aldeia, recorre-se, particularmente, à terceira das condições da abordagem microfísica do poder, proposta por Foucault.

O poder deve ser analisado como algo que circula, ou melhor, como algo que só funciona em cadeia. Nunca está localizado aqui ou ali, nunca está nas mãos de alguns, nunca é apropriado como uma riqueza ou um bem. O poder funciona e se exerce em rede. Nas suas malhas os indivíduos não só circulam, mas estão sempre em posição de exercer este poder e de sofrer sua ação; nunca são o alvo inerte ou consentido do poder, são sempre centros de transmissão. Em outros termos, o poder não se aplica aos indivíduos, passa por eles (FOUCAULT, 2014, p. 284).

Apesar de as autoridades, com a ajuda dos moradores, produzirem discursos e ações que sustentem a impotência de K, eles não o consideram, secretamente, inofensivo e, a despeito de sua reiterada insignificância, acabam por revelar que o julgam, de fato, como um agressor potente:

— Senhor prefeito — disse K. —, o senhor continua dizendo que o meu caso é um dos menores e no entanto ele já ocupou bastante muitos funcionários e, mesmo que no início tenha sido bem pequeno, tornou-se um grande caso graças ao zelo de funcionários do tipo do senhor Sordini. Infelizmente, e muito contra a minha vontade, pois minha ambição não é fazer com que cresçam e desabem pilhas de autos que me dizem respeito, mas trabalhar tranquilamente como pequeno agrimensor numa pequena escrivania (KAFKA, 2008, p.210).

As tentativas de chegar ao castelo para encontrar Klamm são frustradas e as posições oficiais sobre a situação de trabalho de K. são contraditórias. Como não há uma resolução uniforme das autoridades, K. é mantido em um estado de indefinição sobre sua condição na aldeia, à mercê do que lhe falam e sem ter como avaliar qual informação é mais segura. Por carta, Klamm designa o prefeito como superior imediato de K. e confirma a contratação do agrimensor. No entanto, a posição do prefeito é de que não há necessidade de agrimensor na aldeia, além disso ele atribui o fato de K. não ter sido avisado disso antes a uma confusão de informações entre as repartições do castelo, para em seguida afirmar que erro e confusão não acontecem em uma administração como a do conde e de que ele, o prefeito, não é um funcionário de verdade, mas apenas um camponês (KAFKA, 2008, p.73). Pensando nas relações como meio de viabilizar seus objetivos, e diante da persistência da indefinição da situação de trabalho, K. passa a recorrer aos moradores com quem teve algum contato nos primeiros dias, na esperança de conseguir alguma ajuda que viabilize o encontro com Klamm. Todas as tentativas são frustradas pelas dificuldades climáticas, pela dissuasão promovida pelos moradores da aldeia, pelo cansaço, ou pela impossibilidade de achar sozinho um caminho que leve ao castelo. Às incapacidades pessoais que, supostamente, colaboram para impedir K. de chegar ao castelo, a saber, o cansaço e o desconhecimento do caminho (por ser

um estrangeiro), soma-se o fato de que parece não ser inequívoca a distância entre a aldeia e o castelo. Se se apresentam dificuldades físicas, o corpo que se cansa antes do que deveria ou o caminho que parece mover-se para impedi-lo de alcançar o castelo, estas mostram-se insubmissas à lógica e, portanto, mais difíceis de combater. Resta a K. contar com o diálogo, por seu ordenamento, como arma na luta para alcançar seus objetivos — cômico, talvez, de que os impedimentos não sejam barreiras propriamente físicas.

Assim, o agrimensor tenta falar com as pessoas que poderiam lhe ajudar. Em uma conversa com Olga, K. narra como, desde a sua chegada, passou por uma série de situações desagradáveis, em que foi repelido pelos moradores da aldeia e tratado como um brinquedo pelas autoridades, mas que essas dificuldades o fortaleceram (KAFKA, 2008, p.227). Se se considera a ideia apresentada do poder microfísico, exercido em rede, pode-se depreender que K. possui certa razão. A cada pessoa com quem ele encontra e conversa (ainda que essas pessoas o rechacem) é estabelecido mais um ponto de força na rede das relações sociais na aldeia. O primeiro vínculo mais forte ou relação mais próxima estabelecida por K. foi com uma moça do balcão do albergue da ponte, Frieda, e não é estranho que ele atribua a essa relação o fato de ele ter se tornado um homem com “algum meio de poder”.

(...) você (Olga) espera ajuda do homem (K.) que já tem algum meio de poder; mas esse poder eu devo justamente a Frieda; Frieda, tão modesta que, se você tentar perguntar a ela alguma coisa do gênero, certamente vai responder que não sabe o mínimo a esse respeito (KAFKA, 2008, p.227).<sup>18</sup>

Talvez, por perceber que sua relação com Frieda fosse um meio de poder eficaz, progressivamente, falar com Klamm a respeito de Frieda tornou-se mais urgente para o agrimensor do que o desejo inicial de resolver sua situação de trabalho, uma espécie de valorização do meio, em detrimento da valorização do fim. A dona do albergue diz a Frieda que ela era apenas um instrumento para K. chegar a Klamm.

Os diálogos nas relações estabelecidas e os contatos pessoais tornam-se, progressivamente, o principal meio de luta de K. O fato de K. considerar as palavras suas principais armas nas lutas, empreendidas na aldeia, é consonante com a definição de Blanchot que, ao dissertar sobre os personagens de Kafka, afirma que estes discutem e refutam tudo, como “O herói acredita estar no estágio feliz da discussão” (2013, p.227). Por “estágio feliz” entende-se que Blanchot refere-se ao intervalo de tempo em que o herói ignora que a luta está acontecendo

---

<sup>18</sup> “(...) sondern Du ( Olga) erhoffst das von dem Mann, der schon irgendwelche Machtmittel hat. Diese Machtmittel aber verdanke ich Frieda, Frieda, die so bescheiden ist, daß, wenn du sie nach etwas Derartigem zu fragen versuchen wirst, sie gewiß nicht das geringste davon wird wissen wollen” (KAFKA, 1994, p.243).

também para fora dos limites da lógica do ordenamento discursivo e, por isso, acredita-se capaz de vencê-la. Fora dessa ordem existe o imponderável, o que o crítico chama de “Lei Outra” (BLANCHOT, 2013, p.227):

Somente, para K., o processo consiste no fato de que a lei do discurso foi substituída por uma *Lei Outra*, estranha às regras e, em particular, à regra da não contradição. Como se ignora ocorreu a substituição, como não se pode nunca distinguir as duas leis, nem saber se estamos às voltas com uma ou com a outra, a falsa dualidade acarreta essa consequência: atingido pela lei que está acima e abaixo da lógica, é no entanto em nome da lógica que o homem continua sendo acusado (...) (BLANCHOT, 2013, p.227, grifo meu).

Neste comentário referente ao romance *O processo*, Blanchot opõe a lei jurídica, explícita no referido, ao que chama de “Lei Outra”, que corresponde a tudo que não se submete à ordenação da lógica discursiva. Assim como em *O processo*, em *O castelo* pode-se considerar como “lei” o campo discursivo e a “Lei Outra” — particularmente importante neste último — como toda série de eventos não ordenados discursivamente e não subordinados à lógica, que atravessam as palavras e os silêncios, funcionam dentro de uma lógica própria e compõem os enunciados tanto quanto as palavras.

A “Lei Outra” é constituída de gestos, pausas, silêncios que, intencionais ou não, ora esclarecem, ora obscurecem o sentido usual ou contextual das palavras, matizando-as, dotando-as de significados outros, produzidos além dos enunciados:

Sem dúvida ele [Barnabás] era só um mensageiro, não tinha conhecimento do conteúdo das cartas que devia entregar, mas seu olhar, seu sorriso, seu andar pareciam também uma mensagem, mesmo que não soubesse nada acerca dela (KAFKA, 2008, p.35).<sup>19</sup>

Há momentos em que a linguagem discursiva é substituída deliberadamente pelo gesto, considerado, em algumas situações, mais eficaz. Trata-se de uma estratégia de manipulação mais velada, quando a intervenção é executada pelos gestos em detrimento das palavras, por serem eles mais ambíguos, menos regulados pela ordem do discurso. Quando Frieda apresenta explicitamente para K. um dos impedimentos insuspeitos, contra os quais K. teria de lutar para chegar a Klamm ou ao castelo, expõe um momento em que os gestos são privilegiados em detrimento das palavras — ainda que, como afirma Blanchot, a dualidade entre a lei da lógica e a da não lógica, ou da lógica interna, seja fictícia (2013, p.227).

— Você sabe para onde vou? — perguntou K.

---

<sup>19</sup> „Freilich, war er nur ein Bote, kannte nicht den Inhalt der Briefe, die er auszutragen hatte, aber auch sein Blick, sein Lächeln, sein Gang schien eine Botschaft zu sein, mochte er auch von dieser nichts wissen“ (KAFKA, 1994, p.38).

— Sim — respondeu Frieda.  
— E você não me retém mais então? — perguntou K.  
— Você vai encontrar tantos obstáculos — disse ela — que uma palavra minha não significaria nada (KAFKA, 2008, p.115).<sup>20</sup>

Da atitude de Frieda, depreende-se alguns aspectos relevantes: sua própria consciência de ser parte de um contexto maior; a existência de uma deliberação para a impedir K. de chegar ao castelo (e que, dessa vez, a ação de intervenção não será de responsabilidade dela); a sua plena confiança na eficácia da ação estratégica coletivamente articulada. A fala de Frieda expõe que, no avesso do prosaísmo das relações na aldeia, está em funcionamento uma articulação política que orienta o *modus operandi* dos comportamentos interventivos. O dito *modus operandi* é a presentificação da dimensão política com a qual K. está efetiva e corporeamente em contato. A luta de K. não estava restrita ao campo discursivo. As atitudes dos aldeões, sejam elas explicitadas discursivamente ou não, manifestas com ações ou omissões, pertencem a uma ordem complexa de eventos, que não são regidos conforme a disposição pessoal. As atitudes dos moradores são prescritas, reguladas e fiscalizadas para que funcionem conforme as determinações da suposta administração da aldeia.

Pode-se deduzir, em relação à confiança de Frieda acerca da previsibilidade do comportamento dos moradores, que tenha havido um acordo entre eles que implicaria em adesão das partes. Dessa forma, pode-se dizer que as atitudes dos moradores, sobretudo quando se apresentam sob formas não discursivas, são sutis, não explícitas, as relações de poder estão imiscuídas na vida cotidiana. A fala de Frieda expõe um instante em que a linguagem encontra seu limite. Talvez ela saiba ou acredite que não há palavras capazes de dissuadir K. de sua decisão de ir ao castelo.

A reflexão de K. é revelada pelo narrador, não pelo próprio K. Segundo o narrador, K. reflete sobre como, em eventos anteriores, as autoridades se mostraram simples em seu tratamento e, aparentemente, favoráveis a ele. Mas K. considerava perigosa a sensação de bem-estar, causada pela aparente facilidade no convívio com as autoridades, em relação “(...) à coesão admirável dos serviços administrativos, que se pressentia como particularmente perfeita, logo onde ela parecia não existir” (KAFKA, 2008, p.70).<sup>21</sup> Os modos velados de como a coesão administrativa manifesta-se são as intervenções veladas, aos modos de agir condicionados,

---

<sup>20</sup> „Weißt du, wohin ich gehe?“ fragte K. „Ja“, sagte Frieda. „Und du hältst mich also nicht mehr zurück?“ fragte K. „Du wirst so viele Hindernisse finden,“ sagte sie, „was würde da mein Wort bedeuten!“ (KAFKA, 1994, p.41).

<sup>21</sup> „(...) der bewunderungswürdigen Einheitlichkeit des Dienstes, die man besonders dort, wo sie scheinbar nicht vorhanden war, als eine besonders vollkommene ahnte“ (KAFKA, 1994, p.24).

que mantêm o *status quo* e acontecem de forma naturalizada no cotidiano, encobertas pela aparência de casualidade ou mera convencionalidade da rotina da administração. As ações de K. são monitoradas e são alvo de interesse e de intervenção da administração, cujo propósito parece ir além de saber e de registrar as suas intenções. O agrimensor, por ocasião de suas convocações, impõe como condição a sua colaboração que os relatórios resultantes de suas respostas possam levá-lo a Klamm. O secretário Momus e a dona do albergue, por exemplo, esclarecem que não há qualquer chance de K. obter permissão para encontrar com Klamm, que esses relatórios têm por único objetivo atender às demandas da administração e não do agrimensor. Sendo assim, K. nega-se a responder os relatórios, o que gera mais animosidade das autoridades e da dona do albergue contra ele (KAFKA, 2008, p.133). Esquivar-se das estratégias de controle formalizadas discursivamente, como, por exemplo, os interrogatórios, parece ser muito fácil para K. A complexidade de sua luta contra as autoridades e os moradores da aldeia pode ser melhor esclarecida quando da revelação do prefeito:

— Permita-me, senhor prefeito, que eu o interrompa com uma pergunta — disse K.  
— O senhor não fez menção, antes, a uma autoridade de controle? A administração, da maneira como o senhor descreve, é de uma natureza tal, que a pessoa se sente mal só de pensar que esse controle possa estar ausente.  
— O senhor é muito severo — disse o prefeito. — Mas pode multiplicar por mil sua severidade que ela não será nada em comparação com a severidade que a administração emprega em relação a si mesma. Só uma pessoa completamente estranha pode fazer uma pergunta como a sua. Se existem autoridades de controle? Existem apenas autoridades de controle (KAFKA, 2008, p.79).<sup>22</sup>

Enfim, o prefeito oferece a K. uma descrição mais precisa sobre como a dinâmica de poder acontece na aldeia, deixando entrever que não há, na aldeia, algo que esteja fora dos limites do alcance do controle, e para que essa afirmação do prefeito corresponda à realidade da aldeia, é necessário considerar que todos exercem poder uns sobre os outros. Todos os moradores da aldeia, e não só as autoridades do castelo, são ativos e passivos nas ações de controle e, por consequência, de poder. Em um trecho posterior, Olga revela que a severidade do controle, sob a forma de regulação da conduta, é menor para os funcionários do castelo quando estes estão na aldeia.<sup>23</sup>

---

<sup>22</sup> „Erlauben Sie, Herr Vorsteher, daß ich Sie mit einer Frage unterbreche,“ sagte K., erwähnten Sie nicht früher einmal eine Kontrollbehörde? Die Wirtschaft ist ja nach Ihrer Darstellung eine derartige, daß einem bei der Vorstellung, die Kontrolle könnte ausbleiben, übel wird.“ „Sie sind sehr streng,“ sagte der Vorsteher, „aber vertausendfachen Sie Ihre Strenge und sie wird noch immer nichts sein, verglichen mit der Strenge, welche die Behörde gegen sich selbst anwendet. Nur ein völlig Fremder kann Ihre Frage stellen. Ob es Kontrollbehörden gibt? Es gibt nur Kontrollbehörden“ (KAFKA, 1994, p.82).

<sup>23</sup> “(...) pelo fato de que na aldeia as leis do castelo não vigoram mais por completo em relação a eles, acabam como que metamorfoseados; um povo selvagem, insubordinado, dominado por seus impulsos insaciáveis em vez de controlados por leis. Sua falta de vergonha não conhece limites (...)“ (KAFKA, 2008, p.250).

Apesar da referida redução do controle sobre os funcionários do castelo, quando estão na aldeia, de acordo com o prefeito, existem apenas “autoridades de controle”, ou seja, o controle pode ser menor em alguns pontos, mas nunca ausente (KAFKA, 2008, p.79). A vida particular de K., dos moradores da aldeia e das autoridades estão implicadas em relações de poder como parte de um modo de governo. Tal fato pode ser percebido, por exemplo, no momento em que Frieda sugere que sua relação marital com K. tivesse sido uma determinação do castelo. Em uma discussão entre a dona do albergue e K., a respeito de que garantias este deveria oferecer à Frieda, esta última pergunta-se: “Por que eu? Por que justamente eu fui a escolhida para fazer isso?” (KAFKA, 2008, p.59). O narrador não esclarece a que se referia Frieda, mas pode-se deduzir que o envolvimento amoroso dela com K. tenha sido uma designação do castelo. Se assim o for, pode-se afirmar que o castelo regula sua vida a ponto de esmaecer a fronteira entre público e privado, interferindo no estado civil e definindo com quem ela manterá relações íntimas. Acerca do quão profundamente chega a intervenção das autoridades, na vida dos moradores da aldeia e de K., o narrador afirma:

E o que era ali, na realidade, aquela outra vida? Em lugar nenhum K. tinha visto antes, como ali, as funções administrativas e a vida tão entrelaçadas — de tal maneira entrelaçadas que às vezes podia parecer que a função oficial e a vida tinham trocado de lugar. O que significava, por exemplo, o poder até agora apenas formal que Klamm exercia sobre o ofício de K., comparado com o poder que Klamm tinha em toda a sua efetividade no quarto de dormir de K.? Acontecia assim que, ali, um procedimento um pouco mais ligeiro, uma certa distensão, só cabiam na relação direta com as autoridades, ao passo que no mais era sempre necessário um grande cuidado, um olhar em volta para todos os lados antes de cada passo (KAFKA, 2008, p.71).<sup>24</sup>

K. é contraposto às autoridades em termos de visibilidade. As autoridades são remotas e invisíveis. K. é observado o tempo inteiro, pelos moradores que conhece e também por quem nunca viu, submetido a interrogatórios que o obrigam a testemunhar sobre seus atos e intenções, e presente o monitoramento que o perscruta, como particularmente minucioso e profundo, justamente onde não deveria ser, na vida supostamente íntima, privada. Fora isso, K. está quase sempre acompanhado dos seus ajudantes, e de Frieda, e diz a respeito dos dois primeiros:

---

<sup>24</sup> „Und was war es eigentlich hier, jenes sonstige Leben? Nirgends noch hatte K. Amt und Leben so verflochten gesehen wie hier, so verflochten, daß es manchmal scheinen konnte, Amt und Leben hätten ihre Plätze gewechselt. Was bedeutete z. B. die bis jetzt nur formelle Macht, welche Klamm über K.s Dienst ausübte, verglichen mit der Macht, die Klamm in K.s Schlafkammer in aller Wirklichkeit hatte. So kam es, daß hier ein etwas leichtsinniges Verfahren, eine gewisse Entspannung nur direkt gegenüber den Behörden am Platze, sonst aber immer große Vorsicht nötig war, ein Herumblicken nach allen Seiten vor jedem Schritt. Seine Auffassung der hiesigen Behörden fand K. zunächst beim Vorsteher sehr bestätigt. Der Vorsteher, ein freundlicher, dicker, glattrasierter Mann, war krank, hatte einen schweren Gichtanfall und empfing K. im Bett“ (KAFKA, 1994, p.74).

Só que não sabemos quem eles são. Enviados de Klamm — é assim que os chamo em pensamento, por brincadeira; talvez porém eles o sejam de verdade. Seus olhos, esses olhos ingênuos e no entanto cintilantes, lembram-me às vezes os olhos de Klamm. Sim, é isto, é o olhar de Klamm que às vezes me atravessa, vindo dos olhos deles (KAFKA, 2008, p.162).<sup>25</sup>

A fala de Frieda confirma a percepção de K. a respeito do emaranhamento do público e do privado na aldeia. Assim, pode-se entender K. como uma instância contraposta às autoridades remotas e invisíveis, no sentido de que elas estão fora do campo de visibilidade e de conhecimento do qual está K., cuja presença é reconhecida mesmo por aqueles que nunca o viram e cujo corpo é tomado como alvo de intervenção política pelas autoridades. Vale notar que, a respeito da implicação do corpo de K., na dinâmica política, o protagonista chega a referir-se ao próprio corpo como instituição:

As forças do corpo só chegam a um certo limite, ninguém tem culpa se justamente esse limite também é, de resto, significativo. Não, contra isso ninguém pode fazer nada. É assim que o mundo corrige a si mesmo no seu curso e mantém o equilíbrio. É uma instituição excelente, uma instituição continuamente excepcional, se bem que sob outro aspecto desesperadora (KAFKA, 2008, p.303).<sup>26</sup>

Ao falar do corpo, K. o faz a partir dos limites deste, para, em seguida, relacioná-lo à maneira como o mundo “corrige a si mesmo”. Se K. refere-se ao corpo como meio de correção de si e manutenção de equilíbrio, ele permite entrever a implícita instância jurídica que o trata como instrumento de regulação social para manutenção da ordem, através de interdições, de coerção e de punição. O prefeito recebe K. em casa, deitado em sua cama, guarda documentos e processos da aldeia em um armário dentro do quarto e no celeiro. Bürgel recebe K. em um canto da cama, onde descansa na Hospedaria dos Senhores. A vida particular de K. é citada como a “outra vida” (KAFKA, 2008, p.71).

O entrelaçamento entre vida pública e privada que K. reconhece na aldeia é parte de uma série de outros entrelaçamentos, de identidades, de fronteiras entre construções arquitetônicas, de nomes, de funções. Em *O castelo*, é recorrente a suspensão, ou esmaecimento, de fronteiras na aldeia, um recurso de escrita de obscuridade que impossibilita que se estabeleçam pontos fixos sobre os quais o leitor possa conquistar um saber e, por consequência, algum

---

<sup>25</sup> „(...) nur wissen wir nicht, wer sie sind. Abgesandte Klamms, ich nenne sie in meinen Gedanken, im Spiele so, aber vielleicht sind sie es wirklich. Ihre Augen, diese einfältigen und doch funkelnden Augen, erinnern mich irgendwie an die [272] Augen Klamms, ja, das ist es, es ist Klamms Blick, der mich manchmal aus ihren Augen durchfährt“ (KAFKA, 1994, p.171).

<sup>26</sup> “Die Leibeskräfte reichen nur bis zu einer gewissen Grenze, wer kann dafür, daß gerade diese Grenze auch sonst bedeutungsvoll ist. Nein, dafür kann niemand. So korrigiert sich selbst die Welt in ihrem Lauf und behält das Gleichgewicht. Das ist ja eine vorzügliche Einrichtung, wenn auch in anderer Hinsicht trostlos“ (KAFKA, 1994, p.326).

poder sobre o texto. O protagonista, o narrador, em estilo indireto livre, e o leitor encontram-se até a última frase do romance, interrompida, enredados em uma luta, tornando-se parte dela, dos elos atravessados por poder, sem detê-lo, mas sendo efeitos dele.

## SUJEITO

O capítulo anterior demonstra como *O castelo* constitui uma narrativa centrada nos pormenores da vivência do indivíduo, em relação às pessoas e ao meio, considerando respectivamente: i. K.; ii. os moradores; iii. a aldeia do conde Westwest.

No romance, há duas menções à vida do protagonista K., anteriores a sua chegada na aldeia. Uma refere-se a uma lembrança de infância a respeito da torre da igreja de sua cidade natal; outra, mais recente, refere-se ao fato de ele ter vindo de longe para trabalhar na aldeia e deixado a sua esposa e um filho. Sobre sua vida pregressa, K. comenta apenas isso com o dono do albergue para justificar o fato de estar curioso a respeito do pagamento que espera receber por seu trabalho (KAFKA, 2008, p.11). Sobre a história da vida de K., antes de sua chegada à aldeia, são somente estes dados que são possíveis constatar, partindo da diegese da narrativa. Não há qualquer pergunta por parte dos moradores sobre a vida pregressa do agrimensor. Logo, ao chegar à aldeia, K. é inquerido sobre a permissão para pernoitar. Como ele não a tem, instaura-se um clima hostil entre K. e os presentes no albergue da ponte. K. identifica-se como agrimensor convocado pelo castelo, e um jovem chamado Schwarzer dispõe-se a ligar para o local para confirmar a informação dada pelo estranho. Na ligação, ao invés de se ater em confirmar a convocação de um agrimensor, o jovem inicia o contato descrevendo suas impressões acerca da aparência do estrangeiro para o subcastelão do outro lado da linha. Essa atitude do jovem expressa desconfiança e parece procurar por indícios na aparência do estrangeiro que revelem algo que não tenha sido dito. Com isso, Schwarzer pretende informar ao subcastelão sobre suas impressões, como que para se assegurar de que a informação dada pelo agrimensor — ainda não digna de confiança — não seja a única a respeito do estrangeiro. Ao telefone, o jovem Schwarzer narra o que vê em K., talvez na esperança de que suas inferências possam sugerir ao subcastelão uma grave suspeita:

(...) um homem dos seus trinta anos, bastante esfarrapado, dormindo tranquilamente sobre um saco de palha, tendo por travesseiro uma minúscula mochila e ao alcance da mão um cajado cheio de nós. Naturalmente ele [K.] lhe parecera suspeito (...)  
(KAFKA, 2008, p.9).<sup>27</sup>

---

<sup>27</sup> “(...) einen Mann in den Dreißigern, recht zerlumpt, auf einem Strohsack ruhig schlafend, mit einem winzigen Rucksack als Kopfkissen, einen Knotenstock in Reichweite. Nun sei er ihm natürlich verdächtig gewesen (...)“ (KAFKA, 1994, p.12).

Após consulta à chancelaria central, é confirmada a convocação, retiram-se os presentes e K. pode, enfim, pernoitar no albergue. Nos dias seguintes, K. é referido sempre, e com tom depreciativo — seja pela sua profissão, seja por ser estrangeiro, seja pelos atributos impessoais que, para os moradores da aldeia, parecem ser informação suficiente sobre ele. K. é tratado com formalidade e sem hospitalidade, impondo sobre ele uma tensão contínua com o objetivo de subjugá-lo. “E se acreditavam com esse seu reconhecimento como agrimensor — do ponto de vista moral, sem dúvida superior — conservá-lo num estado de medo contínuo, então eles se enganavam: isso lhe dava um leve tremor, mas era tudo” (KAFKA, 2008, p.11).<sup>28</sup>

As reações dos moradores da aldeia, embora não possam ser tomadas como universais, apresentam traços recorrentes do comportamento humano no que se refere a encontros de grupos estabelecidos, como a comunidade da aldeia, com um “outro”, um estranho, que nesse caso é representado pelo estrangeiro K. Diante das variáveis que interferem nas interações humanas — considerando que, além da linguagem verbal, participam também os gestos e as demais referências culturais dos interlocutores — Erving Goffman, em *A representação do eu na vida cotidiana* (1985), relaciona os fatores que interferem nos primeiros contatos entre um indivíduo e um grupo constituído:

Quando um indivíduo chega à presença de outros, estes, geralmente, procuram obter informação a seu respeito ou trazem à baila a que já possuem. Estarão interessados na sua situação socioeconômica em geral, no que pensa de si mesmo, na atitude a respeito deles, capacidade, confiança que merece, etc. (...) A informação a respeito do indivíduo serve para definir a situação, tornando os outros capazes de conhecer antecipadamente o que ele esperará deles e o que dele podem esperar (GOFFMAN, 1985, p. 11).

A explanação de Goffman traduz a intenção que leva o subcastelão a inspecionar visualmente K. e descrevê-lo no telefone ao castelo. Apesar da descrição do subcastelão, o que, aparentemente, definiu o perfil de K. na aldeia foi sua profissão e sua condição de estrangeiro, e não tanto a aparência descrita. No dia seguinte à chegada de K., ao encontrar pela primeira vez os moradores da aldeia, estes comportam-se como se já o conhecessem, e o que parecem saber os incita a assumir uma atitude hostil. “— Então me conhecem? — perguntou K. — Certamente — disse a mesma voz, ainda lacônica. O fato de que se conhecia K. parecia não

---

<sup>28</sup> „Und wenn man glaubte durch diese geistig gewiß überlegene Anerkennung seiner Landvermesserschaft ihn dauernd in Schrecken halten zu können, so täuschte man sich, es überschauerte ihn leicht, das war aber alles“ (KAFKA, 1994, p.13).

recomendá-lo” (KAFKA, 2008, p.17).<sup>29</sup> Em *O castelo*, é frequente que uma resposta bastante reducionista venha seguida da pergunta a respeito de quem é K.: “— É o agrimensor”. Dessa forma, no discurso cotidiano dos moradores da aldeia, nota-se que é comum que eles limitem K. à sua profissão (KAFKA, 2008, p.17). Essa atitude dos moradores corresponde a uma fronteira discursiva que reitera, atualiza e sustenta o não pertencimento de K. ao lugar e à comunidade, estabelecendo, assim, uma relação entre poder e saber, ao reafirmarem a vulnerabilidade e a inferioridade hierárquica do agrimensor, dado que os moradores possuem saberes acerca da aldeia que lhes confere poder solidificado e função social pré-estabelecida. “K acenou com a cabeça; não faltavam pessoas que o conheciam, era inclusive um dos principais obstáculos no seu caminho” (KAFKA, 2008, p.290). Chamá-lo apenas por estrangeiro e agrimensor é uma estratégia de poder que prende K. justamente a esses “estigmas”, reduzindo-o e fixando-o a uma função social.

K., enquanto sujeito, é controlado, subjugado, sujeitado a uma ordem que se impõe sobre ele, reiteradamente, sob a forma de um discurso que determina onde ele pode ir e como deve agir. Tem-se como exemplos do exercício de poder por parte dos moradores e das autoridades do castelo: quando repelem o agrimensor de suas ruas e casas (KAFKA, 2008, p.19); ao se negarem a cooperar para que ele tenha êxito em suas tentativas de ir ao castelo ou falar com Klamm (KAFKA, 2008, p.71); na forma como o tratam, sempre pela sua profissão e pela condição de estrangeiro, a fim de negar-lhe acesso e permissão para permanência nos espaços da aldeia (KAFKA, 2008, p.22), alegando que eles, por sua vez, não têm permissão para deixá-lo ocupar tais espaços. Nesse sentido, é interessante pensar em como teria se propagado tão rapidamente informações com caráter depreciativo acerca de K.

Logo ao chegar à aldeia, antes de ser reconhecido como agrimensor, K. foi referenciado como alguém que tem ‘modos de um “vagabundo”’.<sup>30</sup> Até que o telefonema de confirmação para o castelo provasse o contrário, K. era um “*Landstreicher*”, um andarilho, vagabundo, “*ungeziefer*”, “*unheimlich*”.<sup>31</sup> Se considerarmos que o ordenamento espacial — a saber, aldeia

---

<sup>29</sup> “Ihr, kennt mich? ‘fragte K.’ ‘Gewiß‘ sagte noch kurz die gleiche Stimme. Daß man K. kannte schien ihn zu empfehlen“ (KAFKA, 1994, p.20).

<sup>30</sup> O termo “*Landsrteichmanieren*” remete mais explicitamente à errância no espaço. A tradução proposta por Modesto Carone, vagabundo, seria mais adequada se Kafka tivesse usado o termo alemão de origem latina “*Vagabund*”. Em português, o sentido secundário do termo “vagabundo” é mais comumente associado ao ócio (embora sua origem etimológica seja o termo *vagar*). Uma possível tradução que se aproximasse mais do sentido da palavra em alemão poderia ser “andarilho”. Entretanto, por razões históricas e contextuais brasileiras, tal palavra certamente não possuiria a mesma carga semântica que tem para o leitor de língua alemã.

<sup>31</sup> Termo usado por Kafka em *A metamorfose* (1997) para descrever em que tipo de ser Gregor Samsa havia se transformado.

e castelo — resguarde no imaginário dos moradores algo das origens medievais dessa forma cidadina, pode-se inferir que tal configuração influencie a forma como os moradores concebem as relações territoriais e relacionais com outros povos. Nesse sentido, supomos que o fato de K. ser um estrangeiro represente uma ameaça. Paira sobre o estrangeiro a possibilidade do rompimento de vínculo com sua terra natal e sua conseqüente situação de andarilho. Para sociedades nas quais a economia é baseada na agricultura e em manufaturas, o andarilho é aquele que não só não participa na produção, mas que, também, potencialmente, é capaz de usurpá-la — representando, assim, a ameaça de roubo, de conquista do território local e de crimes. É alguém cujo comportamento é imprevisível, por ser desconhecido o seu código de conduta, e, a priori, sem merecimento da ordem e do conforto estabelecidos nos lugares por onde passa. O andarilho é uma figura alegórica de insubordinação e ameaça da ordem, por não ter senhor, nem compromisso em seguir regras locais, por não ter se comprometido a conviver no grupo que as forjou. É preciso lembrar que, na Idade Média, o exílio era uma forma de punição e, portanto, todo andarilho trazia em si a possibilidade de ter sido expulso de sua terra natal, o que sugere um péssimo indício sobre seu caráter. Considerando as referências feudais presentes no romance, é importante salientar que, durante a Idade Média,<sup>32</sup> não se discernia claramente um andarilho e um vagabundo, sendo a vagabundagem tipificada como crime na Europa. De acordo com Foucault, “bandos incertos de vagabundos”<sup>33</sup> eram punidos, com encarceramento ou banimento, e seus depoimentos não eram considerados em processos jurídicos. A errância dos andarilhos já era um problema na Idade Média e continuou sendo na modernidade (FOUCAULT, 2010, p 206). Ainda segundo Foucault (2010, p.73), durante a reforma jurídica ocorrida no século XVII, o nomadismo foi um dos primeiros “delitos” a ser combatido.

Em *O castelo*, a possibilidade de banimento da comunidade como punição acontece, efetivamente, à família de Barnabás, sob a forma de afastamento do convívio (KAFKA, 2008, p.236). O prefeito e o professor também tentaram excluir o sapateiro Brünswick da comunidade, em função de seus esforços e influência para manter K. na aldeia (KAFKA,

---

<sup>32</sup> De acordo com Bronislaw Geremek, em *O homem medieval* (1989), a compreensão do andarilho como um marginal em potencial não é restrita a um período específico da Idade Média, como pode-se observar na seguinte passagem: “O homem marginalizado não surge *explicite* nos documentos de consciência social da Idade Média. Não está presente nos textos que analisam as divisões sociais da alta Idade Média, nas obras que ilustram «as classes deste mundo» ou no quadro da Idade Média tardia da «dança da morte», onde um esqueleto organiza o desfile dos grupos e das classes sociais da época. No entanto, está presente na vida das sociedades medievais, como produto da negação, individual ou de grupo, da ordem dominante, das normas de convivência aceites, das regras e leis vigentes” (GEREMEK *apud* LE GOFF, 1989, p 233).

<sup>33</sup> FOUCAULT, 2010, p.263.

2008, p.82). K. também sofre uma espécie de banimento, já que se impôs sobre ele uma espécie de desterritorialização compulsória por não lhe terem sido dadas condições compatíveis com o trabalho de agrimensor para o qual foi contratado, nem para que ele se estabelecesse efetiva e seguramente na aldeia, pelo tempo limitado à execução de um trabalho. A série de situações degradantes as quais K. é submetido (como, por exemplo, o desvio de função que o constringe a ser servente da escola) é composta, basicamente, da indefinição quanto a sua situação de trabalho como agrimensor, o que gera animosidade por parte dos moradores da aldeia e das autoridades em relação a ele. É relevante lembrar que o professor faz questão de dizer a K. que a função de servente da escola é tão inútil quanto a de agrimensor na aldeia (p.108) e que K. é obrigado a alojar-se lá sem condições de dignas de moradia. Na visão do narrador, o imbróglcio que se tornou a vida e a situação de trabalho de K. na aldeia só poderia ser um “embuste oficial — pois era outra coisa a não ser isso? — por meio do qual o prefeito e o professor o mantinham a distância das autoridades do castelo e o constringiam ao posto de servente de escola?” (KAFKA, 2008, p.173).<sup>34</sup> O que o narrador sugere é que a indefinição da degradante situação para a qual K. foi conduzido é fruto de uma disputa de poder entre o prefeito e o professor (KAFKA, 2008, p.173) contra a presença do agrimensor, cuja presença, por sua vez, é defendida por Otto Brünswick, o melhor sapateiro da cidade, uma pessoa que “tem várias ligações pessoais com as autoridades, as quais ele punha em movimento com invenções sempre novas da sua fantasia” (KAFKA, 2008, p.82).<sup>35</sup> Pode-se observar, com as falas do professor e do narrador, como as relações pessoais na aldeia, ou seja, os micropoderes, muitas vezes interferem e determinam de forma mais rápida e eficaz nos rumos das vidas dos que ali estão estabelecidos, em detrimento das determinações oficiais das autoridades invisíveis e distantes.

Por ocasião de sua chegada, K. está focado em realizar o objeto que o levou à aldeia e não toma como uma afronta pessoal a explícita e pouca hospitalidade dedicada a ele — há inclusive uma ocasião em que ele a recebe positivamente, tomando-a por franqueza (2010, p.19). No entanto, após a passagem de alguns dias, à medida que se instaura o imbróglcio, cuja responsabilidade é atribuída à administração da aldeia, que o impede de trabalhar como agrimensor, K. sente sua condição humana ser afetada. Apesar de K. ser um estrangeiro, isso não justifica sua estigmatização como andarilho-vagabundo, visto que ele somente não exerce

---

<sup>34</sup> „(...) der ganze amtliche Trug- was war es denn anderes?- mit welchem der Gemeindevorsteher und der Lehrer ihn von den Schloßbehörden abhielten und die Schuldiennerstellung zwängten (...)“ (KAFKA, 1994, p.183).

<sup>35</sup> „der[Brünswick] verschiedene Verbindungen mit den Behörden hat, die mit immer neuen Erfindungen seiner Phantasie in Bewegung brachte“ (KAFKA, 1994, p.86).

seu trabalho por conta de uma condição exteriormente imposta. Os moradores da aldeia parecem não perceber, em nenhum momento, o contraste entre a imagem que eles têm do estrangeiro ofensivo, potencialmente usurpador, e a postura amistosa de um prestador de serviços que trabalha onde é convocado.

Gardena, a dona do albergue, sempre se refere, particularmente, à condição de estrangeiro para hostilizar K.: trata-o como uma coisa e nega-lhe a condição humana.

Mas o que é o senhor, que nos solicita aqui com tanta humildade permissão para se casar? O senhor não é do castelo, o senhor não é da aldeia, o senhor não é nada. Infelizmente porém o senhor é alguma coisa, ou seja, um estranho, alguém que está sobrando e fica no meio do caminho, alguém que sempre causa aborrecimento, por cuja culpa é preciso desalojar as criadas, alguém cujas intenções são desconhecidas, que seduziu nossa querida Frieda e a quem infelizmente é preciso dá-la como mulher (KAFKA, 2008, p. 61).<sup>36</sup>

Para Gardena, o fato de K. ser um imigrante é razão suficiente para que ela não reconheça a humanidade dele. Ao referir-se ao agrimensor como coisa e não como um homem, ela apenas explicita o consenso que reina sobre ele. O gesto kafkiano de não dar ao agrimensor um nome completo, restringindo-o a uma letra seguida de um ponto, talvez uma abreviatura, indicia e vaticina a condenação à desindividuação progressiva vivenciada pelo protagonista na aldeia. É como se dissesse: “— K. não é sequer um nome/homem inteiro”. Ao tratá-lo por agrimensor, desprezam todos os aspectos que compõem sua individualidade, considerando-o apenas a partir do que concerne à sua profissão, impedida de ser exercida — e nesse sentido é curioso notar que continuam a tratá-lo pela profissão, ainda que ele não a exerça na aldeia. Desse modo, impedem-no de ser aquilo pelo qual o reconhecem, um profissional. A condição de estrangeiro é somente mais um agravante, a qual permite que K. seja inserido no contexto social da aldeia como um “outro”, estereotipado, desconsiderado nas particularidades que o individualizariam.

Entretanto, K. não é o único a passar por situações de desindividualização. Ele, a fim de subjugar seus ajudantes, decide por chamar a ambos pelo nome de apenas um deles,

---

<sup>36</sup> „Was sind nun aber Sie, um dessen Heiratseinwilligung wir uns hier so demütig bewerben. Sie sind nicht aus dem Schloß, Sie sind nicht aus dem Dorfe, Sie sind nichts. Leider aber sind Sie doch etwas, ein Fremder, einer, der überzählig und überall im Weg ist, einer, wegen dessen man immerfort Scherereien hat, wegen dessen man die Mägde ausquartieren muß, einer, dessen Absichten unbekannt sind, einer der unsere liebste kleine Frieda verführt hat und dem man sie leider zur Frau geben muß“ (KAFKA, 1994, p.21). Neste trecho, Carone optou por traduzir “Fremder” como “estranho”, o que pode ser questionado diante da possibilidade de escolha da palavra “estrangeiro”, que preservaria o contexto espacial das razões citadas.

ignorando suas individualidades, reduzindo-os a um só nome-cargo, mesmo contra a vontade manifesta deles, a fim de impor sua superioridade hierárquica.

Com vocês não é fácil — disse K., comparando os seus rostos, como já o tinha feito várias vezes. — Como é que posso distinguir um do outro? Vocês são diferentes apenas no nome, no mais são parecidos como — estacou e depois prosseguiu involuntariamente — no mais vocês são parecidos como cobras. Eles sorriram.

— Outras pessoas nos distinguem bem — disseram como justificativa.

— Acredito — disse K. — Eu mesmo fui testemunha disso, mas só posso ver com os meus olhos, e com eles não consigo distinguir um do outro. Por isso vou tratá-los como sendo um único homem e chamar os dois de Artur, não é assim que um de vocês se chama... você, por acaso? — perguntou K. a um deles.

— Não — disse este. — Eu me chamo Jeremias.

— Bem, dá no mesmo — disse K. — Vou chamar a ambos de Artur. Se eu mandar Artur para alguma parte, vão os dois; se eu der uma tarefa a Artur, vocês dois a fazem; para mim isso tem a grande desvantagem de que não posso usá-los para trabalhos isolados, mas tem também a vantagem de que os dois assumem juntos a responsabilidade de tudo aquilo de que eu os incumbir. Para mim é indiferente de que modo vocês dividem entre si o trabalho, a única coisa que não podem é se desculpar um por causa do outro, para mim vocês são um único homem.

Eles refletiram e disseram:

— Isso seria bem desagradável para nós.

— Como poderia deixar de ser? — atalhou K. — Naturalmente que deve ser desagradável, mas é assim que vai ficar (KAFKA, 2008, p.26).<sup>37</sup>

Por esse episódio, pode-se notar que, enquanto exercício de poder, K. utiliza a mesma técnica de desindividualização pela supressão dos nomes para subjugar os ajudantes que são, teoricamente, subalternos a ele, hierarquicamente inferiores. No entanto, as relações de força e subjuogo são dinâmicas e particularmente explícitas entre K. e seus ajudantes. A relação dinâmica de forças é caracterizada pela instabilidade e pela alternância de papéis. Na maior parte do tempo, é a presença dos ajudantes que oprime K. com suas aparições ininterruptas e vigilantes (KAFKA, 2008, p. 58-57). Há também um momento preciso em que a hierarquia entre eles é fracamente alterada. Isso se dá quando o prefeito concede a Jeremias e Arthur a permissão negada a K.: para procurar o processo referente a ele em uma pilha de documentos. O motivo pelo qual o prefeito recusa a permissão a K. não se deve ao fato de ser a natureza do trabalho degradante para um agrimensor, mas a uma interdição que o impede de

---

<sup>37</sup> „„Es ist schwer mit euch,“ sagte K. und verglich wie schon öfters ihre Gesichter, „wie soll ich euch denn unterscheiden. Ihr unterscheidet euch nur durch die Namen, sonst seid ihr euch ähnlich wie “— er stockte, unwillkürlich fuhr er dann fort —, „sonst seid ihr euch ja ähnlich wie Schlangen.“ Sie lächelten. „Man unterscheidet uns sonst gut“, sagten sie zur Rechtfertigung. „Ich glaube es,“ sagte K., „ich war ja selbst Zeuge dessen, aber ich sehe nur mit meinen Augen und mit denen kann ich euch nicht unterscheiden. Ich werde euch deshalb wie einen einzigen Mann behandeln und beide Artur nennen, so heißt doch einer von euch, du etwa? “— fragte K. den einen. „Nein,“ sagte dieser, „ich heiße Jeremias.“ „Es ist ja gleichgültig,“ sagte K., „ich werde euch beide Artur nennen. [35] Schicke ich Artur irgendwohin, so geht ihr beide, gebe ich Artur eine Arbeit, so macht ihr sie beide, das hat zwar für mich den großen Nachteil, daß ich euch nicht für gesonderte Arbeit verwenden kann, aber dafür den Vorteil, daß ihr für alles, was ich euch auftrage, gemeinsam ungeteilt die Verantwortung tragt. Wie ihr unter euch die Arbeit aufteilt, ist mir gleichgültig, nur ausreden dürft ihr euch nicht aufeinander, ihr seid für mich nur ein einziger Mann.“ Sie überlegten das und sagten: „Das wäre uns recht unangenehm.“ „Wie denn nicht,“ sagte K., „natürlich muß euch das unangenehm sein, aber es bleibt so“ (KAFKA, 1994, p.28).

acessar os documentos, mas que, como se pode observar, não impede os ajudantes. “— Como já disse, não tenho segredos de ofício perante o senhor, mas deixá-lo procurar no meio dos processos — até aí eu certamente não posso ir” (KAKFA, 2008, p.74). Neste momento, o prefeito revela que, no que diz respeito ao acesso aos documentos da aldeia, os ajudantes têm mais poder do que K., colocando-o em condição — ainda que circunstancial — de subalternidade em relação aos três. O meio pelo qual K. impõe sua autoridade sobre os ajudantes é o mesmo pelo qual eles se impõem com maior constância sobre ele: o visual. Ao dizer: “você se assemelham como cobras”, o critério de agrupamento e de desindividuação é visual, assim como foi pela vigilância ininterrupta que tantas vezes os ajudantes o oprimiram. Curiosamente, ao ver os ajudantes na presença do prefeito, K. considera indistinguíveis os sorrisos dos dois ajudantes e do prefeito (KAFKA, 2008, p.75).

Outra circunstância em que é possível observar um processo de desindividuação, em *O castelo*, é o que ocorre à família de Amália. Diferentemente dos outros casos, neste, a desindividuação ocorre deliberadamente como parte de uma punição que deveria atingir toda a família da moça. Amália nega seu comparecimento ao encontro íntimo proposto por um secretário do castelo, o que significou para os moradores da aldeia algo catastrófico e por isso toda sua família foi punida. Conforme sugere o narrador, e os títulos dos capítulos dezessete a vinte, é compreensível que, ao negar-se a ir ao encontro amoroso com Sortini, Amália agiu em desacordo com a ordem social vigente. Como o ato de Amália não infringia nenhuma lei escrita, ela sofreu, conseqüentemente, uma punição não explícita. Neste caso, pode-se observar novamente — conforme é destacado no primeiro capítulo desta dissertação — que há uma conformidade entre os aldeões: eles se mostram coesos, conformados e mantenedores da ordem estabelecida não só através de leis, expressas e sistematizadas juridicamente, mas também sob a forma de acordos tácitos. Independente da atitude de Amália ter gerado uma punição, supostamente determinada pelo castelo, quem efetivamente executou a punição foram os moradores da aldeia, assim como Olga explica a K.: “Agora não falavam mais de nós como de seres humanos, nosso nome de família não foi mais mencionado; quando precisavam falar de nós, chamavam-nos de Barnabás, o mais inocente de todos (...)” (KAFKA, 2008, p.240).<sup>38</sup> A família foi excluída de todos os círculos sociais. Foram humilhados quando, em viagens, passavam por tripulações em carroças de colheita e os agricultores silenciavam e desviavam os olhares para não encarar os “Barnabás”. O pai foi despedido da

---

<sup>38</sup> „Nun sprach man von uns nicht mehr wie von Menschen, unser Familiensname wurde nicht genannt; wenn man von uns sprechen mußte, nannte man uns nach Barnabas, dem Unchuldigsten von uns; (...)“ (1994, p.256).

companhia de bombeiros e teve seu diploma confiscado, o que levou ele e sua esposa à debilidade física e mental e, também, à falência, pois os clientes da sapataria e de costura de Amália saldaram suas dívidas e não fizeram novas encomendas; progressivamente, os amigos e familiares os abandonaram (KAFKA, 2008, p.222). Olga refere-se à sequência de acontecimentos decorrentes da recusa de Amália a Sordini como “uma desgraça” que se abateu sobre sua família. Diante dos relatos de Olga, K. ficou confuso em relação à gravidade do acontecido, sem entender por que seria uma desgraça, como ou por que o acontecido poderia ter implicações jurídicas desfavoráveis à família de Olga.

— Mas o que quer dizer desgraça? — perguntou K. — E que advogado?  
Seria possível, por causa do comportamento criminoso de Sortini, acusar ou, pior ainda, punir Amália?  
— Sim — disse Olga. — Era possível, não certamente segundo um processo regular; e ela também não foi punida imediatamente, mas sem dúvida de outra maneira, ela e nossa família inteira, e como é pesada essa pena você agora começa com certeza a reconhecer. Parece-lhe injusta e monstruosa, mas na aldeia é uma opinião inteiramente isolada (...) (KAFKA, 2008, p.222).<sup>39</sup>

Olga explica a K. que seria muito difícil para Sordini mudar a opinião das pessoas a respeito da família Barnabás, pois a punição “vem do castelo” (KAFKA, 2008, p.229), e mais adiante Olga justifica a atitude dos moradores da aldeia: “— Não, não, — disse Olga — ninguém deve ser censurado, ninguém podia agir de outra maneira, foi tudo influência do castelo” (KAFKA, 2008, p.233).<sup>40</sup> A punição não teve caráter jurídico, nem oficial, a exclusão da família foi empreendida pelos moradores da aldeia e, apesar da crença de Olga e da família, não é possível ao leitor aderir se o isolamento imposto à família seja resultado direto de uma ordem advinda do castelo. Uma punição oficial vinda do castelo só se justificaria se houvesse descumprimento de alguma lei, ou ato que ameaçasse a ordem pública, mas não há por parte do castelo posição exata a respeito do que houvera entre Amália e Sortini (KAFKA, 2008, p.236). O julgamento e a punição pelos quais passam a família de Amália não tem caráter jurídico, o que reforça a pertinência da abordagem microfísica das relações de poder — conforme abordado no primeiro capítulo —, na medida em que nesta propõe-se “(...) captar o poder na extremidade menos jurídica de seu exercício” (FOUCAULT, 2014, p.283).

---

<sup>39</sup> „Aber was für ein Verhängnis denn,“ sagte K., „was für Advokaten; man konnte doch wegen der verbrecherischen Handlungsweise Sortinis nicht Amalia anklagen oder gar bestrafen?“ „Doch,“ sagte Olga, „das konnte man, freilich nicht nach einem regelrechten Prozeß und man bestrafte sie auch nicht unmittelbar, wohl aber bestrafte man sie auf andere Weise, sie und unsere ganze Familie, und wie schwer diese Strafe ist, das fängst du wohl an zu erkennen. Dir scheint das ungerecht und ungeheuerlich, das ist eine im Dorf völlig vereinzelt Meinung (...)“ (KAFKA, 1994, p.81).

<sup>40</sup> „Nein, nein“, sagte Olga, „niemandem ist ein Vorwurf zu machen, niemand konnte anders handeln, das alles war schon Einfluß des Schlosses“ (KAFKA, 1994, p.250).

Partindo dos casos supracitados de desindividuação, pode-se levantar algumas questões acerca das relações entre poder, discurso e processos de subjetivação. A relação de dominação entre indivíduos dá-se via uniformização, através da categorização dos indivíduos pela supressão dos nomes próprios, como é o caso dos ajudantes e da família de Amália, ou através da redução ao cargo ou condição de estrangeiro, como é caso de K.

Segundo Foucault, trata-se de uma estratégia de controle presente na modernidade ocidental chamada de “governo da individualização, que consiste em ligar o indivíduo à sua própria identidade de modo coercitivo (FOUCAULT, 1995, p.235):

Esta forma de poder aplica-se à vida cotidiana imediata que categoriza o indivíduo, marca-o com sua própria identidade, (...). É uma forma de poder que faz dos indivíduos sujeitos. Há dois significados para a palavra sujeito: sujeito a alguém pelo controle e dependência, e preso à sua própria identidade por uma consciência ou autoconhecimento. Ambos sugerem uma forma de poder que subjuga e torne sujeito (FOUCAULT, 1995, p.235).

A implicação da individualidade, como estratégia de dominação de governo, é também comentada na *Dialética do esclarecimento* (1985). Nesta obra, Adorno e Horkheimer apontam o surgimento da individualidade, ou do “eu”, tal como cunhado no Esclarecimento, como uma estratégia de governo que tipifica, classifica e ordena para facilitar o domínio do que Foucault chamou de “pluralidades confusas, maciças e fugidias” (2010, p.138): as populações.

Os homens receberam o seu eu como algo pertencente a cada um, diferente de todos os outros, para que ele possa com tanto maior segurança se tornar igual. Mas, como isso nunca se realizou inteiramente, o esclarecimento sempre simpatizou, mesmo durante o período do liberalismo, com a coerção social. A unidade da coletividade manipulada consiste na negação de cada indivíduo; seria digna de escárnio a sociedade que conseguisse transformar os homens em indivíduos (ADORNO; HORKHEIMER, 1985, p.29).

A negação das individualidades estabelece um imbricamento entre a linguagem, o político e o coletivo. Pode-se observar isso em *O castelo*, por exemplo, quando o indivíduo K. é tratado como “o agrimensor” ou “um estrangeiro” enquanto forma de estigmatização. Por sua vez, K. trata seus ajudantes por um único nome próprio — o escolhido, no caso, foi “Arthur” —, como forma de exercício de poder, e toda a família de Amália pelo nome de um de seus membros — o escolhido, “Barnabás” —, como forma de punição. Em todos esses casos, é possível observar um imbricamento entre nomeação e exercício de poder uniformizante, subjugador e dinâmico, portanto, passível de reação e, conseqüentemente, temporário, sendo sempre atualizado nas falas dos personagens.

Ao tratar dos processos pelos quais os indivíduos se diferenciam, marcam e singularizam sua humanidade, Adorno sugere que Kafka promoveria uma pressão que obriga os sujeitos a uma regressão biológica, a um processo de *desumanização* e, conseqüentemente, à tomada de consciência de que os homens não são sujeitos, mas sim coisas (ADORNO, 1998, p.251). Sobre esse tema, Anders (2007) descreve que os personagens de Kafka são como pessoas “arrancadas da plenitude da existência humana”, as quais muitas não são outra coisa senão funções. Kafka “apresenta a profissão como a forma exclusiva de existência do homem, faz que ele seja engolido por sua profissão” (ANDERS, 2007, p.62). Anders ressalta que tal forma de desumanização não é uma invenção de Kafka, tem seu modelo na realidade moderna, na qual o homem age só em sua função especial, na qual ele “é” sua profissão. A funcionalização dos sujeitos coincide, então, com o esvaziamento da dimensão psicológica e conseqüente redução do humano. Em *A metamorfose* (1997), o processo de coerção social ao sujeito é tão intenso que promove uma regressão biológica e o desumaniza literalmente, transformando-o em um inseto.

Entre as obras do autor tcheco, pode-se observar variados modos de desumanização como, por exemplo, a forma literal e radical da transformação física de Gregor Samsa em um inseto em *A metamorfose* (2007); ou a objetificação espetacularizada de um corpo que está morrendo de inanição em *O artista da fome* (2011); enquanto alegoria, nas parábolas sobre animais, como em “Josefine, a cantora ou O povo dos ratos” (2009), *O abutre* (2002), *Investigações de um cão* (2002), *Pequena fábula* (2011), *Um relatório para a academia* (2011); ou, ainda, quando um homem se converte em um elemento espacial no conto “A ponte” (2002). Nesse último, o corpo do protagonista não perde a forma humana, como acontece em *A metamorfose* (1997), mas faz-se ponte-humana à medida que interliga blocos de pedra, separados entre si, que compõem um abismo.

Em *O castelo*, não há personagens animais, mas K. refere-se a si mesmo como lesma e como animal no campo; a Klamm como águia; a Barnabás como um cordeirinho; compara os ajudantes a cobras; o modo como faz sexo com Frieda aos cães; Pepi refere-se à Frieda como aranha — conforme já mencionado anteriormente —; Olga é comparada a uma gata selvagem; já a dona do albergue é chamada de mariposa sob a justificativa de não saber a hora de desaparecer (KAFKA, 2008, p.26, 57, 68, 69, 230, 265, 315, 316, 337). A desumanização em *O castelo* é um processo “invisível”, tão inverificável quanto as autoridades os são.

Há, no entanto, também dois momentos de humanização de elementos espaciais notáveis: quando K. afirma o jogo de forças existente entre ele e os quartos — “Na luta contra esses pequenos quartos turrões — muitas vezes parecia a K. que se tratava, com frequência, de uma luta com os quartos já que quase não lhe era dado a ver os ocupantes —, nessa luta o servidor não cedia” (KAFKA, 2008, p.311);<sup>41</sup> na momentânea humanização da torre castelo — “Era como se algum morador deprimido, que por justa razão devesse permanecer preso no cômodo mais remoto da casa, tivesse rompido o telhado e se levantado para mostrar-se ao mundo” (KAFKA, 2008, p.14-15).<sup>42</sup> Nos trechos supracitados, quando o narrador enuncia “era como se” e “muitas vezes parecia”, explicita-se o caráter analógico de tais comparações entre o humano e o objeto, sugerido nas personificações dos espaços — quartos e castelo da torre, respectivamente. Já o processo inverso — ou seja, de objetificação das personagens humanas — é mais raro nas narrativas de Kafka. Com exceção do conto “A ponte” (2002), não são frequentes situações em que o corpo se converte, ainda que mantendo sua forma humana, a fim de executar a função de um objeto literal. A objetualização/reificação humana é de uma ordem mais sutil, que encontra paralelo no contexto político extradiegético da obra do autor. Pode-se afirmar que a objetificação do ser humano acontece à medida que os corpos são investidos das relações de poder, tratados apenas como peças de uma engrenagem social que devem funcionar conforme as normas, sob a pena de serem descartadas, excluídas ou eliminadas, como em *Na colônia penal* (1998).<sup>43</sup>

Trata-se, portanto, de conceitos semelhantes, chamados de desumanização e de desindividualização, mas que, entretanto, precisam ser diferenciados em seus pormenores, quando aplicados à obra literária de Kafka. O processo de desindividualização referido ao apresentar-se os casos de K., dos ajudantes e da família de Amália, difere do ocorrido a Gregor Samsa, em *A metamorfose*. Em *O castelo*, embora tal processo incida sobre o corpo, não provoca modificação literal na morfologia do corpo das personagens. Assim, o termo desindividualização talvez seja mais apropriado para diferenciar o que ocorre em *O castelo* do que ocorre em *A metamorfose*. Foucault se refere a um “governo da individualização” como

---

<sup>41</sup> “Im Kampf mit diesen kleine hartnäckigen Zimmern –K. Schien es oft ein Kampf mit den Zimmern, da er die Bewohner kaum zu sehen bekam – ließ der Diener nicht nach“ (KAFKA, 1994, p.334-335).

<sup>42</sup> „Es war wie wenn irgendein trübseliger Hausbewohner, der gerechter Weise im entlegensten Zimmer des Hauses sich hätte eingesperrt hätten, das Dach durchbrochen und sich erhoben hätte, um sich der Welt zu zeigen“ (1994, p.17).

<sup>43</sup> *Na colônia penal* (1998) é uma novela escrita por Franz Kafka, em 1914, e trata do método de punição em uma colônia penal, para a qual um explorador é enviado. Na colônia, o explorador observa que o método punitivo consiste em submeter o condenado a uma máquina, construída com o fim de inscrever a sentença com agulhas no corpo do condenado.

parte de um *modus operandi* posto em prática, gradativamente, a partir do século XVIII na Europa, no qual o corpo, como “topos da individualidade” dos cidadãos comuns passa a ser foco de atenção e de intervenção política.<sup>44</sup> Nesse processo, o corpo seria objetivado para que possa ser manipulado como forma de saber, de uso e de sustentação do recém-surgido Estado (FOUCAULT, 2010, p.29).

A modalidade enfim: implica numa coerção ininterrupta, constante, que vela sobre os processos da atividade mais que sobre seu resultado e se exerce de acordo com uma codificação que esquadrinha ao máximo o tempo, o espaço, os movimentos. Esses métodos que permitem o controle minucioso das operações do corpo, que realizam a sujeição constante de suas forças e lhes impõem uma relação de docilidade-utilidade, são o que podemos chamar as “disciplinas” (FOUCAULT, 2010, p.133).

As condições de acomodação de K. são sempre precárias e não condizentes com o mínimo de conforto necessário ao descanso de um trabalhador contratado. Foi oferecido a K. um saco de palha que estava no sótão, na sala, no albergue da ponte na primeira noite, onde alguns camponeses que ainda não tinham ido embora bebiam (KAFKA, 2008, p.7). Depois, K. conseguiu o que o narrador descreveu como “não mais que uma pequena mansarda”, um ambiente não arejado, com apenas alguns travesseiros e um cobertor de cavalo (KAFKA, 2008, p.32) — e até conseguir esse mínimo de “conforto” lhe trouxe dificuldades. A sua situação de acomodação mantém-se instável e, a despeito da contratação como agrimensor, K. é enviado para se hospedar e trabalhar como servente na escola. Conforme mencionado no primeiro capítulo, as autoridades decidem desviá-lo de função e acomodam-no em uma sala de aula com aparelhos de ginástica, sem condições adequadas para hospedagem, pois lá não havia camas, nem aquecimento. Na sala de aula em que K., Frieda e os ajudantes dormem, todos os dias, eles deveriam acordar muito cedo para retirar os aparelhos de ginástica e devolvê-los a seus lugares antes que as aulas do turno da manhã começassem. Essa situação pode ser considerada desumanizante na medida em que a sala de aula onde estão instalados não lhes oferece privacidade, nem autonomia para deliberar sobre o espaço onde se dão suas intimidades, nem espaço para guardar seus pertences.

De acordo com Anders (2007), as inversões, ou troca entre os sujeitos e objetos, comuns às fábulas, em Kafka, procedem como uma substituição de rótulos que possibilitam “uma nova atitude e uma chance de revisão do julgamento, de todo modo, congelam relações habituais e mecanizadas que decorrem diante da coisa em si” (ANDERS, 2007, p.23). Anders ressalta que o inquietante em Kafka não são os objetos nem as ocorrências, mas a naturalização, ou a

trivialidade com que é tratado o grotesco. As renomeações das personagens como estratégia de dominação, através da supressão das individualidades, sejam sob a forma de estigmatização ou de esmaecimento de individualidades, servem ao propósito de estabelecer o que Adorno e Horkheimer descreveram como sendo “a unidade da coletividade manipulada [a qual] consiste na negação de cada indivíduo” (1985, p.27).

Se a negação dos nomes provoca o esmaecimento de fronteiras e limites, a subjetividade é posta à prova também pela via da repetição e da redundância, como acontece no caso da semelhança entre os nomes Sortini e Sordini (KAFKA, 2008, p.215), da fisionomia semelhante de Jeremias e Arthur enquanto ajudantes de K. (KAFKA, 2008, p.20), do limite incerto entre o castelo e a aldeia (KAFKA, 2008, p.14), da semelhança entre as fachadas do albergue da ponte e da Hospedaria dos Senhores (KAFKA, 2008, p.42), o fato de haver dois Hans — o menino da escola e o marido da dona do albergue — e, também, duas Friedas, a amante de K. e a irmã pequena do menino Hans (KAFKA, 2008, p.167).

Kafka destaca o caráter atributivo das mãos de Frieda: “[elas] eram, com efeito, pequenas e delicadas, mas poderiam igualmente ser descritas como frágeis e insignificantes” (KAFKA, 2008, p.48). É importante notar que o narrador apresenta duas atribuições diferentes ao mesmo objeto de análise, no caso as mãos de Frieda. Operando desse modo, ele suspende o objeto em questão — no caso, as mãos de Frieda — e, sob o vínculo do objeto em si com sua descrição subjetiva, coloca-o sob a perspectiva de quem a enunciou. Assim, só é atribuído ao objeto uma existência a partir de sua adjetivação por parte de outrem, seja o narrador, K., ou outro personagem do romance.

Disso, pode-se depreender que, em Kafka, a subjetividade é substituída pela funcionalização dos personagens. Em *O castelo*, entretanto, tais funções apresentam certo grau de indefinição e até inviabilidade. É possível citar, como exemplo, a incerteza que paira acerca da profissão exercida pelos personagens; no caso de K., a verificabilidade é comprometida por conta do desvio de função, conforme já comentado: o desligamento do pai de Barnabás do corpo de bombeiros; o afastamento dos clientes de costura de Amália; a doença do prefeito que o deixa acamado; a dona do albergue, que deveria ter apenas roupas simples, mas tem roupas luxuosas ou vestidos de noite; o desligamento de Frieda em relação ao albergue da ponte; a incerteza sobre a função de mensageiro de Barnabás em relação a Sortini. De forma geral, pode-se afirmar que as profissões deixam de ser exercidas, são suspensas ou colocadas sob suspeita; no caso de ser a esposa Mizzi a pessoa mais poderosa da casa, a despeito da

presença hierarquicamente mais alta do prefeito; no caso do professor que, além de exercer a sua função, torna-se uma espécie de “chefe” de K. quando este se instala na escola; Schwarzer, para se impor sobre K., diz-se filho de castelão, mas o pai é dos últimos subcastelões. Olga sintetiza da seguinte forma a fluidez entre cargos e identidades recorrente no romance: “(...) na maioria dos casos os funcionários representam uns aos outros e por isso é difícil reconhecer a competência deste ou daquele (...)” (KAFKA, 2008, p.215).

Há, portanto, um notável conflito entre K. enquanto sujeito e K. enquanto indivíduo, dado que a distinção entre o público e o privado na aldeia nunca é clara. Segundo Foucault, “o indivíduo é um efeito do poder e, simultaneamente, ou pelo próprio fato de ser um efeito, seu centro de transmissão. O poder passa através do indivíduo que ele constituiu” (2014, p.285). Leia-se que Foucault, neste trecho da *Microfísica do poder*, chama a atenção para o fato de que a noção do “eu” é estruturada e organizada discursivamente, ou seja, através de um mero enunciado é possível delimitar o “eu”, diferenciando-o assim, ainda que suspeitamente, do que seja o “outro”.

Entretanto, é importante notar quão explícita é a presença dos gestos e de outras formas de significação não discursivas em *O castelo*. Quando Barnabás entrega a K. uma carta advinda do castelo, o narrador descreve que “sem dúvida ele era só um mensageiro, não tinha conhecimento do *conteúdo* das cartas que devia entregar, mas seu olhar, seu sorriso, seu andar pareciam também uma mensagem, mesmo que não soubesse nada acerca dela” (KAFKA, 2008, p.35, grifo meu).<sup>45</sup>

Para Adorno, os gestos, em Kafka, “servem muitas vezes como contraponto para as palavras: o pré-linguístico, que escapa a toda intencionalidade, serve à ambiguidade, que como uma doença devora todos os significados”. Outro exemplo, que pode esclarecer melhor a asserção de Adorno, encontra-se na ocasião em que o secretário Momus responde a K. com um gesto ambíguo que, para o narrador, poderia remeter a significados movidos por intenções opostas.

— Duas vezes, não é? — disse K. e acenou com a cabeça para Momus, que agora erguia os olhos para ele, quase vergado para a frente como alguém que balança a cabeça para uma criança cujo elogio acabou de ouvir.

---

<sup>45</sup> „Freilich, er war nur ein Bote, kannte nicht den Inhalt der Briefe, die er auszutragen hatte, aber auch sein Blick, sein Lächeln, sein Gang schien eine Botschaft zu sein, mochte er auch von dieser nichts wissen“ (KAFKA, 1994, p.38).

Se havia nisso um certo menosprezo, ou ele não foi notado ou então de fato foi exigido (KAFKA, 2008, p.130).<sup>46</sup>

Já Benjamin comenta que Kafka não se cansa de dar corpo e recuperar os gestos perdidos em suas descrições (2012, p.176). “Se é certo, como diz Brod, que ‘era imenso o mundo dos fatos que ele [Kafka] considerava importantes’, o mais imenso de todos era o mundo dos gestos” (BENJAMIN, 2012, p.158). Acredita-se que, com a atenção incidindo sobre os fatos, Kafka abole uma perspectiva universalizante dos acontecimentos, a partir da análise descritiva de suas partes, os gestos. Isolar cada ação que constitui um evento restitui aos envolvidos a parcela de cooperação para cada acontecimento, sem tratar o dito acontecimento como consequência óbvia e inevitável diante do que lhe precedeu. É, de certa forma, o abandono do determinismo e um lembrete da colaboração de indivíduo na construção de um todo, considerando-os como variáveis que podem agir de forma imprevisível e restituindo-lhes o papel de agentes, conseqüentemente lembrando-lhes da responsabilidade de cada uma de suas ações. Ao atentar para os gestos, Kafka incide uma luz-lembrete sobre a importância das ações individuais, automatizadas ou não, no papel da construção do contexto em que se encontram. Assim, o autor salienta o aspecto da inércia no que se refere aos costumes da aldeia e chama a atenção para a participação dos moradores na manutenção das relações de poder vigentes, tal como foi comentado largamente no primeiro capítulo.

## **ESPAÇO E TEMPO**

Desde a chegada do agrimensor, muitos dos conflitos que o envolvem dizem respeito à sua localização, estadia e tempo de permanência nas dependências da aldeia. Conforme já foi dito nos capítulos anteriores, de formas mais ou menos sutis, o monitoramento e a regulação das ações de K. dizem respeito às instâncias de espaço e tempo. A forma realizada pelos moradores da aldeia é mais sutil, como, por exemplo, um convite para um passeio ou uma bebida. Eles visam, na verdade, dissuadir K. a prosseguir seu caminho ou a permanecer em algum local. Considerando que o agrimensor está na maior parte do tempo em contato com os moradores, são eles próprios que, de fato, vigiam e regulam efetivamente os movimentos de K. O monitoramento realizado pelas autoridades pode ser considerado menos sutil, pois acontece a título de procedimento oficial, por exemplo, sob a forma de convocação para interrogatórios. O agrimensor quer entender porque é alvo de interesse de Klamm, dado que, como disse o prefeito, seu caso é “um dos menores casos entre os pequenos casos” (KAFKA,

---

<sup>46</sup> “Zweifacher gar, sagte K. und nickte Momus, der jetzt fast vorgebeugt voll zu ihm aufsah, zu, so wie man einem Kind zunickt, das man eben hat loben hören. Lag darin eine gewisse Verachtung, so wurde sie entweder nicht bemerkt oder geradezu verlangt“ (KAFKA, 1994, p.138).

2008, p.80). De acordo com Michel Foucault, não de forma inédita, mas com maior ênfase a partir do século XVIII, vigiar e controlar a vida de modo *disciplinar* implica várias estratégias de monitoramento dos indivíduos. Àquelas relativas ao espaço e tempo deu-se o nome de vigilância e controle, respectivamente (2010, p.137-144).

Em *O castelo*, como demonstrado no capítulo sobre o sujeito, K. é conhecido, vigiado e controlado não só pelas autoridades do castelo, como também pelos moradores da aldeia, até mesmo por aqueles que nunca o tinham visto. O conhecimento do fato de haver um agrimensor na aldeia, que, como diz o narrador, “não era pouca coisa” (KAFKA, 2008, p.9), mobilizou a vigilância e o controle das autoridades e moradores. Até mesmo aqueles que nunca o tinham visto (autoridades e moradores) já tratavam K. como alguém a ser vigiado e monitorado simplesmente pelo fato de ele ser agrimensor. O rótulo de “agrimensor” para alguns significa conhecimento e isso era razão suficiente para que fosse vigiado e monitorado.

Diferentemente das análises da questão do poder em Kafka que remetem à questão do poder abordado a partir do ponto de vista burocrático, é preciso considerar que na maior parte do tempo diegético do romance, o agrimensor não está em contato com as autoridades e nem em espaços oficiais. É importante salientar que, mesmo os procedimentos burocráticos importantes, como, por exemplo, execução de interrogatórios e guarda de processos, se dão em locais tidos como domésticos, como a Hospedaria dos Senhores e a casa do prefeito (KAFKA, 2008, p.70, 271). O uso que os senhores do castelo fazem dos ambientes domésticos para assuntos oficiais é apenas uma das várias ocorrências em que se misturam o público e o privado. Em *O castelo*, os domínios público e privado, assim como o limite entre o castelo e a aldeia, permanecem inequívocos apenas nominalmente. O uso dos espaços ditos domésticos para assuntos oficiais reafirma a pertinência da abordagem microfísica das relações de poder, ou seja, o uso reafirma a forma como estas relações se dão além dos aparelhos de governo, ou de Estado, configurando-se em formas locais, não codificadas ou também demonstrando como o poder circula como efeito de encontro entre os corpos.

K. vai à Hospedaria dos Senhores. Ao chegar, não encontra ninguém, e se encaminha em direção a uma porta na qual, na segunda noite na aldeia, Frieda mostrou “um orifício, que evidentemente tinha sido perfurado para fins de observação”, possibilitando-lhe ver Klamm lá dentro (KAFKA, 2008, p.46). O agrimensor tenta baixar a maçaneta para entrar e apalpar a abertura por onde olhou da última vez, mas esta estava selada e não conseguia encontrá-la. Neste momento, K. é flagrado por Pepi, a moça que substitui Frieda no balcão da Hospedaria.

Após uma conversa em que ambos fazem rodeios, Pepi assegura a K. que Klamm não se encontra naquele quarto porque partiria logo em um trenó que estava esperando-o no pátio. Após a indicação de Pepi, K. dispara em direção ao pátio no interior da casa sem se despedir, na esperança de alcançar Klamm.

Como era silencioso e belo ali! Um pátio quadrangular, limitado em três lados pela casa e, na direção da rua — uma rua lateral, que K. não conhecia —, por um muro alto e branco com um grande e pesado portão que agora estava aberto. Ali do lado do pátio a casa parecia mais alta do que vista de frente, pelo menos o primeiro andar estava totalmente terminado e tinha uma aparência mais imponente, pois era rodeada por uma galeria de madeira, *com a única exceção de uma fenda na altura dos olhos*. Diante de K., embora obliquamente, ainda no corpo central do edifício, mas já no ângulo que a ala lateral formava, havia uma entrada para a casa, aberta, sem porta (KAFKA, 2008, p.119, grifos meus).<sup>47</sup>

A partir desse momento, K. se desloca por esse pátio em direção ao trenó, onde supõe haver um cocheiro invisível de seu ponto de vista, devido à escuridão. Ao chegar perto do trenó, K. confirma a presença de um cocheiro, que não responde ao seu cumprimento. Enquanto espera por Klamm, K. aproveita para comer um sanduíche preparado por Frieda anteriormente. Logo o cocheiro interrompe o silêncio:

— Ainda pode demorar muito tempo — disse de repente uma voz rouca, tão perto de K. que ele se sobressaltou.  
Era o cocheiro, que, como se tivesse despertado, se espreguiçava e bocejava alto.  
— O que pode demorar tanto assim? — perguntou K., não sem uma certa gratidão pela intromissão, pois o silêncio ininterrupto e a tensão já tinham se tornado incômodos.  
— Até que o senhor vá embora — disse o cocheiro.  
K. não o entendeu, mas não fez mais perguntas (...) (KAFKA, 2008, p.120).<sup>48</sup>

Até a fala do cocheiro, o acontecimento transcorrido no pátio poderia ser apenas o encontro entre duas pessoas incertas sobre se deveriam conversar uma com a outra. No entanto, a assertiva do cocheiro sobre K. indica que ele já havia notado a presença do agrimensor. A ausência de resposta ao cumprimento de K. pressupõe, no mínimo, que sua presença não era bem-vinda — pode-se presumir, inclusive, que o cocheiro sabia, ou ao menos suspeitava,

---

<sup>47</sup> „Wie still und schön es hier war! Ein viereckiger Hof, auf drei Seiten vom Hause, gegen die Straße zu — eine Nebenstraße, die K. nicht kannte - von einer hohen weißen Mauer mit einem großen schweren jetzt offenen Tor begrenzt. Hier auf der Hofseite schien das Haus höher als auf der Vorderseite, wenigstens war der erste Stock vollständig ausgebaut und hatte ein größeres Ansehen, denn er war von einer hölzernen, bis auf einen kleinen Spalt in Augenhöhe geschlossenen Galerie umlaufen. K. schief gegenüber, noch im Mittelstock, aber schon im Winkel, wo sich der gegenüberliegende [197] Seitenflügel anschloß, war ein Eingang ins Haus, offen, ohne Tür.“ (KAFKA, 1994, p.126-127).

<sup>48</sup> „Das kann noch sehr lange dauern“, sagte plötzlich eine rauhe Stimme so nahe bei K., daß er zusammenfuhr. Es war der Kutscher, der, wie aufgewacht, sich streckte und laut gähnte. „Was kann denn lange dauern?“ fragte K., nicht undankbar wegen der Störung, denn die fortwährende Stille und Spannung war schon lästig gewesen. „Ehe Sie weggehen werden“, sagte der Kutscher. K. verstand ihn nicht, fragte aber nicht weiter.“ (KAFKA, 1994, p.127-128).

sobre as intenções do agrimensurador no pátio. De acordo com o narrador, embora K. não houvesse entendido o que insinuava, o cocheiro não o indagou porque acreditava que poderia fazê-lo falar algo mais. K. estava à espera de Klamm: aquele deveria ser, decerto, seu cocheiro e trenó. Quanto mais o cocheiro falasse, melhor seria para K., pois ele queria saber sobre Klamm, ou sobre o castelo. Segundo o narrador, o silêncio de K., naquela escuridão, significava quase uma provocação, a qual o cocheiro reagiu oferecendo conhaque. As garrafas estavam dentro do trenó, sendo assim, pediu a K. que lhe desse uma delas, já que para ele seria difícil sair de sua posição. Ao adentrar no trenó, K. inebriou-se, antes, pelo lugar:

No trenó fazia um calor extraordinário e continuou assim, embora a porta, que K. não ousava fechar, permanecesse escancarada. *Não era possível saber em absoluto se a pessoa estava sentada num banco*, tantas eram as cobertas, almofadas e peles; podia-se virar e se esticar para todos os lados que sempre se mergulhava no macio e no tépido. Os braços estendidos, a cabeça apoiada em almofadas que estavam sempre à mão, K. dirigiu o olhar do trenó para o edifício escuro. Por que demorava tanto tempo para Klamm descer?

*Como se estivesse anestesiado* pelo calor depois de ficar longamente em pé na neve, K. desejou que Klamm finalmente chegasse. O pensamento de que não devia ser visto por Klamm na posição em que agora estava veio-lhe à consciência só indistintamente, como uma leve perturbação. *Via-se apoiado nesse estado de ausência* pelo comportamento do cocheiro, que devia sem dúvida saber que ele estava no trenó e o deixava lá, até sem exigir dele o conhaque. Era um gesto de consideração, mas na verdade K. queria servi-lo (KAFKA, 2008, p.121, grifos meus).<sup>49</sup>

Por causa do frio no pátio, provavelmente, seria mais apazível para K. fechar-se no trenó. No entanto, ele deixou a porta aberta para que pudesse sair de lá rapidamente caso Klamm aparecesse e, talvez, para não causar impressão de abuso da liberdade que lhe fora concedida. O conforto do ambiente envolveu K. em sensações prazerosas que, de certa forma, o inebriaram antes mesmo que ele bebesse o conhaque. O encontro com Klamm, objetivo da presença de K. naquele pátio, ocupou sua consciência “só indistintamente, como uma leve perturbação” (KAFKA, 2008, p.121). De acordo com a descrição acima, desde que K. entrou no trenó, não era possível saber se estava sentado: era como se estivesse anestesiado e em estado de ausência, descrições que revelam uma espécie de entorpecimento. Em um momento seguinte, K. fez um movimento para alcançar as garrafas, que foi assim descrito:

---

<sup>49</sup> „Außerordentlich war die Wärme im Schlitten und sie blieb, trotzdem die Tür, die K. nicht zu schließen wagte, weit offen war. Man wußte gar nicht, ob man auf einer Bank saß, so sehr lag man in Decken, Polstern und Pelzen; nach allen Seiten konnte man sich drehen und strecken, immer versank man weich und warm. Die Arme ausgebreitet, den Kopf durch Polster gestützt, die immer bereit waren, blickte K. aus dem Schlitten in das dunkle Haus. Warum dauerte es so lange, ehe Klamm herauskam? Wie betäubt von der Wärme nach dem langen Stehen im Schnee wünschte K., daß Klamm endlich komme. Der Gedanke, daß er in seiner jetzigen Lage von Klamm lieber nicht gesehen werden sollte, kam ihm nur undeutlich, als leise Störung zum Bewußtsein. Unterstützt in dieser Vergeßlichkeit wurde er durch das Verhalten des Kutschers, der doch wissen mußte, daß er im Schlitten war und ihn dort ließ, sogar ohne den Kognak von ihm zu fordern. Das war rücksichtsvoll, aber K. wollte ihn ja bedienen.“ (KAFKA, 1994, p.128-129).

“pesadamente, sem mudar de posição, estendeu a mão para a bolsa na lateral do trenó (...).”(KAFKA, 2008, p.121). A forma pesada como o agrimensor estendeu a mão indica, demonstra e ilustra o estado de entorpecência no qual K. ele se encontrava. O agrimensor finalmente encontrou as garrafas:

Puxou uma delas para fora, desatarraxou a tampa e cheirou; teve de rir involuntariamente porque o cheiro era tão doce, tão acariciante, como quando alguém ouve elogios e belas palavras de uma pessoa a quem se quer muito bem e não sabe exatamente do que se trata, nem quer saber, mas está feliz com o conhecimento de que é essa pessoa que fala desse modo.

— Será conhaque? — perguntou K. a si mesmo, duvidando, e por curiosidade tomou um trago.

Por sinal era conhaque mesmo; que ardia e esquentava. Ao beber, algo que era apenas portador de um doce perfume se transformava numa bebida própria de um cocheiro.

— Será que é possível? — perguntou-se K., como que fazendo uma censura a si mesmo e tomou outro gole (KAFKA, 2008, p.121-122).<sup>50</sup>

K. impressiona-se com a diferença entre o cheiro — que o agradava de modo peculiar, ao ponto de fazê-lo duvidar de a bebida ser mesmo um conhaque e beber outros goles prolongados — e o gosto da bebida. Do êxtase sensório em que se encontrava, K. só retornou à consciência do lugar onde estava e do objetivo que o levava ali por causa da luz elétrica que brilhou e iluminou todo o ambiente do pátio e da casa. Passos foram ouvidos, descendo a escada, no corredor e na entrada. O “despertar” de K. foi tamanho que o fez se atrapalhar, derramar conhaque sobre as peles e bater a porta do trenó, provocando barulho alto o que, provavelmente, atraiu um jovem que se disse horrorizado. O jovem quis saber como foi possível K. chegar até ali, questionando-o. O agrimensor não respondeu às perguntas de tão atordoado com a situação na qual tinha sido apanhado. O jovem ordena a saída do agrimensor do pátio, e K. lhe diz que está esperando alguém. O diálogo que se segue indica que não apenas o cocheiro, mas também o jovem sabia o que K. pretendia ali.

— Estou aqui esperando alguém — disse K. já sem esperança de êxito, mas por uma questão de princípio.

— Venha — disse outra vez o senhor, imperturbável, como se quisesse mostrar que não havia nunca duvidado de que K. esperava alguém.

— Mas assim eu não vou ver a pessoa a quem estou esperando — disse K. com um estremeamento do corpo.

*Apesar de tudo o que tinha acontecido ele sentia que o que até agora havia alcançado era uma espécie de posse que na verdade só detinha na aparência, mas que não precisava entregar obedecendo a uma ordem qualquer.*

---

<sup>50</sup> „Er holte eine hervor, schraubte den Verschuß auf und roch dazu, unwillkürlich mußte er lächeln, der Geruch war so süß, so schmeichelnd, so wie man von jemand, den man sehr lieb hat, Lob und gute Worte hört und gar nicht genau weiß, um was es sich handelt und es gar nicht wissen will und nur glücklich ist in dem Bewußtsein, daß er es ist, der so spricht. „Sollte das Kognak sein?“ fragte sich K. zweifelnd und kostete aus Neugier.“ (KAFKA, 1994, p.129).

— O senhor não vai vê-lo de todo modo, ficando ou indo embora — disse o senhor, manifestando bruscamente a sua opinião, mas com evidente tolerância pelo raciocínio de K.

— Prefiro então não vê-lo ficando aqui — disse K., obstinado. Por meio das meras palavras daquele jovem senhor ele certamente não se deixaria expulsar dali (KAFKA, 2008, p.123, grifos meus).<sup>51</sup>

Por meio do diálogo, pode-se dizer que K. se sentia em desvantagem na luta por seu objetivo de esperar por Klamm no pátio, por ter sido surpreendido pela chegada do jovem e por não estar atento aos acontecimentos ao seu redor, ou seja, ele deveria estar em estado de atenção e vigília e não de entorpecimento. Efetivamente, travou-se no diálogo entre K. e o jovem uma disputa de poder na qual o segundo afirmou que K. não veria quem pretendia ficando ou indo embora. Provavelmente, o jovem tinha a intenção de dissuadir K. para ele ficar no pátio, mas a resposta do agrimensor, de que permaneceria ali, mesmo sem conseguir o que queria, demonstra sua volta para o estado de atenção ao combate de forças em que se encontrava. Com a sua obstinação em permanecer no pátio, K. demonstrou que estava de volta à sua luta, ou seja, que havia saído do estado em que estivera dentro do trenó.

Até esse momento, tinha sido muito fácil conduzir K. de um lado para outro na Hospedaria dos Senhores. Pepi o induziu a ir ao pátio dizendo que Klamm estava indo para lá; o cocheiro o induziu a entrar no trenó e a beber o conhaque; por sua vez, surgia esse jovem tentando removê-lo do pátio. O trecho “apesar de tudo o que tinha acontecido” refere-se ao tempo no qual K. esteve desatento de seu propósito e luta, inebriado pelas sensações de conforto e doçura do conhaque. O narrador afirma a sensação de K. diante da situação como um todo, como *uma espécie de posse que na verdade só detinha na aparência, mas que não precisava entregar obedecendo a uma ordem qualquer* (KAFKA, 2008, p.123, grifos meus).

Se o objeto da posse pode ser perdido ao obedecer uma ordem, supõe-se que esse objeto seja o poder de decidir sobre si. Há duas condições nas quais o poder de decidir sobre si seja aparente: a primeira condição aponta para um governo despótico, no qual pressupõe

---

<sup>51</sup> „Ich warte hier auf jemanden“, sagte K., nicht mehr in Hoffnung auf irgendeinen Erfolg, sondern nur grundsätzlich. „Kommen Sie“, sagte der Herr nochmals ganz unbeirrt, so als wolle er zeigen, daß er niemals daran gezweifelt hatte, daß K. auf jemanden warte. „Aber ich verfehle dann den, auf den ich warte“, sagte K. mit einem Nicken des Kopfes. Trotz allem, was geschehen war, hatte er das Gefühl, daß das, was er bisher erreicht hatte, eine Art Besitz war, den er zwar nur noch scheinbar festhielt, aber doch nicht auf einen beliebigen Befehl hin ausliefern mußte. „Sie verfehlen ihn auf jeden Fall, ob Sie warten oder gehen“, sagte der Herr, zwar schroff in seiner Meinung, aber auffallend nachgiebig für K.s Gedankengang. „Dann will ich ihn lieber beim Warten verfehlen“, sagte K. trotzig, durch bloße Worte dieses jungen Herrn würde er sich gewiß nicht von hier vertreiben lassen.“ (KAFKA, 1994, p.131).

um indivíduo que encerre em si o poder e contra o qual não seja possível lutar; a segunda é a de que não haja possibilidades de considerar o poder como uma posse, ou seja, o que está posto sobre suspeita aqui é a possibilidade de domínio completo sobre o outro, desconsiderando qualquer possibilidade de reação.

Pela reação combativa, e não resignada de K., acredita-se, como demonstrado no capítulo Poder, em duas concepções de poder. Uma delas é a de que o poder é unilateral, ou seja, alguns indivíduos possuem e exercem poder sobre outros, tomados como impotentes, cabendo-lhes apenas cumprir ordens. Neste modelo, os indivíduos apenas se sujeitam a serem colaboradores do status quo e não reconhecem sua participação na realização e manutenção desta forma de governo e exercício de poder. A outra concepção, denominada Microfísica, identificada neste romance, não considera o poder como algo que exista por si e do qual seja possível se apropriar, como no modelo anterior. Segundo a perspectiva microfísica, o poder é um efeito do encontro entre pessoas, e das relações entre elas, isto é, ele “funciona e se exerce em rede” (FOUCAULT, 2014, p.284). Acredita-se que K. seja combatente porque ele reconhece sua participação nos modos de poder/governância, ou seja, ao contrário dos moradores, o agrimensur reconhece sua parcela de contribuição para a criação das relações de poder, sua postura não é a de obediência.

Curiosamente, a passagem supracitada poderia ser também esclarecida por Michel Foucault quando ele descreve a abordagem do poder sob a perspectiva microfísica, já evocada como chave de leitura para a compreensão das relações de poder em *O castelo*.

Onde há poder, ele se exerce. Ninguém é propriamente seu titular; e no entanto, ele sempre se exerce em determinada direção, com uns de um lado e outros do outro; não se sabe ao certo quem o detém; mas se sabe quem não o possui (FOUCAULT, 2008, p.138).

Quando K. sente que tinha alcançado “uma espécie de posse, mas que detinha apenas aparência” (KAFKA, 2008, p.123), pode-se dizer que ele teve a percepção do instante em que estava em ofensiva na direção do senhor e o instante em que o senhor estava em ofensiva em sua direção. Este impasse de forças entre os dois assemelha-se tanto a um jogo de xadrez quanto a um duelo, no qual, a cada instante, um dos dois ataca, e o resultado deste encontro entre dois seres, domínios produz força, na tentativa de um se impor sobre o outro, criando como efeito o poder, uma linha divisória entre eles. Tal efeito surge da tensão exercida de um sobre o outro, mas nenhum dos dois detém o poder

de fato. Essa é uma imagem apropriada tanto para a dinâmica das relações de poder na aldeia quanto para a perspectiva microfísica de poder.

Diante da ofensiva de K., o jovem manda o cocheiro desatrelar os cavalos, o que foi feito a contragosto demonstrado por um “malévolo olhar de viés para K.” (KAFKA, 2008, p.124). De acordo com o narrador, o cocheiro e o jovem se distanciaram de K. lentamente como se lhe oferecessem uma chance de mudar sua decisão.

(...) ambos [o jovem senhor e o cocheiro] no entanto muito vagarosos, como se quisessem mostrar a K. que ainda estava no seu poder alcançá-los. Talvez ele dispusesse desse poder, mas não teria podido usá-lo, pois pegar de volta o trenó significava expulsar a si mesmo. Assim sendo permaneceu parado, como o único que dominava o lugar, mas não era uma vitória que causasse alegria (KAFKA, 2008, p.124).<sup>52</sup>

Do duelo de forças entre K. e o jovem senhor, o primeiro saiu se sentindo um vencedor, pois se sentiu dominando o lugar onde estava, o pátio da Hospedaria dos Senhores. Entretanto, o sentimento de tristeza concomitante advém do fato de que, apesar de não ter cedido naquilo que podia, ao permanecer no pátio, K. não encontrara Klamm. Se não era possível encontrar Klamm, K. optou por exercer o único poder que lhe pareceu disponível, o de contrariar o desejo explícito do jovem. Assim como no período em que esteve dentro do trenó, no embate de forças com o jovem, ainda que por alguns instantes, a luta para encontrar Klamm esteve em segundo plano. O cocheiro guardou os cavalos, se fechou no estábulo e apagou todas as luzes “— para quem elas deveriam ficar acesas?” (KAFKA, 2008, p.124). K. chegou ao trenó localizado no pátio antes que Klamm fosse levado de volta ao castelo, permanecendo lá, sem vê-lo, até desatrelarem os cavalos, o que lhe fez supor que Klamm ainda estaria na Hospedaria. Ao invés de um encontro com Klamm, K. havia alcançado, por hora, o direito de permanecer naquele pátio, no qual todas as luzes foram apagadas, exceto aquela que “capturando o olhar errante” saía da fenda na galeria de madeira. O tal olhar só poderia ser o do agrimensor que se deteve no pátio por uns instantes dividido entre o triunfo da liberdade de não ter obedecido ao jovem que quis removê-lo dali, e, assim, provado seu poder transitório, e a falta de sentido que parecia constituir tal vitória. Talvez a luz acesa que passava pela fenda indicasse onde K. deveria ir. Assim, ele voltou para a Hospedaria, e o dono apontou para o balcão de bebidas:

---

<sup>52</sup> “Beide [ Der junge Herr und der Kutscher] allerdings sehr langsam, so, als wollten sie K. zeigen, daß es noch in seiner Macht gelegen sei, sie zurückzuholen. Vielleicht hatte er diese Macht, aber sie hätte ihm nichts nützen können; den Schlitten zurückzuholen bedeutete sich selbst vertreiben. So blieb er still als einziger, der den Platz behauptete, aber es war ein Sieg, der keine Freude machte.“ (KAFKA, 1994, p.132).

[K.] encontrou na estrada o dono, que o saudou sem palavras e apontou para a porta do balcão de bebidas; ele seguiu o aceno porque estava congelado e porque queria ver pessoas, mas ficou decepcionado quando viu sentado lá — numa mesinha que com certeza tinha sido posta ali especialmente, pois caso contrário a pessoa se contentaria com os barris — o jovem senhor e diante dele, em pé, uma visão deprimente para K., a dona do Albergue da Ponte.

(...) — O senhor agrimensor, finalmente — disse o senhor à entrada de K. com um breve alçar de olhos, depois voltou a se aprofundar nos seus papéis (KAFKA, 2008, p.126).<sup>53</sup>

O gesto indicativo do dono conduz o agrimensor ao balcão de bebidas, desviando-o da possível ida à mesinha do senhor que se dirigiu a ele, o que poderia levar K. a interpretar que o jovem senhor e a dona do albergue estavam à sua espera. A fala do senhor indica que pelo menos ele estava não só ciente da presença de K. no pátio interno, como certo de que o agrimensor voltaria à Hospedaria. No entanto, o senhor não demonstrou ter algo a tratar com ele, pois voltou os olhos para seus papéis enquanto K. foi beber no balcão. Nos instantes seguintes, a dona do albergue ocupou a cena na Hospedaria, correu nas pontas dos pés, em largas passadas, em direção à porta dos fundos que dava para o pátio, pôs-se a observar quase ajoelhada pelo buraco da fechadura, gesticulou, enrubesceu, fez gestos com o dedo convidando Pepi e o senhor a olhar por um buraco. Mas foi ela quem permaneceu na função de vigia da Hospedaria dos Senhores até que se passasse muito tempo em que não existisse nada para ser visto no pátio da Hospedaria, do lado de fora. Diante de toda a cena, K. perguntou se Klamm tinha ido embora. A dona do albergue não o respondeu, mas o jovem senhor sim: “— Sem dúvida. Uma vez que o senhor renunciou ao seu posto de vigia, Klamm pôde ir embora” (KAFKA, 2008, p.128-129).<sup>54</sup> Desse modo, o senhor esclarece qualquer dúvida que ainda poderia existir sobre a articulação de alguns dos presentes para impedir que K. visse Klamm.

Todo o episódio narrado a respeito da ida de K. à Hospedaria dos Senhores é precedido pelo diálogo já citado entre K. e Frieda, no qual ela diz saber para onde ele estava indo e não tentaria impedi-lo, porque sabia de todos os obstáculos que K. encontraria no caminho, declarando, assim, a inutilidade ou a prescindibilidade de suas palavras (KAFKA, 2008, p.115). Esta fala de Frieda prenuncia a sequência de atitudes que se apresentaram para o agrimensor sob um véu de acaso, mas que se revelaram como resultado de uma articulação

---

<sup>53</sup> “(...) traf im Flur den Wirt, der ihn stumm grüßte, und auf die Tür des Ausschanks zeigte, folgte dem Wink, weil ihn froh und weil er Menschen sehen wollte, war aber sehr enttäuscht, als er dort an einem Tischchen, das wohl eigens hingestellt worden war, denn sonst begnügte man sich dort mit Fässern, den jungen Herrn sitzen und vor ihm – ein für K. bedrückender Anblick – die Wirtin aus dem Brückengasthaus stehen sah. (...)„Der Herr Landvermesser endlich“, sagte der Herr bei K.s Eintritt mit kurzem Aufschauen, dann vertiefte er sich wieder in seine Papiere.“ (KAFKA, 1994, p.134).

<sup>54</sup> “Ja, gewiß. Da Sie Ihren Wachtposten aufgegeben hatten, konnte ja Klamm fahren.“ (KAFKA, 1994, p.136).

minuciosamente calculada e executada por alguns moradores da aldeia. O circuito de deslocamentos e locais de permanência do agrimensor na Hospedaria dos Senhores foi sugestionado por indicações. A primeira delas diz respeito ao momento no qual Pepi diz que Klamm sairia no tremó que o aguardava no pátio interno. O sucesso de sua colaboração seria a justificativa para o sorriso orgulhoso que ela ostentava quando K. voltou à Hospedaria (KAFKA, 2008, p.126); as indicações do cocheiro, por sua vez, induziram e mantiveram K. dentro do tremó; as do jovem o fez permanecer no pátio, ou o retiraria de lá por um trajeto, certamente, seguro de que não provocaria um encontro indesejado com Klamm; na volta do agrimensor à Hospedaria, mas antes da saída de Klamm, o dono do albergue apontou o balcão de bebidas para K.; o jovem senhor demonstrou conhecimento de sua presença na Hospedaria e impaciência pelo seu regresso.

Somente após a certeza da partida de Klamm, o jovem senhor se apresenta como Momus, secretário de Klamm na aldeia, e em seguida, tenta interrogar K., o que demonstra que o agrimensor esteve monitorado e sofreu intervenções durante todo esse tempo que esteve na Hospedaria. Quando não houve mais esperança de encontrar Klamm, ali naquele dia, por atitudes empreendidas pelos próprios moradores e o jovem secretário, este último manifestou sua intenção de extrair alguma informação de K. para completar um protocolo:

(...) Para mim trata-se apenas de obter uma descrição exata da tarde de hoje para o arquivo de Klamm relativo à aldeia. Essa descrição já está feita, o senhor ainda deve preencher duas ou três lacunas, por uma questão de ordem; não existe outro objetivo, nem ele pode ser alcançado (KAFKA, 2008, p.133).<sup>55</sup>

A citação supracitada poderia induzir o leitor a concordar com a perspectiva dos moradores da aldeia, ou seja, a de que o castelo é o interessado e responsável pela manutenção da ordem na aldeia, sendo esta ordem estabelecida e mantida mediante controle superior extremamente preciso (KAFKA, 2008, p.73), o que garante a coesão admirável dos serviços administrativos (KAFKA, 2008, p.70). Mas, quando K. pergunta ao secretário Momus se Klamm leria o protocolo (porque só mediante essa condição K. colaboraria respondendo ao interrogatório), a dona do albergue intervém porque considera a resistência de K. “injúria à autoridade” (KAFKA, 2008, p.134). A resposta do secretário é reveladora:

---

<sup>55</sup> „solche Zusammenhänge bestehen nicht. Es handelt sich nur darum, für die Klammsche Dorffregistratur eine genaue Beschreibung des heutigen Nachmittags zu erhalten. Die Beschreibung ist schon fertig, nur zwei, drei Lücken sollen Sie noch ausfüllen, der Ordnung halber, ein anderer Zweck besteht nicht und kann auch nicht erreicht werden.“ (KAFKA, 1994, p.141).

— Não — disse Momus. — Por que haveria de fazê-lo? Klamm não pode ler todos os protocolos, na verdade não lê absolutamente nenhum. “Tire de perto de mim esses seus protocolos!”, ele costuma dizer (KAFKA, 2008, p.134).<sup>56</sup>

Quando o secretário revela que Klamm não lê nenhum protocolo, supõe-se que o preenchimento desses documentos seja um procedimento burocrático que não ultrapassa o limite dos deveres oficiais. Ou seja, tem-se como pressuposto que os protocolos resultam em uma montanha de papéis e registros os quais não interessam a ninguém em particular, mas são realizados por serem um processo de ordenação convencional.

Klamm é a autoridade a quem são remetidos os protocolos. Entretanto, ele não os lê, o que poderia demonstrar a inutilidade desses documentos. Mesmo assim, o fato de K. negar a responder ao interrogatório gera indignação perante ao povo da aldeia. A respeito dos protocolos, K. insiste em saber se suas respostas o levariam a Klamm:

Quem é que pode responder a tais perguntas? O protocolo vai para o arquivo de Klamm sobre a aldeia, isso o senhor já ouviu, a respeito disso não se pode dizer mais nada com exatidão. Mas será que o senhor já não conhece todo o significado do protocolo, do senhor secretário, do arquivo sobre a aldeia? O senhor sabe o que significa ser interrogado pelo senhor secretário? É provável que talvez nem ele próprio saiba. Fica sentado tranquilamente ali e cumpre o seu dever, em função da ordem, como diz (KAFKA, 2008, p.135).<sup>57</sup>

Segundo a opinião da dona do albergue, é interessante que o protocolo seja respondido, e seria mais simpático se K. pretendesse que os relatórios fossem escondidos e poupassem Klamm das futilidades da vida do agrimensor (KAFKA, 2008, p.135). Ao ouvir do secretário Momus que suas respostas ao relatório não garantiriam o encontro com Klamm, K. encaminhou-se para a saída, negando-se a responder às perguntas, deixando para trás, perplexos, a dona do albergue e o secretário. O gerente da hospedaria interpelou o agrimensor e manifestou que ele também considerava o relatório muito importante, não devendo ser recusado (KAFKA, 2008, p.137).

Supostamente, a efetiva importância dos protocolos reside no fato de que há quem se indigne caso eles não sejam respondidos, ou seja, os moradores. A razão e a amplitude do interesse dos moradores nos relatórios podem ser compreendidas através de um diálogo entre o prefeito e o agrimensor:

---

<sup>56</sup> „Nein,“ sagte Momus, „warum denn? Klamm kann doch nicht alle Protokolle lesen, er liest sogar überhaupt keine. Bleibt mir vom Leibe mit euren Protokollen! pflegt er zu sagen.“ (KAFKA, 1994, p.143)

<sup>57</sup> Wer kann denn Antwort auf solche Fragen geben? Das Protokoll kommt in die Dorfregistratur Klamms, das haben Sie gehört, mehr kann darüber mit Bestimmtheit nicht gesagt werden. Kennen Sie aber denn schon die ganze Bedeutung des Protokolls, des Herrn Sekretärs, der Dorfregistratur? Wissen Sie, was es bedeutet, wenn der Herr Sekretär Sie verhört? Vielleicht oder wahrscheinlich weiß er es selbst nicht. Er sitzt ruhig hier und tut seine Pflicht, der Ordnung halber, wie er sagte (KAFKA, 1994, p. 143).

— Permita-me, senhor prefeito, que eu o interrompa com uma pergunta — disse K.  
— O senhor não fez menção, antes, a uma autoridade de controle? A administração, da maneira como o senhor descreve, é de uma natureza tal, que a pessoa se sente mal só de pensar que esse controle possa estar ausente (...). Só uma pessoa completamente estranha pode fazer uma pergunta como a sua. *Se existem autoridades de controle? Existem apenas autoridades de controle* (KAFKA, 2008, p.78, grifos meus).<sup>58</sup>

O agrimensur supôs que a autoridade de controle seria centralizada em Klamm ou no castelo, talvez influenciado pela estrutura citadina feudal da aldeia e pelo modo como os moradores referem-se a Klamm, como “a águia que tudo vê” (KAFKA, 2008, p.135). Para o medievalista Jacques Legoff, os castelos se tornaram personagem mítica da sociedade medieval. São constituídos enquanto uma unidade do conjunto espacial de habitação feudal, possuindo uma torre central, cuja etimologia *dominionem* significa local senhorial, e tendo como função ser um centro de comando e de vigilância.<sup>59</sup> A função de vigilância da torre feudal foi, de certa forma, recuperada e aprimorada no século XVIII por Jeremy Bentham (2008) ao projetar um modelo arquitetônico denominado Panóptico. Tal modelo é composto de um anel periférico, dividido em células individuais que margeiam uma torre central de onde se pode observar tudo em sua volta, sem ser visto. A semelhança entre os castelos e o panóptico foi comentada por Michel Foucault: “O *panopticon* é mais ou menos a forma de um castelo” (2014, p.329). Para pensar o conjunto habitacional formado pelo castelo e aldeia como uma estrutura panóptica, o castelo corresponderia à torre central, e a aldeia, ao anel periférico. Há, pelo menos, dois momentos no romance em que K. identifica a sensação de estar sendo vigiado, sendo possível perceber semelhanças ao modo panóptico de vigilância, ou seja, sendo visto por alguém em uma torre, mas não é possível para ele ver quem o vigia. Em um dos raros momentos em que K. encontra-se desacompanhado, logo, supostamente, não vigiado, ele vivencia a sensação de estar sendo observado pelo castelo.

Quando K. fitava o castelo, às vezes era como se observasse alguém que estivesse calmamente sentado ali e dirigisse o olhar para a frente, não porventura perdido nos próprios pensamentos e com isso fechado a tudo, mas sim livre e despreocupado: como se estivesse sozinho e ninguém o observasse. Tinha, no entanto de notar que era observado, sem que isso afetasse o mínimo que fosse sua tranquilidade; na realidade — não se sabia se era a causa ou a consequência — os olhares do observador não podiam se fixar e se desviavam (KAFKA, 2008, p.116).<sup>60</sup>

---

<sup>58</sup> „Erlauben Sie, Herr Vorsteher, daß ich Sie mit einer Frage unterbreche,“ sagte K., erwähnten Sie nicht früher einmal eine Kontrollbehörde? Die Wirtschaft ist ja nach Ihrer Darstellung eine derartige, daß einem bei der Vorstellung, die Kontrolle könnte ausbleiben, übel wird. (...)Ob es Kontrollbehörden gibt? Es gibt nur Kontrollbehörden.“ (KAFKA, 1994, p.82).

<sup>59</sup> (LE GOFF, 2009, p.92).

<sup>60</sup> „Wenn K. das Schloss ansah, so war ihm manchmal, als beobachte er jemanden, der ruhig da sitze und vor sich hinsehe, nicht etwa in Gedankenverloren und dadurch gegen alle abgeschlossen, sondern frei und unbekümmert; so als sei er allein und niemand beobachtet wurde, aber es rührte nicht im geringsten an seine

A descrição “Era como se” indica que não há como assegurar que o agrimensor estava sendo observado. Mesmo sem certeza, o fato de ser observado não afetava sua tranquilidade, a impossibilidade de atestar a presença do observador – o mero fato de pensar nele sem tê-lo visto e mediante a possibilidade, inverificável, de que ele estivesse ali – significa que o agrimensor já o internalizou. Se não houvesse perturbação da tranquilidade, como relatou o narrador, o fluxo de pensamento em que estava não teria sido interrompido pela possibilidade de estar sendo observado.

A internalização do observador não é vivenciada apenas por K, nem incide apenas sobre a aldeia, como é possível perceber o que conta Olga a partir dos relatos da experiência de Barnabás no castelo: “Além disso, lá a pessoa é sempre observada, ao menos é o que se acredita” (KAFKA, 2008, p.201). Assim, Olga nos informa que, mesmo para quem vive dentro do castelo, a vigilância permanece inverificável e aparentemente ininterrupta. Essa revelação se dá em meio a longa e profícua reflexão de Olga sobre as divisões internas do castelo em repartições, e como estas são parte do conjunto de incertezas suscitadas pelas fragmentações territoriais e nomenclaturas.

Afinal, é um serviço do castelo o que Barnabás faz?, perguntamo-nos então; certamente ele entra nas repartições, mas será que as repartições são o castelo propriamente dito? E mesmo que as repartições pertençam ao castelo, é nelas que Barnabás tem permissão para entrar? Ele vai às repartições, mas é apenas uma parte de todas elas, depois existem barreiras e atrás delas há ainda outras repartições. Não o proibem de continuar andando pura e simplesmente, mas ele não pode prosseguir se já encontrou seus superiores, que despacharam com ele e o mandaram embora. *Além disso, lá a pessoa é sempre observada, ao menos é o que se acredita.* E mesmo que ele continuasse a caminhar, no que isso ajudaria, se lá ele não tem um trabalho administrativo e não passa de um intruso? Você não pode imaginar, também, essas barreiras como uma fronteira definida, Barnabás costuma sempre me chamar a atenção sobre isso. Existem barreiras também nas repartições onde ele entra, existem portanto até barreiras pelas quais passa e elas não parecem diferentes daquelas que ele ainda não ultrapassou e por essa razão não se deve assumir previamente que atrás dessas últimas barreiras se encontrem repartições essencialmente distintas daquelas nas quais Barnabás já esteve (KAFKA, 2008, p.201-202, grifos meus).<sup>61</sup>

---

Ruhe und wirklich- man wusste nicht, war es Ursache oder Folge- die Blicke des Beobachters konnten sich nicht festhalten und glitten ab. (KAFKA, 1994, p.191).

<sup>61</sup> „Ist es überhaupt Schloßdienst, was Barnabas tut, fragen wir dann; gewiß, er geht in die Kanzleien, aber sind die Kanzleien das eigentliche Schloß? Und selbst - wenn Kanzleien zum Schloß gehören, sind es die Kanzleien, welche Barnabas betreten darf? Er kommt in Kanzleien, aber es ist doch nur ein Teil aller, dann sind Barrieren und hinter ihnen sind noch andere Kanzleien. Man verbietet ihm nicht gerade weiterzugehen, aber er kann doch nicht weitergehen, wenn er seine Vorgesetzten schon gefunden hat, sie ihn abgefertigt haben und wegschicken. Man ist dort überdies immer beobachtet, wenigstens glaubt man es. Und selbst wenn er weiterginge, was würde es helfen, wenn er dort keine amtliche Arbeit hat und ein Eindringling wäre. Diese Barrieren darfst du dir auch nicht als eine bestimmte Grenze vorstellen, darauf macht mich auch Barnabas immer wieder aufmerksam. Barrieren sind auch in den Kanzleien, [335] in die er geht, es gibt also auch Barrieren, die er passiert, und sie *sehen nicht anders aus als die, über die er noch nicht hinweggekommen ist, und es ist auch deshalb nicht von vornherein anzunehmen, daß sich hinter diesen letzten Barrieren wesentlich andere Kanzleien befinden als*

Olga apresenta a K. a dúvida sobre o cargo de seu irmão Barnabás. O critério para tentar confirmar o suposto cargo de mensageiro de seu irmão são as permissões para transitar nos espaços do castelo, sugerindo que, no castelo, tais permissões variam conforme a posição que cada um ocupa na hierarquia. Quanto mais alto o posto, maior o acesso aos espaços.

Em seguida, como se tentando sanar as dúvidas em relação à função de Barnabás no castelo, Olga discorre sobre as divisões internas do local, as relações entre as partes e o todo: se o castelo como um todo é constituído da soma de suas partes, as repartições, e se esse todo pode ser deduzido a partir de suas partes, ou seja, ou se nelas ele está contido.

É importante notar que a reflexão sobre a relação entre o todo e as partes implica definições de fronteiras, sendo estas físicas e/ou nominais. A questão da “natureza” das barreiras perpassa todo o romance, por exemplo, no que diz respeito à divisão entre castelo e aldeia, quartos da Hospedaria ou do albergue, que se tornam escritórios à noite, de forma que a permissão de acesso é alterada e modulada hierarquicamente conforme o uso que é feito no momento; o acesso e uso das dependências da escola variam enquanto esta passa a funcionar também como moradia; o celeiro e o quarto do prefeito funcionam como depósito dos processos jurídicos da aldeia e, por isso, têm acesso regulado por alguma ordem externa. O dono do quarto, o prefeito, não é soberano nas deliberações sobre o que está dentro do espaço privado de seu quarto, como seria suposto, por exemplo (KAFKA, 2008, p.74).

A intervenção das relações de poder nas questões referentes ao acesso, trânsito e permanência nos espaços provocou certo desalento nos dois episódios supracitados, tanto na ocasião de K., com o jovem senhor no pátio da Hospedaria dos Senhores quanto na experiência narrada por Olga — de Barnabás no castelo. No caso de Barnabás, depois de despachado por seus superiores no castelo, o desalento é apresentado por Olga: “E mesmo que ele [Barnabás] continuasse a caminhar, no que isso ajudaria, se lá ele não tem um trabalho administrativo e não passa de um intruso?” (KAFKA, 2008, p.201) O desalento de K. é revelado pelo narrador como “falta de alegria” pela vitória conquistada no pátio da Hospedaria (KAFKA, 2008, p.124). No entanto, ainda que K. tenha conseguido permanecer no pátio o que faria com sua pequena vitória se ele continuava um intruso na aldeia, assim como Barnabás continuava um intruso no castelo? O que representava essas parcelas de vitórias diante do todo?

---

*jene, in denen Barnabas schon war.*“ (KAFKA, 1994, p.213-214).

A falta de alegria de K. por se reconhecer pequeno no contexto em que compunha uma das partes poderia convencê-lo de sua impotência diante do todo, mas não o faz. De sua impotência diante do todo. Do mesmo modo, as repartições fazem parte do castelo, mas não são o castelo, e cujas posições são instáveis, pois as barreiras, as definições não são plenamente definidas. A reflexão de Olga acerca da proporcionalidade entre posição hierárquica e acesso aos espaços reforça, intencionalmente ou não, a noção muitas vezes explicitada no romance de que K. não tem nenhum poder, considerando as muitas restrições de acesso aos espaços da aldeia impostas a ele.

Assim como foi dito anteriormente, além da vigilância sobre o espaço, há o controle sobre o tempo. A maneira como o castelo exerce controle sobre o indivíduo em função do tempo pode ser percebida, por exemplo, na demora das deliberações oficiais e definitivas que lhe cabem sobre os assuntos dos indivíduos, como a situação de contratação de K. para trabalhar como agrimensor, apesar de não lhe ser ofertada a condição para executar tal trabalho, e a demora na entrega do uniforme de Barnabás.

— Ele [Barnabás] tem uma libré própria? — perguntou.

— Você se refere à jaqueta? — disse-lhe Olga. — Não, essa foi Amália quem fez para ele, ainda antes que ele fosse mensageiro. Mas você se aproxima do ponto doloroso. Faz muito tempo que ele devia receber, não uma libré, que não existe no castelo, mas um uniforme da repartição; isso lhe foi assegurado, mas nesse aspecto as pessoas são muito lentas no castelo, e o pior é que nunca se sabe o que significa essa lentidão; pode significar que a coisa está em andamento, mas pode também significar que o trâmite oficial ainda nem começou, que, por exemplo, querem primeiro pôr Barnabás à prova; pode significar também, afinal, que o trâmite já terminou, que por algum motivo a garantia foi retirada e que Barnabás nunca vai receber o uniforme. Mais detalhes a esse respeito não é possível saber, ou então só depois de muito tempo (KAFKA, 2008, p. 200).<sup>62</sup>

De acordo com o que Olga apresenta sobre o caso de Barnabás, a eficácia da estratégia de sujeição, através do controle do tempo empreendido pelo castelo, baseia-se na ambiguidade do significado da demora. O silêncio do castelo pode ter significados opostos, de modo que enquanto uns reagem à indefinição, resignando-se, outros se mantêm enredados à possibilidade de êxito e seguem na luta. Sabe-se que Barnabás pertence ao primeiro grupo que se resignou e se oprimiu pela luta.

---

<sup>62</sup> „Er [ Barnabás] hat auch eine eigene Livree?“ fragte er. „Du meinst die Jacke?“ sagte Olga, „nein, die hat ihm Amalia gemacht, noch ehe er Bote wurde. Aber du näherst dich dem wunden Punkt. Er hätte schon längst nicht eine Livree, die es im Schloß nicht gibt, aber einen Anzug vom Amt bekommen sollen, es ist ihm auch zugesichert worden, aber in dieser Hinsicht ist man im Schloß sehr langsam und das Schlimme ist, daß man niemals weiß, was diese Langsamkeit bedeutet; sie kann bedeuten, daß die Sache im Amtsgang ist, sie kann aber auch bedeuten, daß der Amtsgang noch gar nicht begonnen hat, daß man also z. B. Barnabas immer noch erst erproben will, sie kann aber schließlich auch bedeuten, daß der Amtsgang schon beendet ist, man aus irgendwelchen Gründen die Zusage zurückgezogen hat und Barnabas den Anzug niemals bekommt. Genaueres kann man darüber [332] nicht erfahren, oder erst nach langer Zeit. „ ( KAFKA,1994, p.211-212)

Conta-me muita coisa do castelo, mas dos seus relatos, dos pequenos fatos que comunica não é possível nem de longe entender como isso foi capaz de tê-lo transformado desse jeito. Em especial não se pode compreender por que ele, agora um homem, *perdeu lá em cima tão completamente a coragem que tinha quando jovem*, a ponto de nos levar ao desespero. Certamente essa permanência e essa espera inúteis, dia após dia, que sempre se renovam, sem qualquer perspectiva de mudança, que esmagam, tornam a pessoa incerta, e no final até mesmo incapaz para qualquer outra coisa que não seja esse ficar sem fazer nada desesperado. Por que, no entanto, ele não ofereceu nenhuma resistência antes? (KAFKA, 2008, p.257).<sup>63</sup>

Diferentemente, K. permanece até a última linha interrompida deste romance, em combate e oferecendo resistência, ainda que esta seja inútil, como na opinião de Olga. Talvez, a diferença entre Barnabás e o agrimensor resida na pergunta final de Olga a respeito da percepção do objeto contra o qual estão lutando. Enquanto Barnabás resignou-se diante do aparente monopólio do poder do castelo, sem oferecer resistência, o agrimensor percebe, a cada dia, que sua luta não é contra uma unidade monolítica, coesa, remota e invisível como querem fazê-lo acreditar. Resistência é uma palavra que ocorre oito vezes no romance em diferentes contextos e define bem a postura geral do agrimensor. Gradativamente, percebe-se que, como disse o narrador, “K. lutava o mais vivamente possível por coisas mais próximas” (KAFKA, 2008, p.70) e não só por, mas também contra coisas, ou pessoas mais próximas, como se percebe na fala do prefeito. Afinal, as barreiras, entre coisas e pessoas, neste romance, também não possuem fronteiras definidas (KAFKA, 2008, p.201).

Na conversa com o prefeito, este oferece a mais importante de todas as informações sobre o modo de vida e governo da aldeia: “Se existem autoridades de controle? Existem apenas autoridades de controle” (KAFKA, 2008, p.78-79). A pergunta de K., no singular, sugere que o agrimensor pensava em uma só pessoa ou em um número reduzido e específico de pessoas designadas ao controle na aldeia. A resposta do prefeito revela que todos na aldeia do conde, funcionam como autoridades de controle, aparentemente, com o objetivo de incutir em K. um medo indistinto e perene, de tudo e todos. Este objetivo coincide com o que Michel Foucault identificou como o efeito mais importante do panóptico, ou seja, induzir no monitorado “um estado consciente e permanente de visibilidade que assegura o funcionamento automático do poder, fazer com que a vigilância seja permanente em seus efeitos mesmo que descontínua em sua ação” (FOUCAULT, 2010, p.191). É importante notar que a afirmativa do prefeito já

---

<sup>63</sup> “Er [Barnabás] erzählt mir [Olga] viel vom Schloß, aber aus seinem Erzählungen, aus den kleinen Tatsachen, die er mitteilt, kann bei weitem nicht verstehen, wie ihn dieses so verwandelt haben könnte. Man kann insbesondere nicht verstehen, warum er den Mut, den er als Junge bis zu unserer aller Verzweiflung hatte, jetzt als Mann dort oben so gänzlich verloren hat. Freilich, dieses nutzlose Dastehn und Warten Tag für Tag und immer wieder vom neuen und ohne jede Aussicht auf Veränderung, das zermürbt und macht zweifelhaft und schließlich zu anderen als zu diesem verzweifelten Dastehn sogar unfähig. Aber warum hat er auch früher gar keinen Widerstand geleistet? „ (KAKA, 1994, p.276).

indica que o controle, entendido como um mecanismo de repressão exercido na aldeia, não esteja restrito aos agentes e atos oficiais de governo. Só se poderia afirmar que a luta de K. é contra uma gigantesca máquina burocrática se fosse considerada a nominalidade diferenciadora entre castelo e aldeia como único limite e, na ausência de qualquer outro, todos os moradores da aldeia e camponeses fossem funcionários do castelo, além de suas profissões enunciadas. Embora não seja possível descartar essa possibilidade, o romance indica apenas que a distinção entre os domínios, castelo e aldeia existe, bem como a diferenciação entre quem trabalha para o castelo e quem não trabalha.

Embora, no discurso dos moradores a oposição castelo/aldeia seja definida como um limite visível entre quem exerce poder e quem sofre sua ação, a luta de K. não se dá contra uma gigantesca máquina burocrática, inimiga específica, organizada e centralizada no governo que age mediante procedimentos oficiais e profissionais especializados, cujas ordens se ramificam e pluralizam até os níveis mais baixos embaixo. Para entender melhor a perspectiva dinâmica de poder que se opõe à visão unilateral, Foucault afirma que:

O que faço é o inverso: examinar historicamente, partindo de baixo, a maneira como os mecanismos de controle puderam funcionar (...) ao nível efetivo da família, da vizinhança, das células ou níveis mais elementares da sociedade, esses fenômenos de repressão ou exclusão se dotaram de instrumentos próprios, de uma lógica própria, responderam a determinadas necessidades; mostrar quais foram seus agentes, sem procurá-los na burguesia em geral e sim nos agentes reais (que podem ser a família, a vizinhança, os pais, os médicos, etc.) e como estes mecanismos de poder, em dado momento, em uma conjuntura precisa e por meio de um determinado número de transformações, começaram a se tornar economicamente vantajosos e politicamente úteis (FOUCAULT, 2014, p.287).

A abordagem microfísica descrita por Foucault mostra-se pertinente à análise da especificidade das relações de poder em *O castelo* na medida em que propõe como objeto da análise das relações de poder uma perspectiva ascendente privilegiada neste romance. A perspectiva ascendente incide nas ações daqueles que não sejam agentes oficiais de governo, ou seja, os moradores da aldeia, mas não desconsidera aquelas referentes às autoridades oficiais remotas e invisíveis. Diante da inacessibilidade do castelo, Blanchot cogitou a hipótese de que este local talvez inexistia, contrariamente à realidade da aldeia, sendo esta vivenciada pelo protagonista (BLANCHOT, 1987, p.74). Os exemplos do funcionamento dos mecanismos de controle no nível microfísico apresentados por Foucault coincidem com os tipos das relações majoritariamente apresentadas neste romance. É possível considerar como exemplos os cinco capítulos dedicados à família do mensageiro Barnabás; a descrição dos

acontecimentos na casa do camponês Lasemann; as relações da vizinhança, especialmente no caso do julgamento de Amália o qual resulta, explicitamente, em repressão e exclusão social.

## CONCLUSÃO

A fim de analisar o *modus operandi* do poder presente na obra *O castelo*, buscou-se identificar as características de como este se realiza nas relações entre as personagens, considerando, especialmente, as instâncias conceituais de espaço e tempo sob a perspectiva microfísica de poder de Michel Foucault. Fez-se um exercício comparativo entre esta perspectiva e aquela presente nas interpretações de viés mais sociológico da obra de Kafka que, em sua maioria, apresentam o poder como posse e privilégio exclusivo do Estado, organizado e exercido em formas oficiais de governo sobre indivíduos passivos e impotentes.

Identifica-se, ao longo desta dissertação, a inacessibilidade do castelo e a raridade das ações oficiais da administração da aldeia em relação ao protagonista K., somadas à rede de relações estabelecidas neste local, sendo estas predominantemente não oficiais, a fim de demonstrar como o modelo de poder presente em *O castelo* é, justamente, o da microfísica de poder. Desse modo, a atenção incidiu sobre as ações, falas e gestos das personagens da aldeia, aquelas com as quais o protagonista teve encontros, estabeleceu diálogos ou, ao menos, cuja existência era constatável para ele. É dos contatos com essas pessoas acessíveis — diferentemente daquelas invisíveis e remotas autoridades do castelo — que surgem as relações de poder, tomadas a partir de sua dimensão significativa e, portanto, constituidora de saberes, tanto para o protagonista quanto para o leitor. No entanto, Kafka desenha meticulosamente a obscuridade narrativa — ou seja, característica daquilo que não pode ser visto com clareza, cuja função é fundamental na constituição da atmosfera da obra —, utilizando ambiguidades de identidades, imprecisão dos limites espaciais e irregularidade temporal. Sendo assim, o autor desestabiliza os pilares sobre os quais orienta-se a experiência do ser humano como indivíduos no mundo e como leitores de um romance, assim como também desestabiliza a racionalidade do protagonista, um agrimensor, um homem moderno, do cálculo.

Nota-se, por exemplo, que nos longos diálogos entre as personagens, são frequentes as descrições de condições de visibilidade, seja por questões climáticas, como as neblinas, quantidade e variedades de tipos de iluminação, fendas em paredes e buracos de fechaduras, torres, ou seja, elementos concretos formadores de uma notação descritiva de elementos de vigilância, os quais, por sua difusão e variedade, parecem supérfluos à estrutura geral da narrativa. No entanto, é na soma desses “enchimentos (catálises) afetados de um valor

funcional indireto” que se estabelece a obscuridade literal e simbólica da narrativa (BARTHES, 2012, p.181). Concorde-se que a perspectiva microfísica adotada nesse estudo não conflita, mas sim complementa as diversas interpretações já existentes a respeito da obra *O castelo*. Sobre a perspectiva jurídica, a leitura sociológica é, de acordo com Bourdieu, nada contraditória com a teológica (BOURDIEU, 2014, p.108), assim como as análises psicanalíticas muito teriam a contribuir, principalmente para o capítulo Sujeito. Entretanto, desenvolver tais perspectivas em seus pormenores não seria possível dado o escopo do presente trabalho. A variedade de vertentes interpretativas confirma o que escreveu Giorgio Agamben em *Defesa de Kafka contra seus intérpretes*: “são precisamente essas explicações que constituem a melhor garantia de sua inexplicabilidade” (AGAMBEN, 2013, p.134). O que Barthes propôs em relação ao método interpretativo pode ser pensado como outro modo de abordar, sobretudo, os textos ditos obscuros, ou melhor, aqueles que, na fala de Agamben, “permanecem intactos só através de suas explicações” (AGAMBEN, 2013, p.135). Diferente da excludência aparentemente própria do método interpretativo, Barthes propõe outro método:

A vertente crítica do antigo sistema é a *interpretação*, isto é, a operação pela qual se designa para um jogo de aparências confusas ou até contraditórias uma estrutura unitária, um sentido profundo, uma explicação “verdadeira”. A interpretação, pouco a pouco, deve ser substituída por um discurso novo, que tenha por finalidade não o desvendar-se de uma estrutura única e “verdadeira”, mas o estabelecer-se de um jogo de estruturas múltiplas (BARTHES, 2014, p.198, grifo meu).

Talvez seja possível compreender que, com a abertura de seu romance “terminado” no meio de uma frase, Kafka tenha impellido os leitores a buscar caminhos, existências plurais, e que o destino e a totalidade singular sejam apenas pretextos “remotos e invisíveis”. Entender que o não saber equivalha apenas a um não poder absoluto, uma fenda, uma meia abertura, já é passagem, ou como escreveu Cacciari a respeito do conto “Diante da lei”:

Como podemos esperar ‘abrir’ se a porta já está aberta? Como podemos esperar entrar-o-aberto? No aberto se está aberta? No aberto se está, as coisas se dão, não se entra...Podemos entrar somente lá onde podemos abrir. O já-aberto imobiliza... O camponês não pode entrar, porque entrar é ontologicamente impossível no já aberto (CACCIARI, 1985, p.55 *apud* AGAMBEN, 2014, p.56).

*Das Schloß* deriva do termo em alemão medieval *Sloz*,<sup>64</sup> um dos significados possíveis para o termo refere-se a um dispositivo que possibilita o fechamento, mas é incapaz de fazê-lo por si, necessitando da ação de outro. *Schließen* permite, em sentido conotativo, significar fechamento, conclusão.

---

<sup>64</sup> Etimologia retirada de: <<https://www.dwds.de/wb/Schlo%C3%9F>>.



## REFERÊNCIAS

ADORNO, Theodor W. Anotações Sobre Kafka. In: \_\_\_\_\_. *Prismas: crítica cultural e sociedade*. São Paulo: Editora Ática, 1998. p.239-271.

ADORNO, Theodor; HORKHEIMER, Max. *Dialética do esclarecimento*. Trad. Guido Antonio de Almeida. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.

AGAMBEN, Giorgio. Forma de lei. In: \_\_\_\_\_. *Homo Sacer: o poder soberano e a vida nua I*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014. p.55-62.

AGAMBEN, Giorgio. *O uso dos corpos: Homo Sacer IV, 2*. São Paulo: Editora Boitempo, 2017. (Coleção Estado de sítio).

AGAMBEN, Giorgio. *Ideia da prosa*. Trad. João Barrento. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013.

AGAMBEN, Giorgio. Quatro glosas a Kafka. *Revista Cult*, São Paulo, n. 194, p. 42-43, set. 2014.

ALVES, Marco Antônio Sousa. A escrita literária em Foucault: da transgressão à assimilação. In: CEI, Vitor; DAYRELL, João Guilherme; AZARA, Michel M. Ferreira de (Org.). *A literatura e a vida: por que estudar literatura?* Vila Velha, ES: Praia Editora/RCG, 2015. Disponível em: <[https://www.academia.edu/30719262/A\\_escrita\\_liter%C3%A1ria\\_em\\_Foucault\\_da\\_transgress%C3%A3o\\_%C3%A0\\_assimila%C3%7%C3%A3o](https://www.academia.edu/30719262/A_escrita_liter%C3%A1ria_em_Foucault_da_transgress%C3%A3o_%C3%A0_assimila%C3%7%C3%A3o)>. Acesso em: 12 jan. 2016.

ALVES, Marco Antônio Sousa. As incursões de Foucault pela crítica literária: o autor e a obra em questão. Disponível em: <[https://www.academia.edu/4212273/As\\_incurs%C3%B5es\\_de\\_Foucault\\_pela\\_cr%C3%ADtica\\_liter%C3%A1ria\\_o\\_autor\\_e\\_a\\_obra\\_em\\_quest%C3%A3o](https://www.academia.edu/4212273/As_incurs%C3%B5es_de_Foucault_pela_cr%C3%ADtica_liter%C3%A1ria_o_autor_e_a_obra_em_quest%C3%A3o)>. Acesso em: 12 jan. 2016.

ANDERS, Günther. *Kafka: pró e contra*. Trad. Modesto Carone. São Paulo: Cosac e Naify, 2007.

ARENDT, Hannah. *As origens do totalitarismo*. Trad. Roberto Raposo. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

ARENDT, Hannah. *Homens em tempos sombrios*. Trad. Denise Bottamnn. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

BARTHES, Roland. O efeito de real. In: \_\_\_\_\_. *O rumor da língua*. Trad. Mario Laranjeira. São Paulo: Martins Fontes, 2012. p. 181-190.

BATAILLE, Georges. Kafka. In: \_\_\_\_\_. *A literatura e o mal*. Trad. Suely Bastos. Porto Alegre: L&PM, 1989.

BENJAMIN, Walter. A doutrina das semelhanças. In: \_\_\_\_\_. *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. Trad. Sérgio Paulo Rouanet. 8ª Editora rev. São Paulo: Editora Brasiliense, 2012, p. 147-178. (Obras Escolhidas, v.1).

BENJAMIN, Walter. *Escritos sobre mito e linguagem*. Trad. Susana Kampff Lages e Ernani Chaves. Rio de Janeiro: Editora 34, 2013.

BENJAMIN, Walter. Franz Kafka. A propósito do décimo aniversário de sua morte. In: \_\_\_\_\_. *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. Trad. Sérgio Paulo Rouanet. 8. Editora rev. São Paulo: Editora Brasiliense, 2012. p. 147-178. (Obras Escolhidas, v.1).

BENJAMIN, Walter. *Sobre Kafka: textos, discussões, apontes*. Trad. Mariana Dimópulos. Buenos Aires: Eterna Cadência Editora, 2014.

BENJAMIN, Walter. Some Reflections on Kafka. In: \_\_\_\_\_. *Illuminations: Essays and Reflections*. Disponível em: <<http://research.uvu.edu/albrecht-crane/486RKafka/BenjaminReflectionsKafka.pdf>>. Acesso em: 03 maio 2016.

BENTHAM, Jeremy. *O panóptico*. Org. e trad. Tomaz Tadeu. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2008.

BLANCHOT, Maurice. A leitura de Kafka. In: \_\_\_\_\_. *A parte do fogo*. Trad. Ana Maria Scherer. Rio de Janeiro: Editora Rocco, 2011. p.9-20.

BLANCHOT, Maurice. De Kafka a Kafka. Trad. Jorge Ferreira. Disponível em: <[http://assets.esppdf.com/b/Maurice%20Blanchot/De%20Kafka%20a%20Kafka%20\(4500\)/De%20Kafka%20a%20Kafka%20-%20Maurice%20Blanchot.pdf](http://assets.esppdf.com/b/Maurice%20Blanchot/De%20Kafka%20a%20Kafka%20(4500)/De%20Kafka%20a%20Kafka%20-%20Maurice%20Blanchot.pdf)>. Acesso em: 03 maio 2016.

BLANCHOT, Maurice. Kafka e a exigência da obra. In: \_\_\_\_\_. *O espaço literário*. Trad. Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Editora Rocco, 1987.

BLANCHOT, Maurice. Kafka e a Literatura. In: \_\_\_\_\_. *A parte do fogo*. Trad. Ana Maria Scherer. Rio de Janeiro: Editora Rocco, 2011. p.20-34.

BLOCH, Marc. *A sociedade feudal*. Trad. Emanuel Lourenço Godinho. Lisboa: Edições 70, 1982.

BOURDIEU, Pierre. Leitura sociológica de Franz Kafka. In: \_\_\_\_\_. *Sobre o Estado: Cursos no Collège de France (1989-92)*. Trad. Rosa Freire D'Aguiar. São Paulo: Companhia das Letras, 2014. p.108-110.

BRANDÃO, Luís Alberto. *Teorias do espaço literário*. Belo Horizonte: Perspectiva, 2013.

BURROUGHS, William S. Os limites do controle. Disponível em: <<https://maelstromlife.wordpress.com/2014/09/13/os-limites-do-controle-william-s-burroughs-1975-2/>>. Acesso em: 03 nov. 2014.

BUTLER, Judith. Uma poética da não chegada: para onde quer que ele ir, lá não será um lugar como nós sabemos que um lugar é. *Revista Cult*, São Paulo, n. 194, p.34-37, set. 2014.

BUTLER, Judith. Who Owns Kafka? *London Review of Books*, v. 33, n. 5, 2011. Disponível em: <<http://www.lrb.co.uk/v33/n05/judith-butler/who-owns-kafka>>. Acesso em: 29 set. 2016.

CAMUS, Albert. A esperança e o absurdo na obra de Franz Kafka. In: \_\_\_\_\_. *O mito de Sísifo*. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1989.

CANETTI, Elias. O outro processo: cartas de Kafka a Felice. In: \_\_\_\_\_. *A consciência das palavras*. Trad. Márcio Suzuki e Herbert Caro (“O outro processo”). São Paulo: Companhia das Letras, 2011, p.84-189.

CARONE, Modesto. *Lição de Kafka*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

CARPEAUX, Otto Maria. *História da literatura ocidental*. Brasília: Edições do Senado Federal, 2011. v. IV.

CORBELLA, Walter. Panopticism and the Construction of Power in Franz Kafka's *The Castle*. Disponível em: <[http://research.uvu.edu/albrecht-crane/3090/links\\_files/Corbella.pdf](http://research.uvu.edu/albrecht-crane/3090/links_files/Corbella.pdf)>. Acesso em: 17 maio 2017.

DEIRDRE, Vincent. “I’m the King of the Castle...”: Franz Kafka and the Well-Tempered Reader. Disponível em: <[http://www.jstor.org/stable/3194811?seq=1#page\\_scan\\_tab\\_contents](http://www.jstor.org/stable/3194811?seq=1#page_scan_tab_contents)>. Acesso em: 13 fev. 2017.

DELEUZE, Gilles. A literatura e a vida. In: \_\_\_\_\_. *Crítica e clínica*. Trad. Peter Pal Pelbart. São Paulo: Editora 34, 1997.

DELEUZE, Gilles. *Conversações*. Trad. Peter Pál Pelbart. São Paulo: Editora 34, 2011.

DELEUZE, Gilles. *Foucault*. Trad. Cláudis Sant'Anna Martins. São Paulo: Editora Brasiliense, 1988.

DELEUZE, Gilles; GUATARI, Felix. *Kafka: por uma literatura menor*. Trad. Cíntia Vieira da Silva. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2014.

FERRI, Enrico. *Os criminosos na arte e na literatura*. Trad. João Moreira de Almeida. São Paulo: Livraria Teixeira, 1936.

FOUCAULT, Michel. *A grande estrangeira: sobre a literatura*. Trad. Fernando Scheibe. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2016.

FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. Trad. Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Edições Loyola, 2014.

FOUCAULT, Michel. A vida dos homens infames. In: \_\_\_\_\_. *Estratégia, poder-saber*. Trad. Vera Lucia Avellar Ribeiro. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2015. p.199-217. (Coleção Ditos e escritos IV).

FOUCAULT, Michel. *As palavras e as coisas*. Trad. Salma Tannus Muchail. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

FOUCAULT, Michel. Espaço, saber, poder. Disponível em: <[http://www.revistapunkto.com/2015/04/espaco-saber-e-poder-michel-foucault\\_88.html](http://www.revistapunkto.com/2015/04/espaco-saber-e-poder-michel-foucault_88.html)>. Acesso em: 17 ago. 2015.

FOUCAULT, Michel. *Estética: literatura e pintura, música e cinema*. Trad. Autran Dourado Barbosa. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2013. (Coleção Ditos e escritos III).

FOUCAULT, Michel. L'oeil du pouvoir. *Le Panoptique*, Paris, Belfond, p. 9-31, 1997. Disponível em: <<http://libertaire.free.fr/MFoucault122.html>>. Acesso em: 18 fev. 2017.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Org. Roberto Machado. São Paulo: Paz e Terra, 2014.

FOUCAULT, Michel. *Nascimento da biopolítica: curso dado no Collège de France (1978-1979)*. Trad. Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FOUCAULT, Michel. *O corpo utópico, as heterotopias*. Trad. Salma Tannus Muchail. São Paulo: N-1 edições, 2015.

FOUCAULT, Michel. *Os anormais*. Trad. Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2011.

FOUCAULT, Michel. *Segurança, penalidade e prisão*. Org. Manoel Barros da Mota. Trad. Vera Lúcia Avellar Ribeiro. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012. (Coleção Ditos e escritos VIII).

FOUCAULT, Michel. *Segurança, território, população*. Trad. Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FOUCAULT, Michel. Ver e saber. In: \_\_\_\_\_. *O nascimento da clínica*. Trad. Roberto Machado. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2015. p.117-135.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Trad. Lígia M. Ponde Vassalo. Petrópolis: Vozes, 2010.

GAGNEBIN, Jeanne-Marie. Deslocamentos e deformações em Kafka. *Viso: Cadernos de Estética Aplicada*, São Paulo, v. 9, n. 17, p. 1-14, jul.-dez. 2015. Disponível em: <[http://www.revistaviso.com.br/pdf/Viso\\_17\\_JeanneMarieGagnebin.pdf](http://www.revistaviso.com.br/pdf/Viso_17_JeanneMarieGagnebin.pdf)>. Acesso em: 01 maio 2017.

GOFFMAN, Erving. *A representação do eu na vida cotidiana*. Trad. Maria Célia Santos Raposo. Petrópolis: Editora Vozes, 2002.

GOFFMAN, Erving. *Manicômios, prisões e conventos*. Trad. Dante Moreira Leite. São Paulo: Perspectiva, 2010.

GOFFMAN, Erving; GUATARRI, Felix. *Máquina Kafka*. Trad. Peter Pál Pelbart. São Paulo: N-1 edições, 2011.

GÖTZ, Dieter; HAENSCH, Günther; WELLMANN, Hans (Hrsg.). *Langenscheidts: Großwörterbuch Deutsch als Fremdsprache*. Berlim, Munique: Langenscheidt, 2003.

HARMAN, Mark. Approaching K.'s Castle. *The Sewanee Review*, v. 105, n. 4, p. 513-523, Fall 1997. Disponível em: <[https://www.jstor.org/stable/27548432?seq=11#page\\_scan\\_tab\\_contents](https://www.jstor.org/stable/27548432?seq=11#page_scan_tab_contents)>. Acesso em: 16 maio 2017.

KAFKA, Franz. *A metamorfose*. Trad. Modesto Carone. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

KAFKA, Franz. Briefe und Tagebücher. 1910-1923. Disponível em: <<http://homepage.univie.ac.at/werner.haas/index.html>>. Acesso em: 28 out. 15.

KAFKA, Franz. Das Schloß. Disponível em: <<http://gutenberg.spiegel.de/buch/das-schloss-7656/1>>. Acesso em: 28 out. 15.

KAFKA, Franz. *Essencial*. Trad. Modesto Carone. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

KAFKA, Franz. *Narrativas do espólio*. Trad. Modesto Carone. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

KAFKA, Franz. *O castelo*. Trad. Modesto Carone. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

KAFKA, Franz. *O processo*. Trad. Modesto Carone. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

KAFKA, Franz. *Parábolas e fragmentos*. Trad. João Barrento. Porto: Assírio e Alvim, 2004.

KAFKA, Franz. *Um artista da fome: seguido de Na colônia penal & outras histórias*. Trad. Guilherme da Silva Braga. Porto Alegre, RS: L&PM, 2009.

LA BOËTIE, Etienne. *Discurso da servidão voluntária*. Trad. Gabriel Perissé. São Paulo: Nós Editora, 2016.

LE GOFF, Jacques. O castelo medieval. In: \_\_\_\_\_. *Heróis e maravilhas da Idade Média*. Trad. Stephania Matousek. Petrópolis: Editora Vozes, 2009. p.89-106.

LE GOFF, Jacques. O homem medieval. In: LE GOFF, Jacques *et al.* (Org.). *O homem medieval*. Trad. Maria Jorge Vilar de Figueiredo. Lisboa: Editorial Presença, 1989.

LEFEBVRE, Henri. *Espaço e política*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

LEMAIRE, Gerard-Georges Lemaire. *Kafka*. Trad. Júlia da Rosa Simões. Porto Alegre, RS: L&PM, 2006.

LEVY, Tatiana Salem. *A experiência do fora: Blanchot, Foucault, e Deleuze*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

LIMA, Luiz Costa. Kafka: diante da lei. In: \_\_\_\_\_. *Limites da voz: Montaigne, Schlegel, Kafka*. Rio de Janeiro: Topbooks Editora, 2005. p.249-407.

LÖWY, Michael. *Franz Kafka: sonhador insubmisso*. Rio de Janeiro: Azougue Editorial, 2005.

LÖWY, Michael. Paper chains: Bureaucratic Despostism and Voluntary Servitude in Franz Kafka's Castle. Disponível em: <<http://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/0392192104047880?journalCode=dioa>>. Acesso em: 27 abr. 2017.

LÖWY, Michael. Teologia negativa e utopia negativa: Franz Kafka. In: \_\_\_\_\_. *Redenção e utopia*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989. p.67-85.

MAAS, Wilma Patrícia Marzari Dinardo. *O cânone mínimo: o Bildungsroman na história da literatura*. São Paulo: Editora UNESP, 2000.

MANDELBAUM, Enrique Isaac. Literatura e crime: sobre a demolição da máquina de sonhadas invenções em Kafka. Disponível em: <<http://www.periodicos.letras.ufmg.br/index.php/aletria/article/viewFile/1554/1651>>. Acesso em: 12 fev. 2017.

MANDELBAUM, Enrique Isaac. Um fio vermelho em Franz Kafka. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ea/v21n60/a25v2160.pdf>>. Acesso em: 30 mar. 2017.

MAZZARI, Marcus Vinicius. Mistério e resistência na literatura de Kafka: o castelo em Trad. brasileira. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/pg/article/view/64364/67033>>. Acesso em: 02 maio 2017.

NOBRE, Renarde Freire (Org.) *O poder no pensamento social: dissonâncias*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

OTTE, Georg. Uma pequena história do espaço (e do tempo): o conceito de espaço em Kant, Lessing, Foucault e Benjamin. *Revista Aletria*, v.15, 2007. Disponível em: <<http://www.periodicos.letras.ufmg.br/index.php/aletria/article/view/1399/1497>>. Acesso em: 02 maio 2016.

OTTE, Georg. Escovando a história a contrapelo: a desaceleração da modernidade em Walter Benjamin. *Cadernos Benjaminianos*, Belo Horizonte, n. 3, p. 63-70, jan.-jun. 2011.

OTTE, Georg; SEDLMAYER, Sabrina; CORNELSEN, Elcio (Org.). *Limiares e passagens em Walter Benjamin*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

PUCHEU, Alberto; TROCOLI, Flavia. Dossiê Kafka, um poeta da “prosa miúda”. *Terceira Margem: Revista do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Literatura (UFRJ)*, Rio de Janeiro, n. 28, dez. 2013. Disponível em: <<https://pt.scribd.com/document/257213241/Revista-Terceira-Margem-Dossie-Kafka-Jul-Dez-2013>>. Acesso em: 18 jan. 2017.

REVISTA CULT. São Paulo: Editora Bregantini, ed. 194, set. 2014.

ROBERT, Marthe. *Origens do romance*. Trad. André Telles. São Paulo: Cosac e Naify, 2007.

ROSENFELD, Anatol. Kafka e o romance moderno. In: ROSENFELD, Anatol; FERNANDES, Nanci; GUINSBURG, Jacob (Org.). *Letras e leituras*. São Paulo: Perspectiva: Editora da Universidade de São Paulo; Campinas, SP: Editora Estadual de Campinas, 1994, p.41-63. (Debates: v. 260).

RUSCHE, Georg; KIRCHHEIMER, Otto. *Punição e estrutura social*. Rio de Janeiro: Editora Revan, 2004.

SEHELLART, Michel. *As artes de governar: do regimen medieval aos conceitos de governo*. Trad. Paulo Neves. São Paulo: Editora 34, 2006. p.19-32.

SONTAG, Susan. Contra a interpretação. Disponível em: <<https://pt.scribd.com/document/17146409/Contra-a-Interpretacao-Susan-Sontag>>. Acesso em: 4 fev. 2016.

SOUSA, Celeste H. M. Ribeiro de. “A mudez é um dos atributos da perfeição” —Kafka. *Revista Pandaemonium Germanicum*, São Paulo, p. 75-87, out. 2006. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/pg/article/view/74325/77968>>. Acesso em: 09 mar. 2017.

SOUSA, Celeste H. M. Ribeiro de; BRITO, Eduardo Manoel de; SANTOS, Maria Célia Ribeiro. A recepção da obra de Franz Kafka no Brasil. *Revista Pandaemonium Germanicum*, São Paulo, p. 227-253, set. 2005. Disponível em: <[http://dmlm.fflch.usp.br/sites/dmlm.fflch.usp.br/files/A\\_recepo\\_da\\_obra\\_de\\_Franz\\_Kafka\\_no\\_Brasil.pdf](http://dmlm.fflch.usp.br/sites/dmlm.fflch.usp.br/files/A_recepo_da_obra_de_Franz_Kafka_no_Brasil.pdf)>. Acesso em: 09 mar. 2017.

SPERBER, Georg Bernard. Franz Kafka: raízes. *Revista Pandaemonium Germanicum*, São Paulo, p. 27-32, jan. 1997. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/pg/article/view/62707>>. Acesso em: 01 maio 2017.

VINCENT, Deirdre. “I’m the King of the Castle...”: Franz Kafka and the Well-Tempered Reader. *Modern Language Studies*, v. 17, n. 4, p. 60-75, Autumn 1987. Disponível em: <[https://www.jstor.org/stable/3194811?seq=1#page\\_scan\\_tab\\_contents](https://www.jstor.org/stable/3194811?seq=1#page_scan_tab_contents)>. Acesso em: 09 jan. 2017.